FICHA TÉCNICA

Título: aleo aleo; *Para além do Marão...*

Autor: Nelson Valdemar Carneiro

Ano de Edição: 2019

Tiragem: 100 exemplares

ISNB: 978-972-8546-84-7

Depósito Legal: 459524/19

Impressão: Minerva Trasmontana – Vila Real

Capa: Pormenor da Carta de dote de D. Pedro de Meneses (1431)

Contracapa: Adaptação inspirada na Gravura de Ceuta séc. XVI: BRAUN, Georg, 1541-1622, Ciuitates orbis Terrarum. Liber primus [-sextus] / [Georgius Braun]. - Colonia Agrippinae : typis Theodori Graminaei, 1572-1618. - Vol.I - pág. 56...; 2º (44 cm), Biblioteca Nacional de Portugal, Cota: res-504-a_3

Apoiado pela Direção Regional da Cultura do Norte
Ministério da Cultura

A reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada.

© *aleo aleo*, *Para além do Marão* - 2019
Direitos reservados

Índice

Nota introdutória 10

I "ALEU" – A(S) LENDA(S) 33

II Cronologia documental 85

III EVOLUÇÃO... História ou estória? 105

IV *ALEO ALEO*
(confrontação/adaptação/confrontação/adaptação...) 137

Nota final 167

Agradecimentos 178

Fontes de pesquisa bibliográfica 181

Fontes de pesquisa digital 186

Índice de imagens 188

Prefácio

Há pedras que nos interpelam. Aquelas que contêm heráldica tendem a interpelar-nos mais que as outras: porque os sinais nelas gravados lançam desafios à nossa compreensão, que são também desafios à nossa imaginação.

Esta é uma das razões por que este livro é importante: ele traduz um percurso pessoal de alguém que, sem ligação prévia ao universo da heráldica, se viu interpelado por um sinal concreto – as armas e a empresa da Casa de Vila Real – e que dedicou a sua atenção e o seu trabalho (o mesmo é dizer parte dos seus dias e da sua vida) a tentar compreender o que tais sinais significam.

Porque nos interpelam tais vestígios? Antes de mais, porque o seu mistério nos fascina. Desde o seu início, no século XII, a heráldica constituiu-se como código visual de auto-representação e de comunicação social: numa sociedade amplamente analfabeta, como era a medieval e foi ainda a moderna, um código deste género, para ser decifrado pelo maior número de observadores, devia basear-se em elementos gráficos simples. E, no princípio, desprovidos de grandes significados simbólicos; nesse ponto, a heráldica assemelha-se fortemente com a onomástica, ou seja, com os nomes de família que

tanto se desenvolveram nessa mesma época. Ambos estes códigos eram expressivos de um fenómeno identitário comum. Tal como a onomástica, a heráldica granjeou um sucesso espantoso: ao contrário do que viria a suceder na Idade Moderna, no período medieval todos, independentemente da sua condição social, podiam fazer uso de emblemas heráldicos.

Mas, à medida que o código se disseminou, tendeu a conotar-se, a partir da viragem do século XIV, com a nobreza e com o ideal de cavalaria que lhe estava associado. Neste processo, a heráldica ganhou uma série de regras (mais enunciadas que cumpridas), tornando-se mais complexa e, em simultâneo, mais rígida. Foi nesta altura que surgiram as empresas, emblemas de estrutura e de adopção mais livre, e de conteúdo directamente ligado à sociedade cortesã e cavaleiresca. Conforme os ideais e a literatura próprios desta sociedade, que privilegiavam a complexidade de temas e de conexões, estes novos sinais apostavam na polissemia das suas leituras. Eram concebidos e entendidos enquanto jogo gráfico e conceptual, inserido num universo de referências literárias e artísticas cruzadas.

É neste universo lógico – ou deveremos antes dizer analógico – que se insere a empresa de D. Pedro de Meneses e dos seus sucessores no título de condes (depois marqueses e duques) de Vila Real. Emulando a emblemática da Casa de Avis, magnificamente representada nos panteões dinásticos do convento de Santa Maria da Vitória chamado da Batalha por antonomásia, a Casa de Vila Real destacou-se das

demais famílias fidalgas pela exuberância dos seus usos heráldicos, quer no que respeita às armas propriamente ditas, quer no que respeita à empresa. Assim se expressava visualmente, com galhardia, a principalidade do primeiro governador de Ceuta (também primeiro conde de Vila Real) no âmbito áulico, em que ocupava lugar logo abaixo dos membros da Casa Real. Assim se explica outrossim a proliferação das suas armas e da sua empresa em tantos pontos do país, pelos quais se estenderam as amplas possessões destes Meneses descendentes do ilustre primeiro governador de Ceuta. Com especial acuidade em dois locais: Vila Real, sede do condado e depois do marquesado e ducado (atente-se que ambos estes dois últimos títulos foram os primeiros a serem concedidos em benefício de nobres que não fossem filhos ou netos de reis); e, naturalmente, Ceuta.

De acordo com os princípios cultivados naquela época e no meio cortesão, a empresa de D. Pedro apresentava-se como um mistério. Que o observador teria de resolver consoante a sua cultura e perspicácia. A indagação fazia parte do fascínio, mesmo que por trás do mistério não existisse propriamente segredo algum. Porque a maior parte das criações heráldicas – sobretudo as empresas – radicaram precisamente na ideia de criar na mente dos observadores o desejo de saber mais, espicaçando-lhes a curiosidade, numa espécie de teste, de jogo mental baseado em associações de ideias, que funcionava na cultura da época em que foi concebido. E que depois se viu naturalmente sujeito às flutuações de interpretação que as épocas

posteriores lhe foram sobrepondo, camada sobre camada. Criou-se, assim, uma estratigrafia de sentidos, que o observador actual se vê obrigado a reconstituir, destrinçando os significados acumulados ao longo dos séculos. A pergunta básica, que todos formulam implícita ou explicitamente ao ver uma pedra de armas – o que significa? – nem sempre tem, por isso, uma resposta concreta, objectiva. Por vezes, tem uma série de respostas complementares, porventura alheias umas às outras.

Deste modo, se o objectivo inicial das empresas quatrocentistas era o de motivar a atenção dos observadores e servir de ponto de partida para recriações mentais, então, passados seis séculos, forçoso é comprovar que elas cumpriram – e continuam a cumprir – o seu desígnio primordial. Entre estas empresas, a do *Aleo* ocupa lugar de destaque. Pela relevância do personagem histórico que a assumiu e da casa nobiliárquica que a perpetuou. Mas também pela densidade das indagações que suscita. É deste enredo que advém o presente livro: livro vívido, cadinho de emoções e de pesquisa em torno de um mistério pétreo. Fruto de uma interpelação pessoal, que vem provar – se necessário fosse – a actualidade da heráldica, que continuará viva enquanto for sentida pelos seus observadores.

Estoril, 2 de Agosto de 2018.

Miguel Metelo de Seixas
Investigador do Instituto de Estudos Medievais/FCSH/Universidade NOVA de Lisboa
Professor auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa
Presidente do Instituto Português de Heráldica

Nota introdutória

Após o regresso da República Federal da Alemanha, onde nasci e vivi até aos 5 anos de idade e depois de deixar para trás os amigos da Escola primária da Timpeira, situada no Bairro das Flores, onde hoje resido e onde os meus avós e família têm raízes de várias gerações, fui residir para a zona urbana de Vila Real onde meus pais desenvolviam atividade comercial. Foi nesses anos da tenra idade, a caminho da então Escola Primária Carvalho Araújo, que em mim despertou o interesse pela heráldica. Os brasões das casas antigas com as simbologias familiares eram motivo para devaneios e viagens pelo imaginário de tempos idos, de memórias de histórias encantadas, de príncipes e princesas, castelos, palácios e palacetes. Recordo também os dias de exploração de ruínas, as instalações da antiga fábrica de curtumes do Rio Corgo, a sua maquinaria esquecida e o percurso "impossível" desde o miradouro da Meia Laranja até ao ponto em que a pequena cascata tornava o Corgo intrépido e ruidoso (poço Agueirinho). O cenário da pequena indústria convidava-me ainda mais às demandas e ao tempo em que a cidade se tornara pioneira no país, rentabilizando a força do rio para a produção de energia elétrica (Central do Biel - séc. XIX). Alguns metros adiante, na margem oposta, vislumbrava-se toda a enormidade do cabeço de S. Dinis e aí se percebia, em pleno, o motivo da escolha para a localização do novo burgo *Villa Real de Panoyas*, ladeado pelo Rio Corgo e pelo Rio Cabril; onde invasores, tal como eu, depois de atravessarem o rio, por certo chegariam ao topo cansados e sem alento para a peleja. Os dias de férias e fins de semana, quando não havia campismo pelo Alvão, Marão e afins, eram também

passados na exploração subterrânea das minas do subsolo de alguns pontos da cidade, acompanhado de audazes companheiros. Munidos de lanternas e de um extenso novelo de fio que desfiávamos desde a entrada, não fôssemos encontrar galerias e labirintos que nos levassem ao centro da Terra... Lá íamos cheios de arrojo e muita inconsciência, própria da idade, até ao ponto em que, apenas já só o mais estreito de nós podia rastejar... Relembro em particular a exploração da mina que abastece o chafariz exterior do Jardim da Carreira em frente ao antigo restaurante "Espadeiro". No meio de tanta fantasia, ocorreu-me que o dono do restaurante deveria também ser dono do palácio que se encontrava a seu lado. A espada que vislumbrava no brasão de granito que o encimava não deixava dúvidas. Era a espada do... Sr. Espadeiro. A espada, contudo, surgia em muitos outros recantos e monumentos da cidade, nos rótulos dos chouriços, ou das garrafas de vinho. Tomara eu conhecer tal personagem. E não seria difícil, morava ali a escassos metros. Deveria ser alguém rico e poderoso, descendente de um qualquer antigo senhor feudal, fidalgo, conde, duque, destacado membro da realeza...

Anos mais tarde descobri que afinal o edifício fora convento, regimento de infantaria e era a esse tempo, faculdade letras da recentemente criada universidade. Hoje um tribunal.

Contudo o enigma estava longe de ser compreendido. Inúmeras vezes a dita espada aparecia próxima de palavra "Aléu". A palavra, já de si estranha, surgia escrita de diferentes maneiras. E nem a bandeira do município escapava. Espada e "ALEU".

Veio a juventude e, por entre outros afazeres e tropelias, lá ia ouvindo a história dos valentes homens da feira e do justiceiro varapau. Do jogo e do(s) rei(s). Mas, quanto mais ouvia menos percebia. Falavam-me de um pau e... eu via uma espada...

Voltei a dedicar alguma atenção ao assunto no decurso de algumas tarefas e pesquisas enquanto aluno da UTAD no antigo CIFOP. Num curso de educação, lá iam surgindo as cadeiras de História e de Ciências Sociais. Neste âmbito, a certa altura, predispus-me a ir ao antigo solar dos Botelhos e Bacelares, onde está instalado o Arquivo Distrital, e lá revirei páginas no intuito de encontrar o fio à meada. Neste episódio, por entre vários documentos, recordo o fascínio com que devorei as "Memórias de Vila Real", em que um dos seus autores, o diretor do Arquivo Distrital, viria a ser meu professor. Sempre ambicionei adquirir a versão "premium" encadernada com pele. Hoje, já não é editada. Comecei sobretudo a conhecer as origens ancestrais da cidade, desde Panóias. A sua organização populacional e habitacional, os seus costumes, as suas tradições e as suas gentes. Ao ler aquelas páginas, numa época em que a velocidade da comunicação e das tecnologias começava a encurtar o espaço e o tempo, era na memória da habitação em granito, onde o cimento não existia e onde o lavatório da cozinha era também ele uma rude e larga pia cavada na rocha, onde a água era chegada depois de içada a balde do um fundo poço que o meu avô Manuel abriu a pulso até aos 16 metros, que eu encontrava um paralelo com a cidade, a vila e o burgo antigo que descobria. Aí, no cimo da encosta, no lugar de Flores, na margem do rio Corgo oposta ao cimo do lugar do Cabeço, ou da "Santa Cabeça", onde inicialmente a realeza perspetivou a fundação da cidade de Vila Real, tendo abandonado a favor do lugar de S. Dinis, vislumbrava o vale apertado com a ponte de Piscais e o Corgo ao fundo onde as

lavadeiras lavavam a roupa de suas famílias e também para os soldados do regimento de Infantaria 13, e onde o meu padrinho moía os cereais nos moinhos de água artesanais. Um quadro em que o Corgo era rei e guardião de eras passadas!

Contudo o progresso havia de orientar uma infância, adolescência e juventude vivida em contexto urbano, a escassos 3 km da minha aldeia. Aldeia que hoje já não o é mais. É bairro com transportes públicos e ladeado por um Itinerário Principal (IP), também ele transformado numa autoestrada em alguns locais entre Bragança e Porto. Uma etapa da vida em que nunca deixei de manter a proximidade com os assados, os enchidos (salpicões, presuntos, alheiras e linguiças) curados na cozinha velha, em que as paredes de granito empilhado, extraído dos montes próximos, eram cobertas de fuligem preta que voava da fogueira que aquecia os potes de ferro fundido com três pernas, onde a avó Zulmira cozinhava; ali mesmo, no chão. Também dos montes próximos o meu avô extraiu pequenos calhaus que organizou para erigir muros que ainda hoje se mantêm a ladear o pequeno quintal onde habito. É pois nestes vestígios cada vez menos presentes, num crescente e transformado conceito de ocupação do terreno, que ouço as memórias das pessoas mais idosas e sobretudo da minha avó, hoje com 94 anos de idade e uma vida dedicada à labuta e à luta. À luta contra a adversidade em que a premissa lavoisieriana "nada se perde tudo se transforma" ganha expressão em mãos calejadas e espíritos irredutíveis, desassombrados e combativos. Contam-me essas pessoas que o local onde habito se chamava "Tojeira". Conta-me a minha avó que quando casou veio do Corgo, onde vivia, e que tudo isto era mato. Mato desbravado e saibrado por forma a permitir que terrenos rochosos expostos no cimo de uma encosta pudessem tornar-se cultiváveis e férteis. Mais uma vez o manto de fertilizante foi oriundo da mais avançada

"agroquímica" que ali se conhece – a vegetação ceifada à superfície do terreno a transformar e a vegetação arbustiva dos montes próximos. Centenas de molhos de tojos, urzes e giestas transportados em ombros permitiam o aceiro e o arejamento das matas, a cama para os animais e a base para a agricultura de subsistência. Não havia produtos embalados, prazos de validade ou frigoríficos. Comia-se o que se produzia e os víveres perecíveis eram salgados e guardados num, à minha infância, assustador caixão de madeira - *salgadeira*. O azeite era armazenado para um ano numa grande vasilha de metal. E daí se retirava para a culinária e para as candeias que iluminavam a noite, montadas num design capaz de fazer corar de inveja o mais lustroso dos *Aladim*. Os colchões em que se dormia, tal como os telhados das casas, ainda hoje possíveis de observar na serra do Alvão, eram elaborados com a palha seca resultante da safra dos cereais.

Os salpicões depois de fumados e os presuntos despedaçados eram armazenados em óleo, em abastadas talhas de barro preto de Bisalhães[1]. Que apenas ficava preto na cozedura, com os tições magistralmente regulados na sua combustão pelos oleiros dos fornos comunitários do subsolo, que estes abasteciam. Também a vasilha em que se cozia o arroz e assava a carne, em forno de lenha, colhiam o trago excecional da preparação singular e tosca cerâmica. O forno, construído em *tijolo burro* e argamassa, terminava ao jeito de uma cúpula mourisca. No seu interior eram colocados grossos e secos toros de árvores a arder. Quando atingia determinada temperatura, que eu nunca vi a minha avó medir com nenhum termómetro ou "gadget" acessório, eram retiradas as brasas e colocadas no interior a assadeira

1 Este tipo de olaria e a sua técnica de fabrico foi certificada como património imaterial da UNESCO em 2016.

com a carne cortada em porções ideais e a assadeira com as batatas, ambas, em conjunto com o alguidar de arroz, numa ordem hierarquizada, para que, quando o forno fosse aberto, produtos de diferentes dimensões, consistência e estrutura pudessem ser apreciados. Eu, que até sou pessoa de se achar capaz de preparar um arrozinho, obviamente mexendo e vigiando para que não agarre ao tacho, achava o processo de preparação do arroz de forno uma arte. No fundo do alguidar de barro era depositada uma quantidade de arroz cru, uma quantidade de água e os necessários temperos. Fechava-se o forno quente albergando o alguidar e as já referidas assadeiras, tapando-o com uma humilde portinhola de madeira. E espante-se, calafetava-se esta com bosta de vaca, ou cinza e lama, pelo exterior para impedir as fugas de calor e a regulação da temperatura no interior. Não era necessário mexer ou virar os alimentos, ou sequer espreitar por uma qualquer minúscula vidraça inexistente para acautelar imprevistos. Quando, na hora certa, se abria o forno, nada transbordara, nada queimara e todos os recipientes haviam cozinhado pela hierarquização e disposição de engenharia culinária, um repasto de memória.

A acompanhar também o vinho produzido ao longo do ano e armazenado em um tonel de 12 pipas, que junto com outros artefactos no armazém descreviam o currículo e granjeio familiar de diversas propriedades, em tempos idos. As sementeiras, as desfolhadas e as vindimas eram momentos de reunião e confraternização. Vizinhos e amigos acudiam-se e todos beneficiavam na medida certa e a seu tempo, do seu quinhão de felicidade. Era assim que o tempo decorria.

Embora nunca me tivesse ausentado por grandes períodos desta realidade, após quinze anos a trabalhar no distrito do Porto, consegui mobilidade para exercer

funções junto da minha residência. Voltei ao Agrupamento de Escolas Diogo Cão, onde fora aluno e exerci neste retorno funções docentes na EB/JI do Corgo, junto ao rio e ao parque florestal da cidade; minha antiga base de esquiva da urbe, meu autódromo de carrinhos de rolamentos.

Decorria nesse ano o VIº centenário da conquista de Ceuta e no âmbito de um projeto escolar sugeri a integração deste acontecimento. A tarefa exigiu pois que recuperasse ficheiros e apontamentos dos tempos de faculdade, por forma a atualizar a minha própria memória. Mas foi sobretudo no decurso de uma revisita a Ceuta, após um périplo, em moto, pela costa africana em busca de vestígios da presença portuguesa e o estabelecimento de contactos com o cronista do Ayuntamento de Ceuta e também com um descendente da família de D. Pedro de Menezes, que se tornou possível reunir força anímica e mais informação para produzir este texto. Mais que uma dissertação, este constituiu o fechar de um ciclo que teve o seu início no dia em que pela primeira vez vislumbrei a espada no brasão do palacete do (suposto) dono do restaurante Espadeiro. Novamente de regresso a Vila Real (Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus), após outro ano em Leça da Palmeira, pude também contar com o estímulo de mais alguns amigos para a sua conclusão, nomeadamente do Professor Doutor Miguel Seixas.

Ao olhar o passado, da minha infância e adolescência e a forma como constato os contrastes do *modus vivendi* de então com os da atualidade, vejo-me também obrigado a prestar uma homenagem a todos os que empreenderam um caminho de pesquisa que, mais próximo ou distante dos dados que hoje detemos, trouxeram até nós perspetivas de reformulação e estimulação do prazer de pesquisar o passado,

desprovidos de paixões ou convenções formatadas. Nomeadamente a autores como Luís de Sousa, Dias Dinis e Ângelo Minhava, que versaram num tempo em que não existia internet ou acesso e conhecimento massificado de publicações, hoje à distância do teclado de um computador. Numa época em que a pesquisa bibliográfica e histórica eram proporcionalmente um ato de hercúlea dedicação, ousaram duvidar da(s) adoçadas e adotadas lenda(s), abrindo-nos caminho. Não esquecendo o expoente pioneiro, Gomes Eanes de Zurara que, embora hoje acusado de escrever à medida da encomenda de seu senhor, esteve nos locais[2] e falou com sobreviventes e descendentes do acontecimento que aqui trataremos. Sendo dele o primeiro registo do evento. Quando muito, a respeito do que aqui se aborda e na relação com aquilo de que o acusam, o enaltecimento da figura do Infante D. Henrique, crê-se que pouco, ou nada, terá a ver com a fidelidade com que retratou o episódio do processo da nomeação do primeiro capitão de Ceuta.

---

2 *Se acerca do seu estilo houve diversidade de opiniões, a sua sinceridade hist. Tem sido igualmente bem avaliada por todos, e das suas mesmas obras se póde coligir. Os defeitos dos seus heroes saõ trazidos a campo, com a mesma clareza que as suas virtudes, as intrigas são declaradas sem respeito a pessoa alguma, e ajunta a esta rara qualidade, para lhe darmos credito, o ser contemporâneo do que escreve, e o não ter poupado a meios para instruirse para conhecer o que escrevia. Fez larga demora em Africa, só para ver os lugares que eraõ teatro da historia que emprendeo, e tomar miúdas e exatas informações do acontecido.*

José Correia de Barros da Serra, secretário (dinamizador fundador e posterior presidente da Academia Real das Ciências após resignação de seu amigo, o Duque de Lafões), na qualidade de editor da Coleção de Livros Inéditos da História de Portugal, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II (1792) *In (*Zurara, G. E., *Crónica do Conde D. Pedro in* INCM 2015 : 6-7)

ESPANHA
Estepona
Algeciras
Gibraltar (GB)
Tarifa
O. Atlântico
Ceuta (E)
Tânger
Mar Mediterrâneo
Tetuan
Arzila
MARROCOS

À sempre nobre e acolhedora

cidade de Ceuta

O termo "heráldica" deriva do contexto militar de "heraldo", o arauto, o mensageiro. Alguém ou algo que pretende transmitir uma mensagem. A simbologia é, portanto, uma síntese icónica visual de identidade que vemos, por exemplo, na existência de diferentes bandeiras de instituições, cidades, países... E nos "laços" coloridos que os oficiais militares usavam à cintura ou nos chapéus. Um outro testemunho é também transmitido pelos trajes tradicionais. Relembramos de imediato os "kilts" de estampados caraterísticos dos diferentes clãs escoceses.
Mas encontramos também esta síntese de sentidos ao nível da toponímia.

Debruçarmo-nos sobre o sentido e significado do nome das cidades, da simbologia heráldica é sempre um exercício complexo de retrocesso histórico em que os factos e as transformações linguísticas ocorridas criam uma neblina concetual, por vezes difícil de esclarecer. Tanto mais se nos aventurarmos a fazê-lo relativamente a divisas, empresas ou tenções, de famílias ou casas medievais. Que é Justamente o que sucede com a divisa "ALEU" de que aqui trataremos.

Comecemos com alguns exemplos de cidades portuguesas, seu nome atual e sua heráldica.

Lisboa

A "Felicitas Julia", Felicidade de Júlio César, que a designou município do império romano, pelo seu valor e localização estratégica, começou convencionalmente por

designar-se de ***Olisipo***. Existem, no entanto, diferentes perspetivas a sustentar a origem do nome atual.

Supostamente terá origem nos mercadores da cidade de Tiro, que por volta do ano 1200 a.C teriam fundado ***Allis Ubbo*** "baía amena".

Não obstante, pondera-se a referência aos *Sefes* que terão fundado algumas cidades no centro e sul do país nas quais se destaca nestas a terminação toponímica –*ipo*. Também existe referência ao mítico herói da guerra de Troia, Ulisses, imortalizado por Homero em *Odisseia.* De regresso a casa, este ter-se-ia perdido no mediterrâneo e teria aportado no Tejo e aí fundado ***Ulissipo.*** Esta lenda terá alguma referência em Estrabão (séc. I a.C. – Séc. I) Monumental Geografia *Ibi oppidum Olisipone Ulixi conditum: ibi Tagus flúmen.* Também em Camões (Canto VIII, estância 5) e até mesmo em Pessoa.
Ptolomeu ter-lhe-á dado o nome de ***Oliosipon.***

Contudo existe também a possibilidade de ***Elasippos*** – nome de um dos filhos de Neptuno "que lança os cavalos na corrida" – em referência aos antigos cavalos do Ribatejo.

Os visigodos ter-lhe-ão chamado ***Ulishbon*** e os árabes ***al-Ushbuna.***
Ou ainda o termo latino ***Lix Bona*** "água boa".

Na sua heráldica faz-se, porém, menção à barca que supostamente trasladou os restos mortais do mártir S. Vicente, patrono da cidade, por ordem de D. Afonso Henriques, desde o Algarve (do árabe *al-gharb al-ândalus*; *al-gharb*, "oeste, ocidente") até Lisboa escoltado pelo(s) corvo(s) protetor(es).

Porto

A heráldica exibe a imagem da patrona da cidade, virgem da Vandoma, em referência à imagem que encimava uma das portas do morro da Sé e que haveria sido trazida no virar do primeiro milénio por Nónego, bispo gascão da localidade francesa de Vendôme.

Aparentemente o nome da cidade terá relação com o ancoradouro *Kalli* "belo".

Ali houvera passado, segundo lenda, Catelo (**Gaythelos**), filho de Cécrope I, o mítico rei de Atenas. Aí chegado de barco com a sua esposa egípcia Scota, terá chamado ao local ***Porto Gatelli*** e a expansão destas tribos por si criadas levara à atribuição do nome de sua esposa ao território da Escócia e do nome Gália à região dos gauleses. Sendo assim, tornou-se o patrono das línguas gaélicas. Na região do noroeste da península ibérica terão existido então as tribos de origem celta, os *gallaeci (*do grego *kallaikói).* Esta palavra designava também uma zona e supõe-se ter dado origem a Galécia/Galiza, da qual a área do norte, do ainda inexistente Portugal, era parte integrante. Os romanos, ao conquistarem estas tribos, terão em função de um antigo castro existente nas margens do Douro denominado o local de ***Portus Cale***, de onde derivaria não apenas o nome da cidade do Porto, como também do condado que decorreu da conquista de Vímara Peres[3] aos muçulmanos em 868 e tomou esse nome para se distinguir do condado da Galiza. Mais tarde foi atribuído pelo rei de Leão ao conde D. Henrique de Borgonha e sua filha Dª. Teresa. Daqui resultou também o nome do país aí gerado por seu filho D. Afonso Henriques - Portugal.

[3] (posteriormente também senhor de *Vimaranis* - Guimarães)

Braga

Ali bem perto, Braga, após a também conquista dos romanos da região, tornar-se-ia uma das cidades mais importantes do império, tendo sido capital da província da Galécia/Galiza. Foi fundada em 16 a.C por César Augusto e criada sobre um povoado Celta conquistado. Esta cidade, posteriormente capital do poderio dos invasores suevos, a mais antiga do território português (considerando o Condado Portucalense o seu ponto de partida), é bastante mais consensual quer quanto às origens do topónimo *Bracara Augusta*, com origem na tribo pré-romana "Bracaros", bem como na heráldica atual, que adotou a padroeira Santa Maria de Braga, a quem também é dedicado o maior monumento da cidade – a Sé de Braga - importante pela sua relação estreita com a diocese e o bispado que recebe essa cidade por doação de D, Henrique e D. Teresa em 1112. – A cidade dos arcebispos.

Chaves

Mas eis-nos chegados a um dos singulares casos em que o nome da cidade e a sua heráldica atual aparentam alguma originalidade na relação com a origem histórica deste antigo e insigne centro urbano onde no séc. XV foi impressa a primeira obra em língua portuguesa. Alguns elementos da heráldica e do topónimo suscitam alguma curiosidade. Aparentemente o nome da cidade, quando analisado por referência às chaves que surgem no seu brasão municipal, parecem-nos consensuais e escusas a grande margem de dúvida. O nome designa certamente o objeto.

Atendamos a alguns episódios da História da cidade, não apenas com o propósito de a enobrecer e homenagear, mas também de perceber se estas hipóteses iniciais teriam potencial de, no tempo futuro, formular uma tese que se coadune também com a simbologia desse brasão para criar um todo dotado de alguma solidez e consistência.

Sugerem-se algumas linhas dedutivas para a figuração das chaves no brasão da cidade de Chaves.

Comecemos pela perspetiva do controlo dos territórios, da civilidade, e poderia simplesmente decalcar-se o objeto "chaves" enquanto símbolo da guarda e controlo dos domínios da civilidade pelos seus residentes que, desde que se conhecem enquanto agregado social e cívico, evidenciaram um arreigado sentido comunitário proativo. Já num dos pilares da ponte romana se lê "AQUAFLAVIENSES PONTEM LAPIDEVM DE SVO F C" (Os Aquiflavienses Edificaram À sua Custa Esta Ponte de Pedra[4]).

Com tradição de defesa fronteiriça militar a cidade encontra-se também, em fase mais recente, fortemente intrincada no processo de afirmação do republicanismo nacional, também através das suas gentes. A população, alguns militares e polícias terão defendido heroicamente a cidade e mitigado a pretensão das incursões monárquicas, quando os exércitos, pensando que estas ocorreriam por Montalegre, para aí se tenham deslocado em força, deixando a descoberto a defesa da urbe.

4 Trad. Do arqueólogo alemão J. A. Hubner em "Inscriptionem Hispaniae Latinae" (*In* Machado, J., 1994:38)

No atual brasão, surgem duas chaves, "estando a da dextra volvida em cortesia[5]". Cortesia ao escudo da nação republicana certamente, e aos visitantes que aí se deslocam.

Esta perspetiva, a de um povo que defende a sua identidade coletiva, parece portanto credível enquanto explicação das chaves como símbolo de domínio e controlo na simbologia heráldica e consequentemente na designação do nome da cidade.

No território mouro de Ceuta à chegada dos portugueses eram também duas chaves (Dornelas, A. 1920: 165/168) que figuravam no brasão. E aqui facilmente se anui a analogia às duas chaves que controlam o acesso entre dois continentes pelos dois locais muçulmanos de então (mouros granadinos em Gibraltar e mouros marroquinos em Ceuta), ou ainda a passagem entre o Atlântico e o Mediterrâneo, pelas *colunas de Hércules*.

Poderíamos também considerar a perspetiva religiosa e também aí encontramos alguns indicadores para a iconografia das chaves.

O Imperador Constantino empreendeu mudanças que iniciaram o processo de adoção da religião católica como religião oficial de Roma. Ele que se intitulava de *pontifex maximus*, a exemplo dos antecessores pagãos, a mais alta autoridade religiosa, foi gradualmente estabelecendo a formalização e transição da adoração de divindades pagãs para o contexto da adoração da divindade cristã. Na Bíblia em Mateus 16:19 Cristo atribui a Pedro, "*potestas clavium*" (o poder das chaves). Atribui a Pedro a condução da igreja e o poder de representar o "Céu" na Terra, de abrir e fechar, ou seja, de executar e decidir. Constantino definiu o calendário e estabeleceu o dia de

5 Diário da República n.º 260, III Série, de 11-11-1987

descanso semanal "Dominicus" (o dia do senhor); adotou a simbologia religiosa, cunhando-a em moedas; e convocou o primeiro concílio de Nicea com o fim de unificar as ideias e correntes cristãs. Este marco em termos religiosos tem em Aquae Flaviae, no mesmo séc. IV, a coincidência de esta cidade ter sido sede de bispado. Nesse tempo os bispos adquiriram por via de Constantino mais poder, inclusivamente a nível judicial *episcopalis audientia* (o tribunal do bispo). Por ventura *potestas clavium* no "Céu" e na Terra, mas também em Roma e em Aquae Flaviae. Este pendor religioso cristão está também patente na centralidade cimeira das "quinas" (em cruz desde a fundação da nação) inscritas no escudo português.

Se, por outro lado, pesquisarmos a via onomástica, em 1860 Ignácio de Vilhena (1860: 124) diz-nos que a cidade tem por *brazão de armas um escudo, com cinco chaves de oiro em campo de prata*.

> *Foi esta uma das povoações da Lusitânia que os Moiros na sua invasão destruíram inteiramente, nos princípios do seculo VIII (...) Porém no anno de 1160, estando já constituída a monarchia potugueza, e reinando el-rei D. Affonso Henriques, foi restaurada por um grupo de portuguezes capitaneados por Garcia Lopes e Rui Lopes, que, em comemoração d'este feito acrscentaram aos seus nomes o apelido Chaves*[6]*, que transmitiram aos seus descendentes.* (Vilhena, I., 1860: 122)

No entanto nenhuma destas hipóteses (que acima propositadamente enunciei com o intuito de destacar a fragilidade que as análises sugestivas podem suscitar, embora colhendo alguns referenciais históricos de sustentação) parecem coadunar-se com a

[6] Possívelmente derivando do hebraico "jacobus", "Jacomus", "Jacob", "jaime", "James" – "Deus pode proteger". Ou derivando do nome cristão "Isabel", um desenvolvimento de "Elizabete" – 1200 a.C. "Elish-eba" "Juramento de Deus".

existência da iconografia das chaves e com a designação da cidade. Aqui confirmamos a adoção do brasão de uma família com cinco chaves por uma cidade. E supostamente estaríamos munidos de uma razão quanto ao nome da cidade enquanto Chaves. Porém, o processo que sustenta a designação da cidade com esse nome é muito anterior à monarquia portuguesa. E parece pouco estar relacionado com as chaves que esta família desenhou em seu brasão. Já no dealbar da nação, esse entendimento materializado do objeto era comum. Mas procuremos entender o que haveria sucedido, para que resultasse no desenho posterior de umas chaves.

> *Deve esta villa a sua nascença a uma nascente de água sulfúrea, que ali se descobriu sob o domínio dos romanos.* (Vilhena, I., 1860: 122)

> *As inscrições das colunas da ponte de Chaves e a riqueza epigráfica da época garantem-nos a derivação fonética do nome atual de Chaves, a partir da Flavias medieval e decorrente por sua vez da (Aquae) Flaviae romana.* (Machado, J., 1994:42)

Este centro urbano e administrativo da província romana da "Galécia", e descendente da tribo pré-Romana dos *Turodos* situava-se na via que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Astúrica Augusta* (Astorga – Espanha) e adquiria particular relevância devido às suas águas termais. A cidade foi denominada ***Aquae Flaviae***[7] *- Aquis Flaviis,*

7 Júlio Montalvão Machado (1994: 42) refere que, na obra "Geografia" de Ptolomeu, que morreu no séc. II, terá surgido com a designação de "Aquae Laiae" associada ao povo castrejo pré-romanico dos "Turodi", embora os seus editores e comentadores tenham alterado a menção para "Aquae Faviae", por considerarem um erro no manuscrito. Inácio de Villena Barbosa (1860:122) em *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas* defende ainda que terá também sido designada *Aquae Calidae* em referência à fonte de águas quentes que ainda hoje alimentam a potencialidade termal da cidade. Contudo, como observamos em Júlio Montalvão Machado (1994: 40-43), no "Padrão dos Povos" em 79 d. C. que se

(Águas de Flávio[8]) em menção a Tito Flávio Vespasiano (séc. I). Daqui resultou o gentílico e a conotação das suas gentes como "flavienses".

Contudo a declinação fonética, no Latim, de [FL] de "Flaviae", "Flavis" e [CL] de "clavem", "clavis" (menção latina utilizada para designar um objeto que abre e fecha uma "fechadura") terá resultado em simultâneo no [š- CH] de "chavis", "chaves", aceção popular miscigenada que hoje designa a cidade (supostamente formalizada por D. Afonso VI de Leão[9]).

O que se nos apresenta como mais evidente na literatura terá sido mesmo o resultado toponímico decorrente de uma declinação fonética que favoreceu uma analogia entre um nome de uma família imperial romana e de um objeto de uso funcional corrente, em que [FL]avis e [CL]avis teriam resultado em [š_CH]avis. Ou seja, parece ter prevalecido o sentido genérico do instrumento/objeto comum a toda a latinidade linguística, na toponímia local.

Enfim, uma série de questões que seria importante investigar a fundo, porque a dúvida suscita o interesse.

encontra junto à ponte romana da cidade, é referida como a primeira de uma lista de dez "civitates" os "Aquaflaviensis", que junto com outros nove povos vizinhos teriam eregido este monumento eventualmente como agradecimento a Roma pelo "Jus Lattii" atribuído a esses povos, ou ainda pela construção da Via XVIII do Itinerário de António, que a todos beneficiava.

8 Júlio Montalvão Machado (1994: 29) refere que *o título "Flávia" o mereceram apenas aquelas populações já de um valor urbano socio-económico superior, próprio de "populos" ou "civitas", o que sem presumir demasiado, vem demonstrar o estado de desenvolvimento da população ribeirinha do Tâmega e o interesse particular que os "Flávios" dedicaram à reorganização cívica desta região.*

9 Inácio de Villena Barbosa (1860:122)

Contudo, e porque o motivo que aqui nos convoca é a análise da simbologia da cidade vizinha de Vila Real, deixaremos para outra oportunidade esta(s) abordagem(s). Não sem antes sublinhar a pertinência que este exemplo da toponímia e heráldica de Chaves encerram para o capítulo de singularidades, "certezas" e dúvidas com que nos depararemos até final deste texto.

Vila Real

Esta cidade emergente desde a rupestre Panóias (Constantim), por decisão régia, consolida-se durante o século XIII, em local estrategicamente selecionado e, aparentemente, colhe seu nome dessa ocorrência.

Relativamente à sua toponímia, a par do que hoje parece elementar e consensual - a denominação Vila Real ("A filha de D. Dinis") conter o qualificativo "Real" pelo facto de o monarca ter sido (embora não pioneiro) o maior impulsionador da organização administrativa, importa ponderar a hipótese avançada por Inácio de Vilhena Barbosa (1862: 166), oriunda de opinações alheias. O Real recente decorreria segundo o autor, de uma deturpação de *Rial.* Uma vila que fundada efetivamente por decisão real, se designaria *Rial,* pelo facto da sua localização topográfica (aquando da sua implantação no morro de S. Dinis) se situar entre a confluência de dois rios – Corgo e Cabril.

Já no que respeita à heráldica e em particular à sua divisa aí inscrita, o mistério e o enigma, parecem ser o mote para uma análise que se procura desenvolver nas páginas seguintes

I

"ALEU" – A(S) LENDA(S)

Os dicionários atuais determinam a palavra ***aléu*** como tendo origem obscura. Define na atualidade as ideias de: *vara com que se jogava o jogo do truque ou da choca;* (regionalismo) *alívio, descanso.*

> A palavra *álea*, (do francês) *allée*, surge como representando: renque ou fileira de árvores, pedras ou figuras esculpidas; alameda; aleia, avenida.
>
> O verbo *alear* (do latim) surge como:
> bater as asas para se manter no ar; voejar.
>
> O verbo *allidere* (do latim) bater.
> ...

Tentemos mergulhar na "obscuridade", procurando desvendar o sentido da divisa do brasão de Vila Real, também, como veremos, presente e associada a outros locais. Existem duas versões lendárias ligadas a dois reis, mas com um ponto em comum o *jogo da choca* (semelhante ao atual hóquei) em que, com varas, se procurava

conduzir a *"reca"* ou *"porca"* ao celeiro, num jogo tradicional rústico das terras de Trás-os-Montes e Beiras[10].

A choca seria um jogo eminentemente campesino ligado ao mundo rural, pela denominação dos elementos. A bola era a "porca", a "reca", a "choca" e o jogador era o "porqueiro" que tentava meter a porca no "celeiro".

> "<<couto, minha nicha, couto meu celeiro, borro-lhe nas barbas, ao ruim do porqueiro>>
> (Centro Cultural de Vila Real 1980 – Jogos Populares Trasmontanos). (O Aléu, 1996: 12)

Uma das versões lendárias refere que D. Dinis, rei que em 1289 atribuiu foral consolidando tentativas de seus antecessores no estabelecimento de um novo burgo, numa deslocação a Vila Real terá observado dois rapazes jogando a choca, tendo-os repreendido por não se estarem preparando nas artes de combate. Sendo que estes teriam referido que, se necessário fosse, aquele *aleo* bastaria para resolver o combate. Ao que o rei, agradado com a resposta, terá mandado inscrever esta palavra nas armas da vila. (Não surge, porém em qualquer lugar, documento ou monumento conhecido dessa época).

Mas não fosse uma lenda suficiente, nova lenda e novo rei (D. João I – séc. XV) haveriam de inculcar nos mais céticos a mesma e intransponível conotação, dando uma frívola sensação de continuidade concetual histórica. No mínimo, a existência de

---

10 Em um manuscrito de 1558 Jerónimo de Vivar (Crónica y relación copiosa y verdadeira de los reinos de Chile) refere que o povo Mapuche (Chile), era, à chegada dos espanhóis, *muy grandes jugadores de chueca".* Em 1593 (Recopilación de algunos nombres arábigos) *"Chueca llamam en algumas partes d'Espana a cierto troçuelo pedacillo de madera (menos redondo que la bola) con que antiguamente jugaron los árabes en Espana e juegan hoy los labradores en Castilla.* Em Portugal o jogo parece inicialmente ter tido outras designações, no entanto similitudes conceptuais poderiam eventualmente ter conduzido à adoção de denominações comuns.

duas lendas referindo-se a um mesmo objeto e denominação (com alguns séculos de distância), é por si só, suspeita e ilustra, isso sim, a ambiguidade do assunto em questão, que, como vimos anteriormente, os dicionários atuais não arriscam mais quanto à sua origem, do que: "de origem obscura".

Esta segunda versão refere que, aquando da conquista de Ceuta em 1415, estando os fidalgos a jogar a choca em Ceuta (*...sentia-se a pancada seca dos rijos aléos de zambujo na redondeza das bolas* - Mendonça, H.L.:14), o Rei D. João I se acercara de D. Pedro de Menezes questionando-o da sua vontade e capacidade de capitanear o território conquistado, ao que este terá respondido: *Senhor, com este bordão apenas, vos prometo defender a praça de Ceuta, da mourama em peso.* (Mendonça, H.L.:18)... *E D. João I respondeu, tirando-lhe brandamente das mãos o aléu que ainda o conde empunhava. – Aqui mesmo vos recebo a menagem, amigo. E este bastão, que ora vos entrego, é a vara de justiça que haveis de manter sempre em vossa governança.* (Mendonça, H.L.:19).

Esta descrição, a par de outras também tardias, ornamentadas de pormenores que resultaram da fiação do tempo (cerca de 500 anos após o evento), levada a cabo, neste particular, pelo ilustre capitão de mar e guerra em 1912 (também autor do hino republicano de Portugal), parece ilustrar o corolário percetivo em torno do significado de *Aléu*, a ponto de os dicionaristas associarem, em primeiro plano, a palavra a um pau ou vara com que se jogava o *truque* ou a *choca*. Ou, por exemplo, a Federação Portuguesa de Hóquei em patins referir a palavra na designação do "stick" com que os atletas praticavam a modalidade (Regulamento de 1932). Mas vejamos as origens do jogo do hóquei. A Federação Portuguesa de Hóquei, tal como

a Fedération Internationale de Hockey (FIH), atualmente, refere que o jogo é na verdade uma modalidade com correlatos que remontam ao antigo Egito (4000 a. C.), à Etiópia, a Atenas, aos Aztecas, Índia, Paquistão, Pérsia e Japão.

Fig.1 - Túmulo de Thérístocles, séc. VI a.C. Museu Nacional de Atenas.

Se pesquisarmos a origem terminológica, vislumbra-se que a palavra *Hockey* (inglês) tenha derivado do termo francês medieval *hoquet* ou *hocquet,* também ele se referindo: a pau curvo, vara, bastão, cajado de pastor (*crook).* A sua figuração icónica remonta ao antigo Egito.

Fig. 2 - o ceptro (*hekat*) e o flagelo (*nekhakha*)

Fig. 3 – Sarcófago de Tutankamon – séc. XIV a. C.

O ceptro *hekat* ou *heqat* e o flagelo *nekhakha*: símbolos de Osíris e outras divindades egípcias, utilizados por diversos faraós. O *hekat*[11] como símbolo do rei pastor que orienta os seus súbditos e o *nekhakha* como símbolo da soberania e da execução da justiça.

É no mínimo estranho como duas línguas que derivam do mesmo tronco linguístico indo-europeu ostentem uma tão vincada disparidade: *hoquet* e *aleo,* para supostamente designar o mesmo conceito - bastão. Sendo que em Portugal, a ser verdade esta perspetiva, o jogo deveria chamar-se Jogo do Aleo e não Hóquei. E o "stick" ou bastão poderia, no hóquei português, ser retilíneo como o pau de capitania/ceptro de D. Pedro de Menezes e não curvo como, desde a antiguidade, surge figurado em vários pontos do globo, quando associado ao jogo. Como atrás vimos, no Regulamento de 1932 da Federação Portuguesa de Hóquei, a palavra ***hóquei*** coexiste com a palavra ***aleo***.

11 Osíris, pai de Hórus, terá sido o responsável pelo ensino das técnicas de civilização como a agricultura e domesticação de animais aos humanos da região do Delta. O cajado *hekat* surge já em suas representações. O termo *hekat*, no Egito, surge também como associado a unidade de medida de grão/farinha (1 hqt = aprox. 4.8 litros). (Papiro de Rhind - transcrição, de documento anterior, pelo escriba Ahmes, no séc. XVII a. C.)

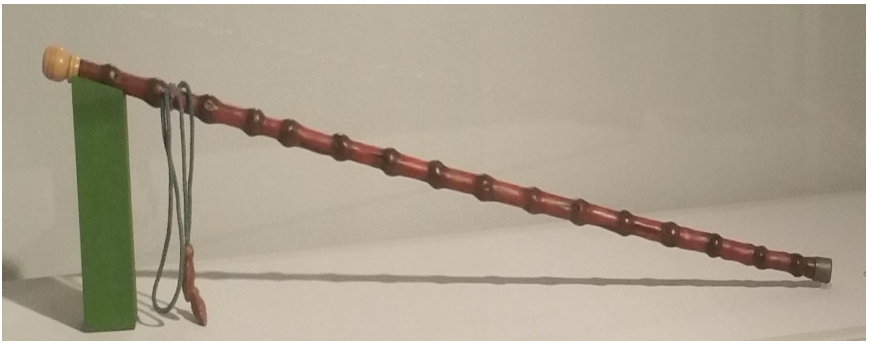


Fig. 4 - Réplica do Pau de Capitania/Ceptro/Bastão de Mando D. Pedro de Menezes – (Exposição comemorativa dos 600 da Conquista de Ceuta – Ceuta 1415 Lisboa/Historia de dos Ciudades - agosto de 2016)
Autor anónimo, que escreveu (finais do séc. XVI princípios Séc. XVII ??) nota marginal nos manuscritos de Zurara, afirmou que, quando tinha 19 anos, viu o Marquês de Vila Real entregar ao Rei D. Sebastião em 1574 o Bastão de Capitania, e que este tinha em uma das pontas um corno negro (seria o mais adequado para a condução frenética da porca/reca ou choca pelo terreiro?) *"(...) está engastado por ambas puntas, en una de marfil blanco, e en otra de cuerno negro" In* Baeza H. A., 1987a: *28.* Hoje quer o bastão, que se pensa ser o original e que está na mão da imagem de Nª. Srª. de África/Ceuta, quer esta réplica, têm no lugar de um corno negro, uma proteção metálica.

"Jogador" é de facto uma das várias conotações que tem a palavra latina *Aleo, Aleonis* e porventura pudesse até ter-se chamado *aleo* à vara com que se jogava a *choca*, uma vez que era empunhada por um jogador (*aleonis*). Mas porquê subverter um stick que por funcionalidade óbvia de condução da bola[12] era curvo desde há milénios nas origens do jogo do hóquei, para torná-lo num bastão menos eficiente para esse efeito? Será mais fácil o drible e remate de uma bola com o pé ou com um coto[13]? O basebol que se joga com um bastão retilíneo não é de todo adequado à ortopedia que a tradição e a descrição associam à condução e drible da *reca, da porca* ou da *choca* no solo. Os bastões retilíneos utilizados no jogo da *péla* parecem ter sido os ancestrais percursores de alguns desportos volantes atuais como o ténis ou o badminton e não tanto de jogos de solo.

12 *7. O porqueiro tenta meter a porca no celeiro, conduzindo-a com a ponta do pau.* (Cabral, A. 1998: 71)

13 Atente-se na estrutura do instrumento de jogo da Fig. 37.

"Sublimação", encontrou-a em alguns autores na associação de uma vara, bastão ou pau de capitania/ceptro à palavra *Aléu*, tal como surge nos dicionários atuais, ainda que se salvaguarde alguma dúvida referindo o termo como tendo "origem obscura".

Alberto Herrazti Baeza (1987ª.: 59) refere a propósito do Bastão de Capitania de D. Pedro de Menezes:

> *(...) es delgado y, en nuestra apreciación actual, aparentemente liviano para un juego como el de la choca, que parece exigir un instrumento mas parecido a una garrota. Pero esto son apreciaciones modernas y subjetivas nuestras, que desconocemos en esencia los usos y costumbres de la época, y nada impede que con este bastón, que es rígido , apenas flexible, e apto para golpear, pueda perfectamente jugarse a la <<choca>>.*

Pelas referências da atualidade que atrás mencionamos e por outras que pelo globo surgem quando associadas a jogos de condução de bola, tenho alguma dificuldade em acompanhar esta salvaguarda de otimismo funcional.
No entanto, o futebol enquanto desporto oficial é jogado com botas/chuteiras, mas também há quem o jogue descalço, como nota Baeza. Por certo, todos nos lembramos de um famoso jogo de escola em que quando não existia bola o designávamos de "futebol sem bola". Duas equipes, defesas, atacantes, guardiões, tática, gestão do esforço, competição, golos; mas... sem bola. Os jogadores eram a bola.

No Chile o jogo da choca (*chueca*) ou palín (palo - pau), era jogado pelos povos indígenas pré-colombianos com um bastão com ponta encurvada:

La voz "chueca", que parece derivar-se del latin "iocus" = juego, en Castilla servia para designar tanto al juego como a la bolita con que se jugaba. Respecto al bastón, algunos lugares se le debió llamar también "chueca", de igual modo se conocia, por derivacion, la tranca usada por los jaboneros para remover la lejia, y en Chile también se denominava "chueca" a un palo con punta encorvada utilizado para el citado Juego. (Baeza H. A., 1987a: 14)

Fig. 5 – Gravura retratando o Jogo da choca (chueca) (Histórica Relación del Reino de Chile. P. Alonso de Ovalle de la Compañía de Jesús. Roma, 1646.)

Embora não se podendo aqui fazer qualquer tipo de analogia contextual, senão um mero apontamento humorístico, uma vista aérea da Rua D. Pedro de Menezes em Vila Real apresenta uma configuração parecida a um bastão de hóquei, com ponta encurvada.

Fig. 6 - Fotografia satélite (Rua D. Pedro de Menezes/V. Real) – Google maps

Alberto Herrazti Baeza (1987.a:15) avança que, segundo as pesquisas de alguns filólogos, nomeadamente de Robert Ricard (1961), a palavra "aleo" procede do latim "olea" (oliveira; azeitona cultivada), sendo que os povos Tuaregues denominavam de *oleaster* a oliveira selvagem, que em Espanha se designa de "acebuche" e em português "zambujeiro" ou "azambujeiro", palavras derivadas do árabe "az-zanbüga" ou "az-zembucha". Refere ainda que com a mesma palavra os mouros granadinos nomeavam um dardo, um bastão ou varas. É também referido (1987.a: 17) que em Portugal "carrasco" ou "carrasqueiro" referem-se a um bastão ou garrote.

Acrescentando-se ainda que: (1987.a:16) *...en la província de Segóvia, la palabra "aleo" se utiliza para discribir... <<el sabor desagradable del aceite, y el olor que desprende cuando está mal clarificado>>*[14].

Surgem no entanto nesta análise alguns aspetos curiosos. Em primeiro lugar, os que adianta: *Es surpreendente y, cuando menos paradógico que para denominar un mismo árbol los Tuaregs empleen una palabra de raíz latina, y los ibéricos una palabra de raíz árabe.*

A presença árabe na península entre o séc. VIII e o séc. XV explicará esta inversão?... Sucede, porém, que o azambujeiro não possui bolotas, as mesmas que surgem em diversas figurações, bastantes anos após a simples palavra "aleo" (sem ornamentação) que o próprio D. Pedro de Menezes fez inscrever na sua carta de dote de 1431. Por outro lado, em grande parte das línguas europeias atuais, a palavra oliveira (*oliveira, oliva, olive*...) mantém a partícula inicial "ol" e não "al".

Também se considerarmos a linha de pensamento que sustenta a derivação da palavra "aleo" de "olea" ou "oleaster" a par do que, relativamente ao jogo da "choca" se defende: *Existen referencias*[15] *de que cada vez que un jugador conseguia hacer un tanto, traspassando con la bola el limite del campo rival, levantaba el palo e gritaba: <<aleo>>, al par que sus compañeros le rodeaban alborozados y careaban con entusiasmo idéntica palabra.* (Baeza H. A., 1987a: 15), de imediato nos surge uma questão:

---

14 Esta problemática é também tratada por Robert Ricard (1961: 183) "Latin «olea», touareg et portugais «aléo». Hypothèses et rapprochements".

15 Não é apresentada a fonte na monografia. No entanto podem tratar-se das referencias do historiador Afonso de Dornelas em *Elementos da História – I – ALLEO – Gloriosa Epopeia portuguesa em Ceuta* (1924) – Lisboa; D. Luiz de Gonzaga de Lencastre e Távora (Marquês de Abrantes e de Fontes) adverte quanto a incongruências na sua obra de 1970 - *A Heráldica Funerária de D. Pedro de Meneses – Comunicação às 1ªJornadas Arqueológicas da Associação de Arqueólogos Portugueses, apresentada em 3 de novembro de 1969.*

Se o jogo da choca é anterior ao acontecimento que atribuiu o bastão a D. Pedro de Menezes e a capitania de Ceuta em 1415, que gritariam estes jogadores? *"Pau"*?! *"Oliveira"*?! *"Azeite com sabor desagradável"*?! Esta tese, porém, em que se pretende associar o instrumento de jogo a um ditame de vitória poderia, no entanto, encontrar algum acolhimento na lenda vila-realense associada a D. Diniz no séc. XIII, em que dois rapazes teriam assegurado ao monarca que com o (suposto) aleo com que jogavam haveriam de pelejar em defesa do território. Contudo, esta remota lenda carece de fundamentação escrita ou iconográfica que sustente o eventual acontecimento, sendo, ao que sabemos, tratar-se apenas de efeito (mais que de causa factual) de tradição oral[16].

Quanto ao facto de azambujeiro, carrasco ou carrasqueiro se referirem a bastão poderíamos aqui suspeitar do facto de muitas das varas de diversos tipos de madeira deterem esse potencial, consoante a sua utilidade. Mas quedemo-nos apenas pelos mais comuns. Notamos, por exemplo, que o pau de freixo ou carvalho é utilizado em alfaias agrícolas, nomeadamente nos cabos de enxadas e também desde tempos antigos, pelos "Pauliteiros de Miranda" nas suas tradicionais danças guerreiras ou de fertilidade, também conhecidas e praticadas em algumas regiões de Espanha (ainda que com algumas variações) conhecidas como "Palotéo" ou "Danza de palos".

---

16 Afonso de Dornelas (1924: 71) recua até ao Conde D. Henrique que com outros franceses no séc. XI vieram fugidos das "grilhetas do feudalismo" ajudar o Rei de Afonso VI de Leão a conquistar e povoar o norte da Península Ibérica e aqui puderam livremente gritar: "*Alleo* – grito de vitória, liberdade e independência". E seria esta a origem do termo ALEU. O Conde D. Henrique, embora sendo um dos filhos mais novos do Príncipe Henrique de Borgonha, com mais dificuldade em herdar posição e fortuna de destaque, não deixava de ser um nobre, e como tanto, um privilegiado no contexto da França feudal. Ainda que assim fosse, Luís Távora (1970: 19-20) refere que existe aqui uma deturpação do termo "*Alé"* que surge no "Glossário das Palavras Antigas" de D. Bernardo da Encarnação e que o mesmo estende ao termo de regozijo ibérico ainda atualmente utilizado "Olé".

E por que não aludir à não menos campesina expressão "vara de marmeleiro", que em tempos e pelas suas caraterísticas servia como instrumento disciplinador e punitivo ("levar uma sova de vara de marmeleiro"), como ferramenta de trabalho, e também vulgarmente utilizada por pastores, ora para auxiliar as suas progressões em terrenos íngremes, ora para tocar e conduzir o gado. Ora mesmo para defesa (lutas descritas por Camilo Castelo Branco) ou uso recreativo e desportivo. Apesar de cada vez menos presentes, é ainda frequente, nas feiras de gado trasmontanas, os feirantes fazerem-se acompanhar da sua vara de marmeleiro, de castanheiro, de carvalho, de freixo de lodo/lódão... (Oliveira, E; 1984)

Parece-nos também algo surpreendente, admitindo a tese que defende que o bastão é o *aleo*, que durante a segunda metade do séc. XVI, quando as autoridades da Índia começam a fazer também a transmissão do bastão de mando entre governadores, estes, sendo essencialmente pessoas ligadas à família dos Noronha e Menezes, tenham denominado o bastão de "róta" o nome de uma palmeira autóctone, descuidando o pedido do ilustre 7º Almirante de Portugal, Fundador da Casa de Vila Real e 1º Governador de Ceuta que havia solicitado a seus descendentes na carta de 1431 a perenidade de sua divisa *ALEO*.

> *Y se de la circunstância que desde 1550, y durante los treinta y cinco años siguientes, los destinos de la India están mayoritariamente en manos de personas estrechamente vinculadas con Ceuta, una de ellas ceutí de nacimiento, otros Gobernadores de Ceuta y después Virreyes de la Índia, y todas conocedoras a fondo de las costumbres y tradiciones de la ciudad, pertenecientes a las famílias de los MENESES y los Noronha que, como integrantes de la Casa de Vila Real, tenían concedido a perpetuidade el usufruto de la Capitania General de Ceuta.* (Baeza H. A., 1987[a]: 37)

Das duas, uma: ou o bastão de mando, sendo o tão propalado *aléo,* era por todos estes descendentes considerado um utensílio fútil que (apenas um[17]) não cabia numa das embarcações, levando a que se improvisasse um qualquer galho no local; ou, o mais plausível, na nossa perspetiva, é que *aleo* fosse apenas uma divisa, um lema que efetivamente os seus descendentes mantêm até à atualidade e que o bastão de mando era efetiva e simplesmente um bordão de madeira, que, como notamos, se utilizou em diversos locais na antiguidade e produzido a partir de diferentes materiais autóctones.

17 Os governadores da Índia, descendentes dos Menezes, a quem seu "Avô" recomendara a perpetuação de seu mote *Aleo* chamavam *Róta* (nome de árvore local) ao bastão de mando. Contraria-se desta forma, um pouco, a perspetiva, dos que defendem que aleo é o nome da árvore olea (zambujeiro) com que os jogadores de choca batiam a "bola", nos dias imediatos à conquista de Ceuta. Parece que nas barcas portuguesas havia lugar para tantos destes (jogo de duas equipes). Ao ponto de segundo Baltasar Osório (1933: 77) o próprio Rei D. João I se ter apoiado num, após o seu ferimento. Curiosa mesmo, é a hipótese de eles terem planeado levar os bastões para uso recreativo, ainda em Portugal. Por certo, ao não dizer ao que iam, apenas abrindo o jogo em Lagos, talvez D. João I tivesse induzido seus guerreiros de que iriam em excursão naval para um retiro retemperador no Atlântico/Mediterrâneo, aquilo a que chamamos - FÉRIAS. Já levar apenas um, da mesma madeira; da mesma História; da mesma tradição para os governadores da Índia, seguindo a vontade e desejo hereditário, parece ter sido... empresa maior.

A escassa referência em que o bastão surge a par da divisa *alleo* num mesmo monumento é retratada em 1740-50 por Correa de Franca. Tal não é hoje possível de observar, uma vez que a igreja foi invadida pelos mouros e do conjunto referido apenas restou parte da imagem de S. Tiago no seu cavalo, da qual hoje apenas subsiste uma fotografia sem figuração dos elementos citados.

Fig. 7 - Foto dos restos do retábulo de Santiago após incêndio de 1694, hoje totalmente desaparecido – Ceuta

La capilla real de Santiago de Ceuta, ténia también pintadas en techo y paredes la palabra ALEO, así como un original y artístico retablo, cuyos detalles nos transmite Correa de Franca:

<<La capilla de Santiago se mantuvo separada de la iglesia principal del combento, fue mantenida por la caballería de Lanzas, en que existia la Hermandad, arruinada con las baterias de los Moros después que en el año 1694 sitiaron esta plaza; ella tenía un hermoso retablo, en médio de él la Éfigie del Apóstol Santo a Cavallo, y decían era retrato de uno de los Marqueses de Villarreal, y encima la imagen de N. S. De la Guia, y en los colaterales la de San Buenaventura e San Antonio de Pádua, de que se infere fué colocada antes de 1569, y en lo alto de cada una de estas un Ángel, embrazado en el izquierdo el Escudo de Armas de dichos señores e en el diestro un bastón con inscripción que decía ALLEO, representado el mando de esta plaza, que el Rey Dn. Juán el Primero destinó a su primer Capitán el famoso Don Pedro de Meneses, todo lo que consumió con el incendio de las bombas.>> (Baeza H. A., 1987a: 25)

Note-se contudo que, no brasão da casa dos Marqueses de Vila Real (1509), o elemento que surge no canto superior esquerdo do escudete central (sobre o original brasão de D. Pedro de Menezes) é uma espada prateada sobre fundo azul e não um bastão. Além disso, o facto de o bastão de mando poder ter sido representado junto da divisa que este criou em 1431, não significa que esta seja a designação daquele.

De resto, na carta de dote de 1431 o bastão de mando não surge. E porventura, adotando esta perspetiva, até deveria, se uma e outra coisa fossem coisa una. Afinal tratava-se do documento que transferia as propriedades por altura do casamento de seu genro, futuro governador de Ceuta[18].

Fig. 8 - Armas do Marquês de Vila Real, *in* Livro do Armeiro-Mor (fl 46r) (1509). Armas de D. Fernando de Menezes, 2.º marquês de Vila Real, 1.º conde de Alcoutim, e 1.º conde de Valença da segunda criação – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

18 D. Duarte de Menezes era filho ilegítimo de D. Pedro de Menezes, razão pela qual foi sua irmã e seu cunhado a herdarem a chefia da Casa de Vila Real e o Governo de Ceuta, cargo que D. Duarte de Menezes ocupou apenas interinamente. Contudo o seu valor militar e as suas qualidades administrativas viriam a ser premiadas com os títulos e cargos de 3.º Conde de Viana (do Alentejo), 2.º Conde de Viana (da Foz do Lima) e primeiro capitão de Alcácer-Ceguer. Morreu a defender D. Afonso V numa campanha no norte de África.

Fig. 9 - Armas da Casa de Vila Real, *na Casa da Prelada de D. Francisco Noronha e Menezes – Ramalde/Porto. (Portão de finais de séc. XVII - anterior à habitação – Séc. XVIII)*

Creio que o pendor da lenda adquiriu uma maior disseminação por via da transmissão oral, procurando o enaltecimento da personagem de D. Pedro de Menezes, do que propriamente pelo registo icónico e escrito existente. Isto leva-nos a questionar se a curiosa e enigmática divisa escolhida por D. Pedro de Menezes, ao não circunscrever um significado preciso e imediato, não terá sido, por isso, o agente propulsor que catapultou autores tardios (na dificuldade de acesso a fontes de que hoje dispomos) a este tipo de alusões e associações política e afetivamente "consensuais".

Algo nos parece incontornável: nos 150 anos após a conquista de Ceuta o Bastão de Capitania apenas se designou por pau ou Bastão de Mando, ou de Capitania. A analogia deste com a divisa *aleo* surgiu com descrições criadas a partir da descrição de Zurara, acrescentando palavras que o cronista não referiu, e que depois, de autor em autor, foram cimentando esta relação, como facto adquirido e verídico.

Ora, se na atualidade parece ser consensual esta analogia de senso comum entre o bastão de mando e a divisa de D. Pedro de Menezes, quer em Ceuta, quer em Vila Real ou mesmo em Portugal (por via dos dicionários recentes), nos anos próximos à conquista de Ceuta, ou à escrita da divisa na carta de 1431, onde pela suposta prática comum quer do referido jogo, quer pelo uso do termo "aleo", esta referência "aleo" (enquanto sinónimo de bastão de jogo) é expressivamente inexistente.

Hoje, em Ceuta, o bastão de mando está, com grande orgulho dos locais, e também nosso, exposto na Igreja de Nossa Senhora de África, e é utilizado (tal como no empossamento de Menezes) desde alguns séculos na transmissão do governo militar do território.

(...) Para Ceuta, además, Aleo es el nombre que damos al también conocido como "ou bastão de avó", el símbolo del gobierno ceutí que lleva siglos pasando de gobernador en gobernador y que más de la mitad de ese período ha estado depositado en las manos de la Virgen de Africa. (...)

D. José Luis Gómez Barceló, Cronista Oficial de Ceuta

(Correspondência particular – 2019)

Existem diversas publicações sobre o bastão e qualquer pessoa na rua designa o bastão de "aleo". Existe inclusivamente um grupo literário que se denomina "Grupo Aleo"; e é quase mote para uma animosidade suscitar a dúvida sobre esta correlação entre o bastão e o seu nome. Denominá-lo apenas de bastão é entendido quase como que uma tentativa de retirar ao utensílio físico a singularidade mística e "suposto" sentido da divisa escolhida por D. Pedro de Menezes, que ao longo de séculos, de autor em autor, de conto em conto e de ponto em ponto se foi urdindo. Em Vila Real sucede praticamente o mesmo. Note-se que no painel da sala principal de audiências do tribunal de Vila Real (Palácio da Justiça), Jaime Martins Barata em 1956 representou sob a iluminura da atribuição do bastão de capitania a D. Pedro de Menezes a seguinte frase:

Eu só com este aleo defenderei a praça.

Fig. 10 - Fresco de Jaime Martins Barata no Palácio da Justiça – Vila Real (1956) representando a atribuição do bastão de Capitania de D. João I a D. Pedro de Menezes em Ceuta.

Mas quem disse esta frase?!...

No decurso de uma alusão à divisa de D. Pedro de Menezes inscrita na carta de 1431, referem alguns autores:

> *Alleo ficou sendo a divisa de toda a família, Alleo usavam os Condes, Marqueses e Duques de Villa Real e de Caminha, gravado nos seus montantes, nas suas espadas de guerra e nos seus espadins de salla.*
> *Alleo ficou sendo a divisa das senhoras da Família que usavam esta palavra nas jóias e nos bordados.*
> *Alleo ficou sendo a ornamentação das salas, aparecendo nos fechos das abobodas, nas capelas dos Palácios que possuíam, esculpido por cima das janelas, emfim, por toda a parte.*
> *Alleo cercado de carrascos foi empregado como ornamentação em tudo quanto pertencia á Família Villa Real que descendia de D. Pedro de Menezes.*
> *(...)*
> (Dornelas, A.; 1924: 76)

> *El "ALEO" fue grabado con profusión en las espadas y armaduras, y bordado en las ropas y ornamentos, decoró las salas y las capillas, se moldeó en las bóvedas, se se esculpió en los frisos, se cinceló en montantes, puertas e ventanas.* (Baeza H. A., 1987a: 25)

Mas quando tal sucedeu? E como sucedeu?

De todas essas representações nunca surgiu uma iluminura do jovem D. Pedro de Menezes jogando a choca.

Procurando enquadrar a questão acima formulada, avança-se uma outra perspetiva.

Ao tempo do evento e nos dois séculos seguintes, em que as gerações próximas aos vivos de Ceuta (1415) se manifestaram como fontes dos escritos contemporâneos existentes, não há referência ao "aleo". O que não deixa de ser estranho numa época em que aparentemente era tão profuso o *jogo da choca*, e em que grande parte dos autores tardios (apenas quando já não subsistia viva alma desse tempo) começaram a afirmar ter-se este jogado com um pau com esse nome. Alguns deles, com alguns séculos de distância, até pintam com letras o evento, numa quase extasiante embriaguez dos sentidos, como se os próprios tivessem ali presenciado os detalhes de tal acontecimento, para que acreditássemos sem reserva. É claro que entre estes surgem também, alguns séculos após, os que suspeitam da conexão do bastão de mando com o jogo da choca e toda a argumentação antecedente e subsequente e que defendem que o bastão era uma bengala em que D. João I se encostava após uma queda numa das galeotas. Ou ainda aqueles que chegam a defender que o próprio rei jogou a choca com D. Pedro de Menezes em Lisboa[19].

Gomes Eanes de Zurara, que relatou com pormenor a Conquista de Ceuta em 1450 (apenas 35 anos depois), os feitos de D. Pedro de Menezes (1463) e de D. Duarte de Menezes (1468), e de acordo com bibliografia hoje conhecida, em ocasião alguma

19 Frei António da Purificação

referiu o "pau" como sendo um adereço do *jogo da choca,* nem muito menos o associa nestes termos (*Aleo)* ao bastão de mando que o Rei D. João I entregara ao primeiro governador.

Não existe em Zurara: *Aleo*.

Tal como nos cronistas Rui de Pina e Mateus de Pisano que nesse século, próximo à data do evento, escreveram sobre Ceuta. Note-se que Zurara foi propositadamente a Ceuta colher testemunhos quer do lado da população de Ceuta, nomeadamente entre os sobreviventes da tomada de Ceuta em 1415, quer do lado dos Muçulmanos.

Zurara, tantas vezes acusado de ser um propagandista régio que enaltecia os feitos de personagens no norte de África, foi ao que parece bastante mais comedido e ponderado relativamente ao que após ele se depreendeu de suas palavras. Refere então cronista:

> *metendo-lhe logo hum páo na maõ, dizendo que o tomasse em hora, que lhe desse Deos muita honra com vitoria dos infieis* (Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes in* INCM 2015 : 28)

Como refere Ângelo Minhava (estudioso e erudito vila-realense) na sua obra *ALEO ALEO – Quem Adivinha?* : A **lenda** teria nascido nos fins do séc. XVI ou início do séc. XVII e rolado qual **"bola de neve"** até aos nossos dias.

> *...a historiazinha devia ter começado na vila de D. Dinis: tem características trasmontanas: - a composição do lugar (...) a genuinidade da tal <<choca>>*

(jogo trasmontano-beirão) e a natureza da inconfundível bravata ou fanfarronada tão típica do nosso serrano altivo: <<Eu só com este marmeleiro, varro a feira!>> [20] *A transferência das personagens para Ceuta ou Lisboa, bem como a aristocratização do episódio, não chegam a disfarçar suficientemente a origem provinciana desta lenda.* (Minhava, A. 1998: 24).

Sobre as refregas em feiras:

E era o «varrer» da feira ou do terreiro, refregas épicas, verdadeiras lutas campais, de paus que cruzavam no ar, no furor das pancadas, num jogo largo de feira ou «varrimento» (...), entre nuvens de pó, no meio da gritaria das mulheres que fugiam em todas as direcções (Oliveira, E; 1984)

---

[20] Uma possibilidade que poderá estar na origem desta correlação entre a vara rija campesina, o bastão de mando e a palavra "aleo" é a referência ao pau-de-lodo ou pau-de-lódão que se colhe em zonas inóspitas, nas margens dos rios. Poderá colocar-se a hipótese de *"lodo"*/ *"lódão"* ter resultado em *lóde*; *alóde*; *aleóde* e finalmente *aleo* (??!!). Contudo parece-nos uma declinação fonética demasiado acentuada. Existe a referência ao lódão/lodo desde os tempos antigos. Camilo Castelo Branco faz referência às bravatas campesinas onde se jogava o jogo do pau e onde este pau-de-lodo era a primeira preferência para o fabrico deste bastão de jogo entre Douro e Minho, mas também a mais cara pelo facto de ser o menos abundante e disponível, também pela rudeza que a sua recolha implica. Ainda hoje o arbusto se chama pau-de-lodo ou pau de lódão. Este arbusto é da família das ulmáceas (*celtis australis*) e recebe também o nome de agreira, lodoeiro, nicreiro ou ginginha-de-rei. Esta perspectiva afasta-se também da perspectiva que defende que o Bastão de D. Pedro de Menezes é de pau de *acebuche* (com proveniência etimológica egípcia e árabe); azambujo; azambujeiro (*Olea europaea*) da família das oleáceas.

Um dos nossos informadores, natural da região de Basto, e velho jogador, diz-nos que desde criança ouvira histórias do jogo-do-pau e das façanhas dos jogadores realizadas em feiras e romarias, as quais estavam associadas a homens "notáveis" e destacados lavradores-proprietários, confessando que criara, assim, as suas primeiras imagens destes seus heróis: eram homens, fortes, ágeis e proprietários e que, antes mesmo de construir a consciência de si próprio, ouvira histórias das bravuras dos Iteirinhos. (...) Nos do Iteirinho, conhecidos como velhos mestres do jogo-do-pau, recordavam-se as bravas façanhas havidas nas Feiras de São Miguel, em Cabeceiras de Basto, como um dos palcos eleitos para refregas entre filhos de proprietários e heróis do "lodo", exaltando-se as corridas de cavalos e as refregas do "pau". (Monteiro, M. 1987: 15)
Não confundir jogo de Pau (luta) com jogo da choca (condução, drible).

No entanto, estes bordões retilíneos, entendidos como bastões de mando, têm já tradição na atribuição aos cônsules de Roma do poder de comando de cada uma das tribos de Roma.

Fig. 12 - Centurião Cenotafio de Marcus Caelius (séc. I) segurando o seu bastão de mando (vittis).

O Bastão de comando/ceptro ou pau de capitania, não era uma originalidade de um povo em particular, como por via sobretudo da tradição oral (assente e fortalecida sobre registos tardios) se pretende vincar. Este era um instrumento comum na antiguidade e também na época da conquista de Ceuta, associado à pessoa que

detinha o comando, que representava o poder delegado pelo regente. Símbolo de um vínculo entre a soberania e seu povo. Artefacto que servia de elemento de transmissão de poder entre altos titulares de cadeia de comando e que, por vezes, em batalha quando elevado fornecia ordens/sinais aos exércitos que comandavam.

Fig. 13 - Pintura contemporânea à conquista de Ceuta.
Guerra dos 100 anos - Bastão de comando na mão dos senhores leais ao rei da França que dirigem suas forças contra o inimigo inglês. (Min. séc. XV, Biblioteca do Arsenal, Paris.

A realeza egípcia há milénios usava a simbologia do cajado, do faraó pastor que orienta e alimenta o seu povo; no entanto, usava também o "flagelo" para representar o exercício da força, a aceção bélica/beligerante e a justiça. Algo que se faz representar ainda hoje, em algumas instituições militares e civis.

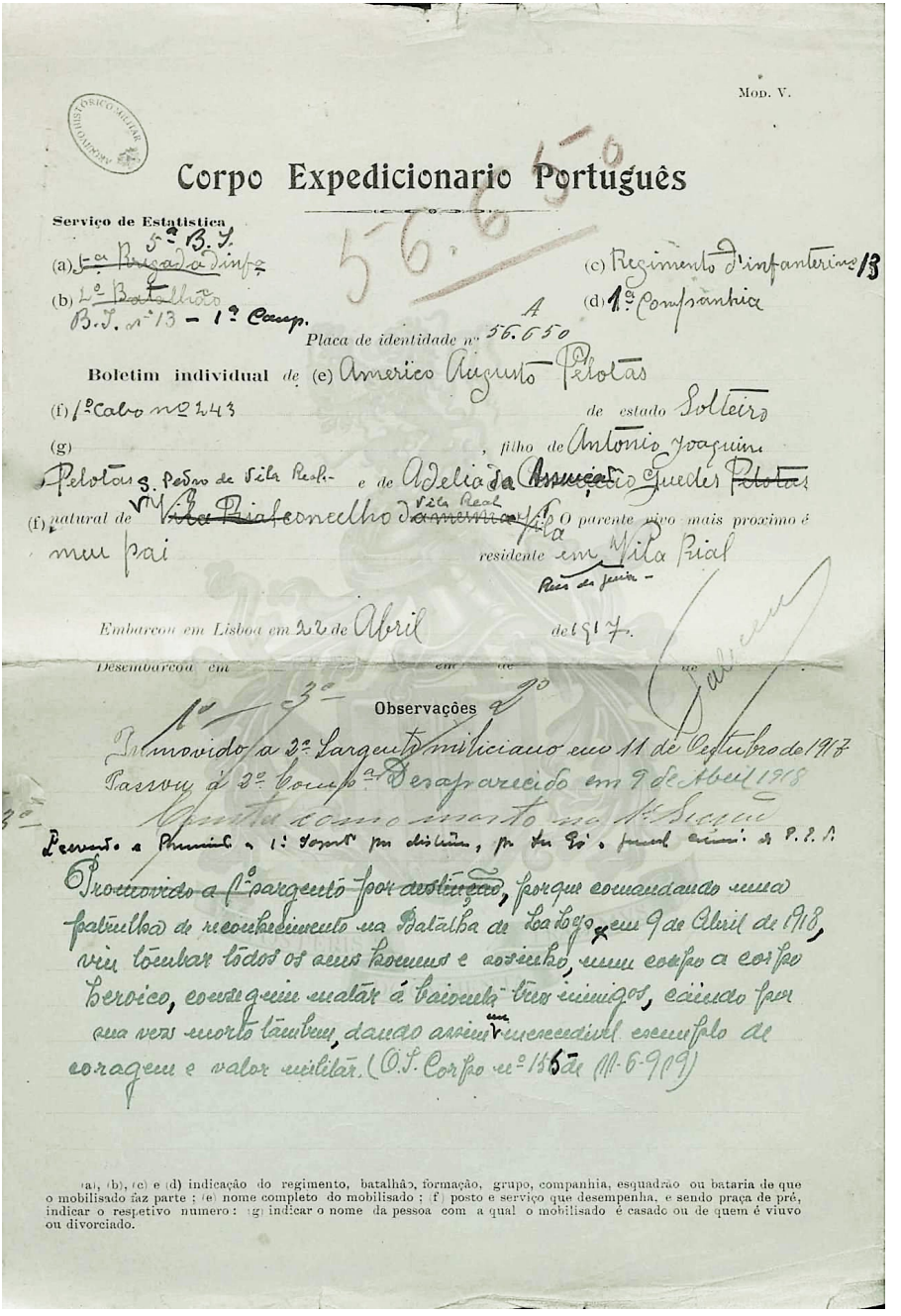
Envolta num contexto de incitamento à bravura, à vitória e boa gestão de um coletivo institucional, acima de tudo, foi também adotada pelo Exército Português no brasão do extinto Centro de Recrutamento de Vila Real a imagem do bastão de mando. Também no brasão do Regimento de Infantaria 13 de V. Real (armorial aprovado em 1980) surge um bastão e o termo *Aleo* combinado com a divisa: *nem um passo à retaguarda* [21].

Impõe-se a respeito do R.I.13 (respeitosamente) fazer aqui um parêntesis relativamente ao tema em análise, sublinhando o seu desempenho em várias campanhas no passado e também na atualidade. Poderíamos relatar aqui imensos vultos e façanhas heroicas deste evento, nomeadamente a história do soldado português com uma das mais altas condecorações, o soldado Milhais (natural do distrito de Vila Real). Mas destacaremos apenas um, como uma sinopse dos

21 No brasão do Estado Maior da Força Aérea portuguesa, surge no topo, uma mão erguendo um bastão de mando em representação moderna (mais curta) e uma divisa "Entender o inimigo e enganá-lo".

restantes. Expomos um egrégio apontamento sobre o militar do R.I. 13, sargento Pelotas em *Calvários da Flandres* - I Guerra Mundial, nos campos de França:

> *A 4ª companhia do 13, em reserva, fora encarregada de estabelecer, com um pelotão, o serviço de remuniciamento, escalando-se entre Vielle Chapelle e Lacouture. Pedem-se-lhes munições que não chegam nunca. (...)*
> *Eram 9 horas quando Alcídio lançou para a frente, a estabelecer contacto com o "boche", as primeiras patrulhas. Comandavam-nas os sargentos Belisário e Pelotas.*
> *A de Belisário é dizimada ao estabelecer contacto. A de Pelotas perde, um a um, os seus homens ceifados por uma metralhadora invisível. Sòzinho, por fim, face à morte oculta, avança, avança sempre. Cinco soldados "boches" cercam-no, apontam-lhes as baionetas, intimidando-o a render-se. <<Então êle enfureceu-se e parecia um leão. Deu um salto ao lado, caiu a fundo, espetou um que caiu logo, deu outro salto e deitou abaixo o segundo... la avançar para os outros, mas êles fugiram. 0 sargento Pelotas foi atras deles. E caiu ferido de estilhaço ou de bala...*
>
> *Valente? Não era, meu capitão?>> conta um soldado ferido e prisioneiro...*
>
> (Casimiro A., 1920: 40-42)



Mod. V.

Corpo Expedicionario Português

Serviço de Estatistica

(a) 5ª B.I. ~~5ª Brigada d'infª~~ (c) Regimento d'infanteria nº 13

(b) ~~2º Batalhão~~ B.I. nº 13 – 1ª Comp. (d) 1ª Companhia

Placa de identidade nº 56.650 A

Boletim individual de (e) Americo Augusto Pelotas

(f) 1º Cabo nº 243 de estado Solteiro

(g) , filho de Antonio Joaquim Pelotas S. Pedro de Vila Real e de Adelia da Assunção Guedes ~~Pelotas~~

(f) natural de ~~Vila Rial~~ Vila Real concelho ~~d'America~~ Vila O parente vivo mais proximo é meu pai residente em Vila Rial Rua da Junta –

Embarcou em Lisboa em 22 de Abril de 1917.

Desembarcou em em de de

Observações

1º 3º 2º

Promovido a 2º Sargento miliciano em 11 de Outubro de 1917

Passou á 2ª Compª Desaparecido em 9 de Abril 1918

Quinta como morto na 1ª Secção

Reservado a Promoção a 1º Sargento por distinção, por Sua Ex.ª o Senhor Comandante do P.E.P.

~~Promovido a 1º sargento por distinção~~, porque comandando uma patrulha de reconhecimento na Batalha de La Lys, em 9 de Abril de 1918, viu tombar todos os seus homens e sosinho, num corpo a corpo heroico, conseguiu matar á baioneta tres inimigos, caindo por sua vez morto tambem, dando assim um inexcedivel exemplo de coragem e valor militar. (O.S. Corpo nº 155 de 11-6-919)

(a), (b), (c) e (d) indicação do regimento, batalhão, formação, grupo, companhia, esquadrão ou bataria de que o mobilisado faz parte; (e) nome completo do mobilisado; (f) posto e serviço que desempenha, e sendo praça de pré, indicar o respetivo numero; (g) indicar o nome da pessoa com a qual o mobilisado é casado ou de quem é viuvo ou divorciado.

Fig. 11 - BOLETIM INDIVIDUAL DO CEP – CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS de AMÉRICO AUGUSTO PELOTAS (cota: PT/AHM/DIV/1/35A/2/60/5/56650) – Arquivo Histórico Militar/República Portuguesa

Mas quedemo-nos no motivo desta discussão.

Aleo significa efetivamente a vara, o pau, o cajado?

Em primeiro lugar, temos que debruçar-nos sobre a perspetiva material em que, desde a antiguidade, um pau, uma vara ou algum cajado com alguma consistência, se associa a um utensílio de apoio, orientação e condução no pastoreio, punição ou até mesmo recreio. Portanto, um género de uma extensão anatómica do seu portador. Nesta perspetiva primária, o seu detentor estaria à partida melhor munido que os restantes para esses intentos. Da perspetiva funcional e utilitária vista como alocada a cada indivíduo devemos passar à análise da perspetiva social, administrativa[22] e política. E assim desde as tribos mais ancestrais este instrumento

---

22 Miguel Metelo Seixas (2005: 106) refere: *É possível que as varas tenham servido outrossim como instrumento de aferição de medidas...*

No Museu da Vila Velha, em Vila Real, encontra-se exposta uma pedra com os sulcos onde se depositavam estas varas de regra/medida padrão em uso nesta vila e que substituíram as utilizadas em Constantim/Panóias; território administrativo de que derivou Vila Real, em outra localização (S. Dinis), durante o séc. XIII. Na sua legenda pode ler-se:

> *Medidas Padrão*
>
> *Sob o arco da Porta Norte, do lado direito, encontravam-se refundadas na pedra as medidas padrão da "vara" e do "côvado". O facto possui significado simbólico e revela o estatuto da nova população cujas medidas padrão passaram então a servir de referência, impondo-se e substituindo as medidas de Constantim, até então preponderantes neste território.*
>
> *(...)*
>
> *Através da acta da sessão pública realizada em 1860, para comparação das medidas antigas com as do Sistema Métrico Decimal, ficamos a saber que a "vara" equivalia a 109 centímetros e o "côvado" a 69 centímetros.*

Estes entalhes surgem normalmente nas portas das vilas ou de edifícios públicos de relevo e têm origem porventura egípcia e trazidas até nós pela romanização e trocas comerciais costeiras com outros povos. As medições tinham por base noções antropométricas e variavam de local para local. Podemos encontrar referências várias ao côvado no esquema do homem vitruviano que Leonardo da Vinci aperfeiçoou a partir das noções do arquiteto romano Marcus Vitruvius Pollio. Em Portugal estas medidas medievais (palmo, côvado, meio côvado, vara, meia vara, jarda e braça) foram usadas até ao séc. XIX, altura em que depois de um longo percurso de uniformização iniciado com D. Afonso III, se procedeu à adoção do Sistema Métrico Decimal. Podemos encontrar estes vestígios nas muralhas do Alandroal, Monsaraz, (Porta do Sol) Redondo, Sortelha, no Castelo de Cabeça de Vide, na Casa da Câmara em Estremoz, Igreja da Miserocórdia do Sabugal, na Sé do Porto, na Igreja da Madalena em Monforte, Moreira de Rei, entre outros. Em cada local as medições efetuadas, nomeadamente pelos mercadores, durante as feiras, teriam que reger-se por esse padrão. Era a ele que se recorria para aplicação de justiça em caso de fraude.

de caça, defesa ou condução de gado, passou também a ser entendido como um ícone e símbolo do exercício de poder administrativo, religioso, político, militar. Visual e facilmente identificado distinguia assim o líder de determinada comunidade, entre os demais.

> *Todavia, como insígnia de poder, o bastão remonta às mais antigas origens, tanto no domínio político-militar como religioso: todas as formas de ceptros, desde aqueles usados pelos faraós, até aos dos atuais soberanos, derivam de um bastão. Na Roma antiga, os lictores traziam como símbolo distintivo da sua função, um feixe de varas; ao passo que os áugures usavam uma vara de ponta curva. A igreja herdou o simbolismo dos bastões tanto da antiguidade clássica como do judaísmo (a vara de Moisés e os cajados dos profetas), retomando-os amíude, e antes de mais nos báculos de bispos e abades, insígnias de poder pastoral.* (Seixas, M. 2005: 105)

Ao longo do tempo, na diacronia da forja civilizacional, na passagem do conceito tribal ao conceito de sociedades mais alargadas, quer na geografia dos seus domínios, quer nas estruturas de organização e participação, assistimos gradualmente à evolução de mecanismos de função e tutela das comunidades.

Nesta dinâmica de expansão tornou-se imprescindível a organização e sofisticação do exercício de cargos públicos, na delegação de poderes de um coletivo sobre determinadas pessoas cujas funções deveriam desempenhar como expressão da ordem e salvaguarda do poder e identidade de cada povo e cultura (em termos genéricos) e simultaneamente como plataforma de gestão do quotidiano local a uma pequena escala.

Se desde a antiguidade a autocracia e o despotismo de líderes supremos e "iluminados" ditavam a dominância bélica e conquistadora na definição e nomeação para o desempenho dos papéis sociais e das intervenções a operar nas comunidades (pela razão da força), também foram surgindo ao nível da pequena escala local mecanismos de escolha destes representantes e destas decisões coletivas (pela força da razão). Nas cidades estado da antiga Grécia, não obstante a traços de oligarquia, descriminação, escravatura, entre outros aspetos que coabitavam, emergiram também princípios da orientação coletiva comunitária em função das necessidades e escolhas locais. Cidades-estado que antes de formarem parte integrante de uma comunidade nacional homogénea agregada pela sua proximidade geográfica, entre outros aspetos, ora miscigenavam mecanismos de coesão social comuns, ora assumiam a singularidade e orientação da educação e da composição das instituições de forma peculiar. Tínhamos, por exemplo os casos paradigmáticos da educação e estrutura social de Esparta e de Atenas. A primeira mais devotada às ações militares e terrenas; a segunda mais preocupada com a a emancipação da crítica, da subjetividade, da sensibilidade, da estética e das artes. Neste entremeio se forjou a *demokratía* e a noção do poder de decisão/eleição pelo povo. Não devemos contudo entender, para a análise que se segue, que esta surgiu isolada e em oposição liminar a outros sistemas de governação. Como acima referimos estes princípios coabitavam com outros, porventura opostos e condenáveis quando analisados pelos cânones da sociedade atual. Ainda hoje nos é difícil afirmar a democracia enquanto conceito teórico e simultaneamente como um conceito prático efetivo. Pretende com isto dizer-se que a emancipação de dispositivos do poder a partir das bases da sociedade, foram integrando e fazendo o seu percurso evolutivo a par de outros dispositivos de regulação da vida social comunitária já arreigados. O espaço e preponderância de

cada modelo podia então variar em função da natureza e da importância dos assuntos, áreas da sociedade e da hierarquização de prioridades consideradas.

Estas dinâmicas foram assimiladas pela civilização ocidental muito por via da conquista da Grécia por Roma, que foi mais que um mero ato de conquista militar de expansão territorial. Neste particular, a assimilação da cultura grega teve inúmeras repercussões nos mais diversos domínios da sociedade e na gestão do império, pelo que a ela nos referimos como: a cultura greco-romana.

Pois bem: estes dispositivos de emancipação da capacidade de decisão, ainda que de uma forma trôpega e primitiva foram também incorporados no pensar e no agir da civilização romana. Assim, desde o conceito de *genos*, às *fratrias*, à *pólis* grega, caminhou-se para as assembleias, em que o pressuposto básico era a comunhão de características comuns e contrapeso e equilíbrio de poderes entre os diferentes estratos e instituições do império. Os plebeus constituíam a maioria dos habitantes do império romano, ainda que não tivessem inicialmente o estatuto de cidadãos por serem apenas protegidos do estado (oriundos de territórios conquistados) sem linhagem em Roma. Estas dinâmicas de assembleias da plebe (*concilium plebi)* foram assim estabelecendo o poder de afirmação dos habitantes e das comunidades locais face ao senado dos patrícios, procurando estreitar distâncias e hiatos de status gregário, quanto ao conceito de cidadão. Estas assembleias locais elegiam os *aedīlis curules* (edil) que administravam as cidades e defendiam os seus habitantes. Com emancipação das *villae*, surgiram os *municipium* e consubstanciava-se um retorno à autonomia local, dos antigos castros, citânias subjugadas, ainda que centralmente dependente e regulada pelo império. Após o período romano, seguiu-se o período das invasões dos povos nórdicos e posteriormente os feudos medievais, as comunas e os burgos. A tentativa de fazer desvincular a liberdade burguesa do poder dos

nobres e clero feudais, através de grémeos (guildas) levou uma vaga posterior de senhores feudais a atribuir as cartas de foral, que se traduzia na permissão de administração e governo comunal, a troco do pagamento de taxas. Este processo contribuiu para o reforço do sentido de pertença e identidade comunitária que resultou, em Portugal, na emancipação das vilas e concelhos; da municipalidade. Assistia-se assim à aproximação dos "senhorios" e dos "conselhos", da administração central e da administração local, da voz da aristocracia e da voz do povo reunidos nas cortes (concílios, parlamentos, cúrias).

As picotas ou pelourinhos, que no parecer de Alexandre Herculano e Teófilo Braga tinham origem na *columna moenia* romana que distinguia algumas cidades com mais privilégios municipais, eram no domínio português o monumento que formalizava esta jurisdição administrativa e onde se efetuava e anunciavam atos públicos relevantes (exemplo: exposição e punição de criminosos, para conhecimento do público). A escolha dos juízes, vereadores, procurador à corte, tesoureiro e escrivão (hierarquia) do município eram reguladas por legislação. As Ordenações Afonsinas determinavam que fosse uma criança com idade inferior a sete anos a retirar dos sacos (pelouros[23]) o nome dos eleitos, de entre o conselho dos "homens bons".

O termo *edil* tem em Portugal o correlato do *vereador*. Esta palavra deriva de *verea* e é conotada com o ato de *verear* (apresentado como contração de *verificar...* no sentido de fiscalizar, avaliar, administrar o espaço público). Contudo existem outras nuances interpretativas:

23 Sistema instituído pelo Rei D. João I

> *Vereador vem de vere(i)a, forma popular do latim vereda, que deriva de veredus, cavalo de posta. O Vereador seria, pois, o "homem bom" encarregado de zelar pelo estado dos caminhos (vere(i)as da comunidade concelhia. Essas funções exigiam, pela sua própria natureza, a posse de cavalos para os percursos. Cavalos que os mais abastados dos "homens bons" tinham de possuir, por razões de ordem político-militar. Esta hipótese obtém reforço no simultâneo e paralelo costume de reservar a possuidores de cavalos o governo das cidades castelhanas. Todavia, a mesma palavra originária vereda··- Vere(i)a por uma outra via de evolução semântica, viria afinal, a confluir nos termos: verear, vereamento, vereação e vereador. Ora, segundo Viterbo verear é sinônimo de "usar de vereação, governar", e vereado, traduzia-se por "administrado, ou administrado com retidão e justiça, e utilidade pública". Numa convergência de significados, poderíamos então aceitar que aqueles "homens bons", que por motivo de sua riqueza tinham cavalos, seriam afinal os mais aptos e melhores para exercerem a administração concelhia (Dos Conselhos) encaminhando retamente os homens no sentido do bem público.* (Coelho, M. & Magalhães, J. 1986)

Nestas unidades administrativas, subsidiárias da administração central do reino, existia uma distribuição de tarefas tendo em vista a administração quotidiana das comunidades locais. O uso das varas ou bastões eram assim um meio de distinção e evidência de proximidade a posições de destaque, poder e representatividade delegada em diferentes áreas da sociedade. Estas existiam também ao nível da academia (Guarda-mor da universidade), das confrarias e irmandades... e eram portadas por seus "ministros".

Vara de Vereador

Capa, faixa, chapéu e vara dourada de vereador da Câmara Municipal de Coimbra, usança que perdurou até 1910. Falta neste conjunto a espada. Nos finais da década de 1980 estas varas estavam acondicionadas na Torre de Almedina, conjuntamente com as de juiz e de oficial de justiça, e chegaram mesmo a ser utilizadas na cerimónia de investidura da equipa do Presidente Manuel Machado, situação reportada pela imprensa local.

A CMCoimbra é detendora de uma colecção bastante completa de varas de edil, preservada na Casa da Cultura. Quanto à cidade do Porto, também há notícia de espécimes preservados do arquivo histórico da Casa do Infante. As de V.N. Famalicão foram canalizadas para o Museu Bernardino Machado.

In http://virtualandmemories.blogspot.com/2008_06_01_archive.html

Contudo, a aceção do conceito de "vereador" em D. Pedro de Menezes é algo redutora. Pois se à partida a atribuição do ceptro, ou pau de capitania, ainda que de um tosco material e decorrente de um improvisado contexto, represente a atribuição de "vigiar, guardar, gerir, administrar, medir, consertar...", fundindo aí as funções administrativas, judiciais e militares delegadas pelo rei D. João I a D. Pedro de Meneses, a verdade é que o conceito de "vereador" em Menezes não se coaduna com a colegialidade do órgão em que estes atuavam, nem tão pouco o exercício do seu cargo resultou do caráter eletivo das bases que define o princípio da municipalidade e da representatividade.

D. Pedro de Menezes era em Ceuta o rei, na ausência deste.

... como Eu propriamente faria se presente fosse...[24]

Ele não foi eleito, foi nomeado governador e como tal, a montante dessa conceção. Talvez por esta razão e ainda que na dinastia de Avis se operem esforços no sentido de integrar "o braço do povo" na governação local e haja uma aproximação entre aristocratas e as instituições concelhias, mesmo na simbologia da ostentação de varas institucionais nos mais diversos campos e cargos da sociedade, existindo inclusivamente algumas representações propagandísticas da realeza empunhando bastões, numa tentativa de aproximação e comunhão com o povo[25], o certo é que D. Pedro de Menezes, sendo um nobre de linhagem antiga e um guerreiro, e não um artífice ou abastado comerciante em ascensão, talvez quisesse assinalar essa barreira conservadora omitindo a figuração da vara/bastão de mando na sua empresa[26]; permitindo-se os seus descendentes a representar o seu estatuto de poder através do símbolo heráldico de comando de praça – a espada.

---

24 Rei D. João I a D. Pedro de Menezes (Zurara, G. E., *Crónica do Conde D. Pedro in* INCM 2015 : 32)

25 Note-se que este processo de emancipação do povo foi lento e conquistado com esforço. Numa fase inicial a presença dos procuradores dos concelhos ocorria apenas em jeito de vassalagem. Apenas em estádios mais tardios começaram a ter alguma preponderância e paridade com os outros representantes da corte.

26 Não se pense que esta omissão teria sido um mero descuido. A Carta de dote de D. Pedro de Menezes é considerada um dos mais completos e assaz documento de fundamentação da simbologia nobre hereditária na para-heráldica portuguesa. Não se deve portanto considerar que o seu conteúdo resulte de um exercício descuidado e imponderado. As suas preocupações quanto à forma como se queria fazer representar para a posteridade são traduzidas na irredutibilidade das condições que impõe aos seus herdeiros. O seu legado e honra eram-lhe assuntos extremamente caros. Atente-se nas palavras de Zurara, nomeadamente na utilização da palavra "maldição":

(*...) e então lhe mandou falar no casamento de sua Filha D. Breatiz com Dom Fernando de Noronha, ao qual trauto mandou um seu escripvaõ da Camara (...) o qual trabalhou no que lhe fora encomendado (...) e foi o Conde Dom Pedro porém ao diante arrependido, empero vendo a bondade de seu Genro, ouve por bem de lhe dar, o que lhe tinha prometido, e ficou determinado antr'elles, que o primeiro Filho varaõ, que ouvessem seu Genro, e sua Filha, que se chamasse Dom Pedro de Menezes, e que trouxesse as Armas do Conde em quarteirões, e que o Timbre, que o Conde trazia sobre as Armas, que era huma cabeça de Cervo com sua pele; e mais que aquelle seu Neto com todo-los outros, que viessem, e decendessem daquele tronco, e herdassem aquella herança, fossem obrigados sob pena de maldiçaõ, de manter estas cousas.* (Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro in* INCM 2015 : 364-365)

Poderia fazer representar em sua empresa a vara/bastão de governador de Ceuta que recebeu do Rei D. João I ou o bastão de Almirante do Reino, ou ainda de Alferes-mor de D. Duarte, mas efetivamente assim não o entendeu. E dois séculos depois os autores iniciam uma, creio que metafórica, e eventualmente bem intencionada, associação da empresa *aleo aleo* ao bastão de jogador de choca, procurando destacar o seu espírito e competência combativa.

Se *"aleo" "aleo"* significa o pau a vara, seja ela qual for, e D. Pedro de Menezes fez inscrever essa divisa em suas armas, porque não está então na carta de dote e arras de D. Pedro de Menezes de 1431, a vara?! Por certo resultaria em elemento de maior perceção icónica, se a sua divisa designasse efetivamente o bastão.

> *(...) E fallecendo todos estes per extinto//cousa que Deus nom mande entom deuenha E o daja aquelle parente mais//chegado delle dicto senhor conde que for mais honrado e de meneses decendente per//tinha direita de dom afonso tellez de meneses padre do conde dom Joham afonso auoo//dell dicto Senhor conde. E estes seus filhos ssuso nomeados e seus decendentes. E este//tall sseu parente disse o dicto Senhor conde que aueram esta ssocessom com esta clau//sulla e condiçom que aquelles que a auer e herdar quiserem sse chamarom de Meneses (Menezes) E trazerom aquellas armas dereitas que ora traz elle dicto senhor conde e//tinbre que som estas que sse seguem.//*[27] *//E Em sua |juree trazerom*

[27] segue-se a illuminura das Armas

seu moto que he [28] Aleo. Aleo//[29] em suas coores .s. [30] preto e vis e branco. E aa leuantada da mesa quando comer//diromn huu pater noster nomeando o dicto Senhor conde, por sua alma que esta ssocessom//fez E pollas dos outros que o ganharom. (...)

(Carta de dote e morgadio de D. Pedro de Menezes em 1431 *in* Dornelas, A. D., 1928: 315-316)

Fig. 14 - Detalhe do brasão da carta de D. Pedro de Menezes – *1431* (Minhava A. 1998: 41)

[28] O moto consiste na palavra Aleo que se vê repetida acompanhando as Armas na reproducção que apresento d'esta folha.
[29] Folha 6.
[30] a saber.

Notas 10; 11; 12; 13 de Dornelas, A. D., (1928: 315-316)

Porque não está no palácio dos Menezes, construído no séc. XVI em Vila Real, a vara? Apenas a inscrição ALEEO.

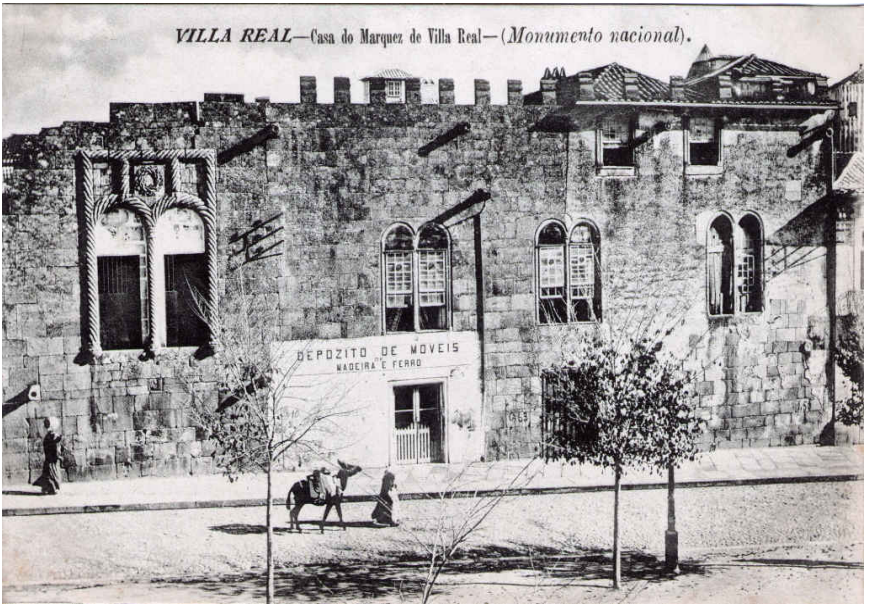


Fig. 15 – Aspeto do Palácio da Torre; moradia construída pelos descendentes de D. Pedro de Menezes no Séc. XVI

Fig. 16 – Ampliação da janela principal do palácio com a divisa "ALEEO"

Fig. 17 – Brasão da freguesia de S. Dinis

Repare-se no brasão da anterior freguesia de S. Dinis (Agora integrada na União de Freguesias de V. Real). Vislumbram-se as portas da cidade que envolviam o povoado primitivo que o Rei D. Diniz estabeleceu com o foral de 1289 e onde hoje se situa a Vila Velha. Também aqui parece ter existido a preocupação de se estabelecer uma distância salutar para com a(s) difusa(s) e suspeita(s) lenda(s). Certo é que a alusão à realeza aparece representada pela coroa e pela espada.

D. Dinis, que consolidou em 1289 a oficialização do Foral de Vila Real (já congeminado por seus antecessores) na transferência do centro de afirmação urbana e administrativa de Constantim Panóias para Vila Real, pelo contributo para a emancipação das letras, das artes e da cultura (oficialização do português como língua oficial do reino, fundação da 1ª universidade...), tão pouco se deveria querer reduzir à jogatana e seus adereços, que a lenda popular lhe pretende associar. Com ele a heráldica existente manteve-se, ostentando uma espada.

Porque não estava na habitação dos Menezes em Leiria, a vara?

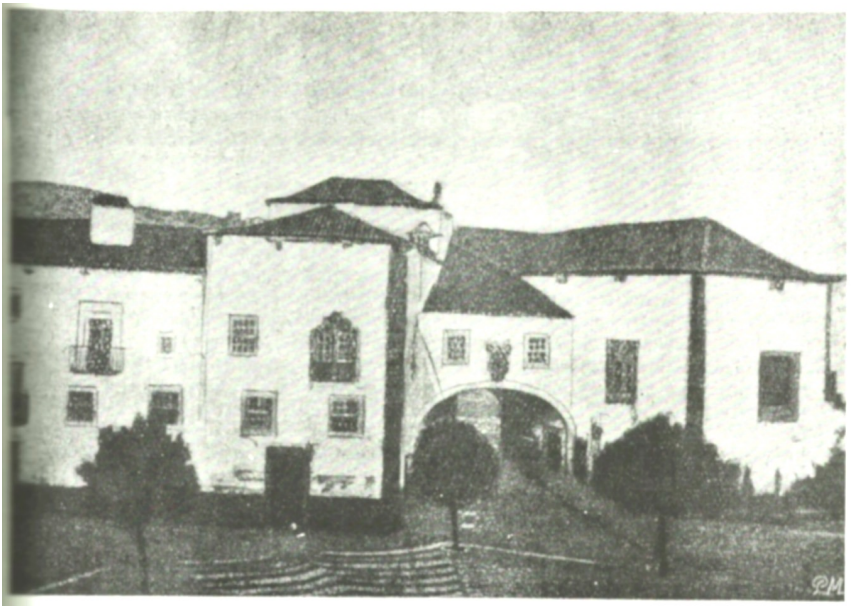


Fig. 18 - Aspeto do Palácio dos Condes, Marqueses e Duques de Vila Real em Leiria (demolido em 1889); (Rep. Do Tomo 9º, pág. 53, da História de Portugal de Manuel Pinheiro Chagas)

Fig. 19 - Detalhe da divisa "ALEO" tal como se apresentava representada no Palácio de Leiria (Rep. das peças originais do Museu de Leiria e Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa)

E no seu túmulo na Igreja da Graça em Santarém?
Inúmeras vezes a palavra *aleo* e a cabeça do animal que figura na sua carta de 1431. E a vara[31]?!

31 Não fosse já suficientemente enigmático o significado da empresa *ALEO ALEO*, também ao nível do elemento que a estátua jacente de D. Pedro de Menezes segura na mão esquerda (apenas parcialmente presente na atualidade), os autores divergem na sua representação. Uns indicando ser o bastão de mando outros referindo ser uma espada.

> *Resta-me referir que a estátua jacente apresenta-se-nos segurando na mão esquerda, sobre o peito e um tanto acima da cintura, um bastão de que apenas resta o cabo e a ponteira, esta última colocada entre os pés do guerreiro, calçados de pesadas sapatas de ferro. Que nos encontramos perante os restos do montante, prova-o o facto de a ponteira ser nitidamente cilíndrica, e o cabo demasiado longo para empunhadura de espada. É pois indiscutível que se trata de um bastão que seria o seu como Almirante de Portugal, ou, mais provavelmente, o de Governador e Capitão-Mor de Ceuta.* (Távora, L. 1970: 7)

Um bastão de mando com o comprimento que vai desde o peito/acima da cintura até aos pés não encontra paralelo com as proporções daquele que hoje está em Ceuta (figura 59) e com que continuam a ser empossados os Governadores de Ceuta. Alto para bengala real, alto para stick de choca, alto para bastão de mando comum (séc. XV). Avassaladoramente desproporcional ao ceptro que empunha a imagem em pedra de Nª. Senhora da Assumpção "A Conquistadora" que seguiu de Portugal para Ceuta na frente de uma das naus e que foi colocada numa antiga mesquita muçulmana, que assumiu o nome de Nª. Senhora do Vale e sob a qual o Rei e toda a comitiva conquistadora assistiu à primeira missa cristã em Ceuta no domingo de 25 de agosto de 1415, antes de, como se sabe, os Infantes e nobres serem armados cavaleiros. Se a descrição de Frei António da Purificação *"dous palmos de comprimento"* em 1656 parece pecar por defeito, esta hipotética representação defendida por Távora, peca por excesso. Tanto que na representação tumular a proporção é estabelecida com o tamanho do corpo de D. Pedro de Menezes aí representado.

No Volume VIII de História e Genealogia (1922:19) Afonso de Dornelas, acérrimo defensor da tese da vara e do jogo da choca na década de 30 do séc. XX, cerca de 40 anos antes refere assim: *O braço da estátua de D. Pedro de Menezes foi quebrado, mas ainda há dois mezes lá estava; a lâmina do montante que tinha na mão já não a cheguei a ver, desapareceu.* (*montante* é pelos dicionários assumido como sinónimo de "Grande espada antiga que se brandia com ambas as mãos").
Existem autores que defendem que o jacente do rei D. João I, capela do fundador do mosteiro da Batalha, empunha um bastão liso (estoque) – insígnia de comando, ainda que em "Guião para visita ao Mosteiro da Batalha" em (http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/ monumentos_-_links_e_pdfs_site_exigespar/mosteiro_da_batalha/se__guiaoparavisitaaomosteirodabatalhaparadescarregarem%5B1%5D.pdf) se afirme ser uma espada . Poder-se-ia entender que D. Pedro de Menezes, a considerar-se ter existido um bastão em seu túmulo, lhe estaria a prestar homenagem. Como também se poderia argumentar o mesmo ao adotar, ainda em vida, as mesmas cores (preto e vis branco) da empresa do Infante D. Henrique. Contudo, no túmulo de D. Duarte (filho e sucessor de D. João I) que morreu um ano apenas após D. Pedro de Menezes, e de quem D. Pedro de Menezes era alferes, é notório o laminado de uma espada. Finalmente, não subsiste qualquer dúvida quanto ao ornamento empunhado por D. Duarte de Menezes (Igreja do Alporão); na mão direita uma espada em posição aérea.
Embora estes túmulos iniciem uma nova tradição e se insiram no grupo dos escassos exemplos de "túmulos conjugais" existentes em Portugal, Ramoa, J. & Silva, J. 2008: 91 consideram que nos seus túmulos os reis D. João I e D. Duarte seguram com a mão esquerda "estoques" e atribuem a D. Pedro de Menezes: "uma espada, certamente".

Fig. 20 - Pormenor de uma das inúmeras referências à divisa "aleo" no túmulo de D. Pedro de Menezes

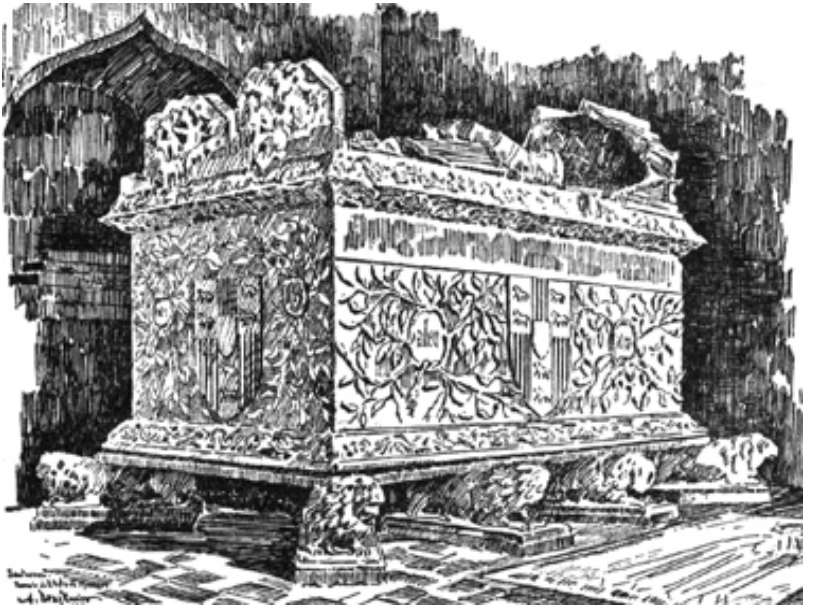


Fig. 21 – Aspeto geral do Túmulo de D. Pedro de Menezes na Igreja da Graça em Santarém (Desenho do pintor escalabitano Braz Ruivo)

Porque não está no brasão da Vila de Alcoutim no Algarve (antigo domínio dos descendentes de D. Pedro de Menezes), a vara?

Fig. 22 - Brasão da Vila de Alcoutim/Algarve

Fig. 23 – Pormenor da lápide fronteira da Igreja Matriz de Alcoutim/Algarve

Por que razão, o desenhador de heráldica e militar, D. Miguel António do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro, parente dos Menezes por via varonil materna dos Noronha, apenas apresenta no brasão do Conde de Paraty (pleno séc. XX) a divisa *"aleo" "aleo"* e asas (ou segundo alguns autores: hastes de veado) do brasão da carta de dote de D. Pedro de Menezes a D. Fernando de Noronha, e não uma vara? Ou "cajado", já que, há quem defenda que Camões (que estivera em Ceuta cumprindo serviço militar, onde perdeu um dos seus olhos em combate), cerca de 150 anos após a conquista de Ceuta, ao referir a expressão: *enquanto do seguro azambujeiro, nos pastores do luso houver cajados* (Camões - écloga I)[32] se referia ao pau de capitania (suposto *Aleo*)?

Fig. 24 - Brasão de D. Miguel António do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro, neto do Conde de Paraty. Denota-se apenas uma espada do ulterior escudo de D. Pedro de Menezes)

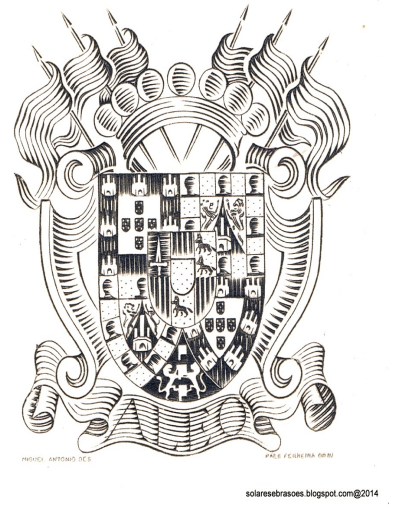


Fig. 25 – Ex-líbris de D. Miguel António do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro, neto do Conde de Paraty

32 Camões num texto de referência ao seu amigo D. António de Noronha (que morreu em Ceuta em 1553 com 17 anos)

E mesmo que tal ocorresse, como em alguma literatura se afirma ter ocorrido, a figuração de ambos os elementos (vara e divisa), a palavra teria que obrigatoriamente designar o objeto? As divisas das empresas normalmente designavam lemas de vida, não objetos.

Talvez com esta ausência em todas estas representações oficiais se quisessem distanciar, desde logo, da versão redutora e saloia da empresa de uma vida associada à reatividade que, no limite, traduz falta de planeamento e visão de longo prazo, numa resolução mais em força reativa e impulsiva (animal) que em razão, ponderação e génio (humano).

É certo que a écloga I de Camões (cerca de 150 anos após o evento) parece magnetizar a versão do cajado poderoso.

Mas anos mais tarde, Camões também evolui na metáfora; do cajado à espada/lança e do pastor que lida o rebanho à paulada, ao líder vertebrado que foi Viriato.

(…) Este que vês, pastor já foi de gado;
Viriato sabemos que se chama,
Destro na lança mais que no cajado;
Injuriada tem de Roma a fama,
Vencedor invencíbil, afamado (…)

(canto VIII dos Lusíadas)

O Brasão de Vila Real também evoluiu, mas parece ter-se mantido fiel ao curso da história, incorporando nele o essencial do seu percurso. O mesmo não parece ocorrer, em termos de senso comum, quando a toda a se procura associar a ALEU o bastão de mando, que segundo a primeira lenda (D. Dinis) seria um artefacto de recreio de origem trasmontana.

Segundo ata de 10 de janeiro de 1941 da Câmara Municipal de Vila Real (C. M. Vila Real, 1996: 7), numa exposição do Dr. Correia de Barros, o primeiro brasão de Vila Real terá sido dado por D. Afonso III em 1272 e nele se vê uma espada.

Fig. 26 - Primitivo brasão de Vila Real (atribuído por D. Afonso III)

Após os feitos de D. Pedro de Menezes e também após torná-lo 1º Conde da Casa de Vila Real, D. João I [33] mandou (segundo a mesma ata) acrescentar ao brasão de Vila Real a divisa "Alleo" escolhida por D. Pedro de Menezes e inscrita na carta de 1431 a seu genro D. Fernando de Noronha, rodeada por uma coroa de ramos de carvalho[34]. A espada é, de resto, o único instrumento bélico que os Menezes e Noronha mantiveram no brasão da Casa de Vila Real e que em 1962 após um período de "castigo real" de 300 anos, em que esta se manteve invertida, voltou a figurar no brasão do município trasmontano, na sua posição original.

Fig. 27 – Atual Brasão do Município de Vila Real

Fig. 28 - Selo da coleção "Brasões dos Distritos de Portugal" – CTT – 1998

Desenhos: José Bénard Guedes (Kulberg, C.; 2006:105)

33 O mesmo monarca que havia entregado o bastão de mando a D. Pedro de Menezes empossando-o como governador de Ceuta. Não mandou substituir a espada pelo bastão. Porventura porque a alma de uma empresa pessoal não fosse de todo a designação de um bastão.

34 A mesma erva adotada pelo Infante D. Henrique.

O NOME REAL QUE USO AO MEU ESFORÇO O DEVO NEM TAES NOMES SE DEVEM USAR ALCANÇADOS POR OUTRA MANEIRA

VILA REAL
VILA REAL

VILA REAL, VILA REAL, VILA REAL!

I

Ornada de tantas galas,
Oh! abram alas,
Uma princesa!
E' filha dum rei troveiro,
Sonho primeiro
D'áurea beleza.

O nome cheio de encanto,
Que eu amo tanto,
Também o diz:
Real de aspecto e de graça.
A sorrir para quem passa,
A filha de D. Dinis!...

(CORO)

Vila Real,
Oh! que linda és!
Tens o Corgo aos pés,
Em adoração...
Vila Real,
Como és gentil!
Canta-te o Cabril,
Beija-te o Marão!...

II

Teus filhos, linda princesa,
Tua nobreza:
Sempre te herdaram;
E, nos campos de batalha,
Nunca à metralha
Costas voltaram!

E' ver o bravo Araújo
E aquele marujo
Diogo Cão;
Pelotas e Alves Roçadas
Brandiram suas espadas
A lutar por teu brazão!

(CORO)

III

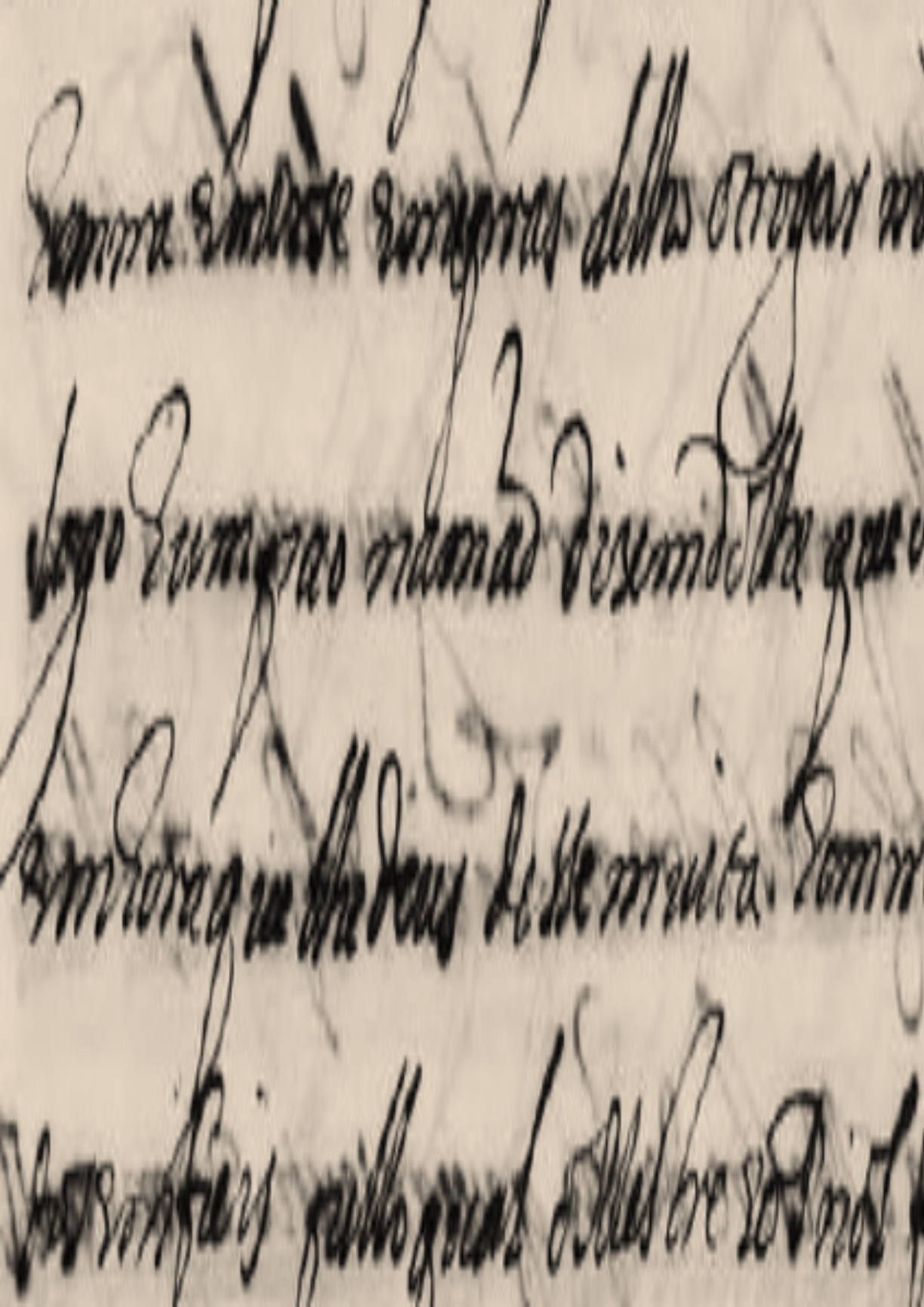
A' tua sombra descansa,
Deposta a lança,
Bravo Espadeiro:
Aí guardas em um jazigo
O grande amigo
Do Rei primeiro!

A tua Santa madrinha
Foi a Rainha
Santa imortal,
Que, num sorriso de amor,
Te converteu numa flor
Do jardim de Portugal!...

(CORO)

. . . . . .

Vila Real, Vila Real, Vila Real!...



II

Vejamos então como cronologicamente se fiou a **lenda, após Zurara**:

- **1450 (35 anos após a conquista de Ceuta)** – Gomes Eanes de Zurara relata o episódio da oficialização de D. Pedro de Menezes como 1º Governador de Ceuta:

O comde Dom Pedro de Menezes soube dello parte, e foysse muy trigosamente ao meestre de Christo, rrogamdolhe mujto que o quisesse ajudar em aquelle feito. ca sua uoomtade era de ficar alli, se lhe elRey fezesse merçee daquelle emcarrego. A quall cousa o meestre fez com muy boom deseio, semtimdo a desposiçam do comde, e jsso meesmo por seer homem que lhe mostraua boom deseio. e assy foy logo fallar acerca dello ao Iffamte Duarte, pedimdolhe que rrequeresse a elRey seu padre aquella cousa pêra o comde, do que mujto prouue ao Iffamte. e assy foi logo todo emcaminhado per a guisa que o comde rrequeria, do que elle foi mujto ledo. e assi' foy por ello beyiar a maão a elRey e ao Iffamte.

(Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta Por El – Rei D. João I In Pereira, E. & Maria, F.; 1915: 363*)

Na Crónica do Conde D. Pedro, concluída em 1463, explica em detalhe o evento da atribuição do Bastão de Mando:

...metendo-lhe logo hum páo na maõ, dizendo que o tomasse em hora, que lhe desse Deos muita honra com vitoria dos infiéis. (Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes in* INCM 2015 : 28)

- **1524 (109 anos após a conquista de Ceuta)** – **Em *Rerum Lusitanicarum*. Vol. 13, p 11-19, Biblioteca da Ajuda (*in* Dinis. J. 1974: 527-528), documento que relata a tomada de posse do governador de Ceuta (D. António de Noronha) em 1487, lê-se o seguinte:**

  ... e logo dito ouvidor se foi ao alpendre de Nossa Senhora de África e levou consigo ao dito Dom António (de Noronha) e a todos sobreditos fidalgos, cavaleiros e escudeiros e pouo da dita cidade [...]; logo pello dito Alvaro do Carvalhal, ouuidor, per ante os sobreditos todos que presentes estavão, entregou o pao de capitania, que em direito se chama ceptro, e assy as chaves desta dita cidade (de Ceuta) e castello della e o sello das armas do dito senhor que nesta cidade serve ao dito Dom António.

- **1574 (159 anos após a conquista de Ceuta)** – o bastão ainda era efetivamente apenas "Bastão de Capitania". Aquando da visita do Rei D. Sebastião a Ceuta um autor anónimo anota entre o fim do capítulo 97 e princípio do capítulo 98 do Códice 391 (Biblioteca Nacional de Lisboa) no manuscrito da tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara:

  En el momento en que el rey pronuncio estas palabras, tenía en la mano un palo de acebuche, de longiitud de três palmos y quatro dedos, que hoy en dia está en

Ceuta, y que yo medí cuando tenía 19 años, y yo vi este palo por el Marqués de Vila Real al Rey Don Sebastián en la puerta y rastrillo de la ciudad, el 24 de Agosto de 1574; se le llama "El bastón de Capitania".

(…)

En este tiempo cuentam los antiguos de Ceuta que el Conde D. Pedro tomó el palo de las manos del Rey, y le dijo: Señor, con este palo me atrevo a defender Ceuta de todo el Mundo (…) (trad. Baeza H. A., 1987a: 28)

(anotação presumivelmente efetuada entre o final do Séc. XVI. e início do Séc. XVII)

- **1622 (207 anos após a conquista de Ceuta)** – Na obra do cosmógrafo, engenheiro e matemático João Batista Lavanha, em que se retrata a viagem de Filipe II de Portugal, III de Espanha, à cidade de Lisboa e a sua progressão ao longo de uma exposição grandiloquente[35] dos feitos e figuras da História de Portugal, encontramos alusão ao retratado herói D. Pedro de Menezes e à estrofe que se inscreveu no pedestal da sua efígie, tal como nessa exposição ocorreu com muitas outras personagens. Esta é porventura a primeira referência à *choca* e ao *aleo*, no sentido literal e sensocomunizado que até hoje se estendeu.

  O terceiro era D. Pedro de Meneses da casa de Villareal, o qual chamado del Rei D. Ioão I. para saber delle se se atrevia à guardar & defender a Cidade de Seita acabada de conquistar dos Mouros pelo mesmo Rei, elle se offereceo que o faria com hu cajado da choca que tinha na mão, por estar jugando co elle quando el Rei o mandou chamar, & em comprimento da promessa não le desarmou em muitos

35 "No itinerário desde o cais até à sé, onde os ínclitos visitantes pararam para rezar, o povo de Lisboa ergueu 35 arcos dos quais 7, de maior porte, atravessavam as ruas pelas quais sua Majestade havia de passar e os restantes 28 revestiam as bocas de outras no local de cruzamento com aquelas." (…) "Severim de Faria informa-nos (fl. 123) que circulavam relações impressas com a descrição dos arcos e que em breve sairia uma descrição universal deles." (Silva, F. 2008: 291)

anos por defeder dos Mouros aquella Cidade; & o mesmo cajado se ha conservado atè agora, & com elleem lugar de bastão se da a posse da Capitania de Seita à os Marqueses de Villareal cuja he; no seu pedestal estava escrito:

Com este Aleo, da Mauritana gente
Me ofreci a defender de Seita os muros
Que estiverão com elle mais seguros
Como eu constante, E sempre mais valente (Lavanha, João, B. 1622: 21)

- **1639 (224 anos após o evento)** – Manuel de Faria e Sousa em nota exarada nos Lusíadas (publicados em Madrid, p, 386), atribui as seguintes palavras a D. Pedro de Menezes: *Yo solo con este palo (balavasse con uno en la mano) la defenderé de todo el poder de África.* (Minhava, A. 1998: 30)*;*

- **1648 (233 anos após o evento)** – Jerónimo de Mascarenhas[36], numa descrição ambígua, parece indicar a origem do pau na mão de D. João I e indicando a suposta frase dita por Menezes, também, como de comum tradição. Referia assim na *História de la Ciudad de Ceuta*, segundo tradução de Baeza:

...Entrególe el bastón, que tenía en la mano, y el gobierno de aquella plaza... Refiere la común tradición que preguntándole el Rey si se atrevía a defender Ceuta, respondió con mucha confianza: Yo solo con este palo (tenía uno en la mano) la defenderé de todo el poder de África... (Baeza H. A., 1987a: 21)

36 Eclesiástico português e cavaleiro formado em teologia na Universidade de Coimbra. Acolhido na corte de Espanha após ter tomado o partido de Espanha em 1640, vindo a tornar-se perceptor do Carlos V e Bispo de Segóvia.

Baeza também faz alusão a esta variante da narração do episódio em que o pau poderia ser também uma bengala de D. João I e não o pau da choca trazido por D. Pedro de Menezes:

...llegado Don Pedro a presencia del Rey, éste le confio la Capitania General de Ceuta y, como símbolo de su autoridade, le hizo entrega de un bastón que portaba en mano, y en el que se apoyaba el Monarca para aliviarse de la herida que habia sufrido en una pierna días antes al saltar a una galeota. (Baeza H. A., 1987a: 11)

Baltasar Osório (1933: 77) refere:

Veio breve D. Pedro de Menezes beijar a mão a el-rei pela alta mercê que lhe havia feito. Andava D. João I maltratado de uma perna que tinha ferido ao sair na praia de Ceuta.
Abordava-se a um páu ***que segundo parece*** *era daqueles com que os portugueses costumavam, depois da conquista da cidade, entreter os ócios, entre dois rebates de que vinham os mouros, jogando a choca.*

Para os lados de Alcoutim em Portugal, onde *aléu*, nas atuais definições de dicionário surge como regionalismo algarvio para *descanso* ou *alívio*. Ignora-se o jogo da choca ou da reca. Também já não é D. Pedro que traz o pau mas é o Rei D. João I que vinha encostado nele, por se ter magoado em uma perna. No brasão da igreja matriz e no brasão do município de Alcoutim não surge a imagem desse descanso ou alívio real. Apenas ALEO.

No acto de investidura, D. João I entregou-lhe o pau a que então se abordava, por estar ferido numa perna, o ALÉU, e o depois conde de Vila Real jurou defender, só com aquele aléu, de todo o poder dos mouros, a praça que acabava de lhe ser confiada. (Varzeano, J.; 2012)

Zurara porém, no séc. XV, apenas registou acerca do ferimento real:

Quando el-Rei viu que o sol começava de aquecer e que sua gente andava toda em trabalho de se correger e perceber, mandou fazer prestes uma galeota, e meteu-se em ela. Como quer que por aquele presente fora mais necessário o repouso que o trabalho, por quanto se acertara que, que em querendo entrar em sua galé, quando estava da outra parte de barbaçote, se feriu em uma perna. E, por azo do grande trabalho e pela ferida não ser mui pequena, era em aquela perna um grande inchaço, o qual cada um dia se fazia maior, que para ador de semelhantes lugares não ha hi melhor mezinha que ter assessego. Empero contudo el-Rey não fez em isso outra mostrança senão enquanto escusou de levar o arnês de pernas. E assim com uma cota vestida e com um barrete na cabeça e a sua espada cinta, andou por todos os navios, dando avisamento a cada um da maneira que houvessem de ter. E assim trazia sua conteneça alegre, que a todos parecia manifesto sinal de vitória.

E, quando falava com aqueles capitães, todos os outros dos navios saíam a bordo para ouvir suas palavras.

(Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta Por El – Rei D. João I In Pereira, E. & Maria, F.; 1915: 195*)

- **1656 (241 anos após o evento)** – Fr. António da Purificação na *Crónica da Ordem de S. Agostinho* (2ª parte, fl, 240), *Já localiza o episódio em... Lisboa* ...

O eremita de S. Agostinho FR. António da Purificaçâo, ao historiar o seu convento e a igreja da Graça de Santarém, refere-se ao túmulo de D. Pedro de Meneses, ali conservado, e diz que, estando o conde em Lisboa, a jogar o truque com D. João I e havendo recebido aviso da iminência de ataque mouro a Ceuta, ele teria proferido estes dizeres:
"Eu só com este aleo (tinhao elle na mão) afugentarei toda a Mourama." E o cronista acrescenta: "Era o ALEO hum instrumento de pào ao modo de um bastão grosso de dous palmos de comprimento, de que se diz vsaução os antigos no jogo do truque." (Dinis. D., 1974: 529)

Terá D. Pedro de Menezes, tal como havia feito na ida de Portugal para Ceuta, providenciado agora de visita a Portugal, o transporte de seu "olímpico" bastão para em 1424 jogar o truque com o velho Rei D. João I, em Lisboa?! Não era o mesmo? Era outro?! Então, iria defender Ceuta com dois bastões? Com o que recebeu em Ceuta em 1415 como pau de capitania/Bastão de Mando e agora também com esta evolução ergonómica, "grossa" e de "dous palmos de comprimento"?![37]

Como refere Minhava (Minhava, A. 1998: 31): *ou os palmos eram de avestruz ou então D. Pedro de Menezes jogava de gatas.*

37 Quanto ao comprimento e diâmetro observe-se a imagem nº 4 e 59 deste texto.

- **1662[38] (247 anos após o evento)** – Com Frei Luís de Sousa[39] em: *História de S. Domingos,* no mesmo século em que surge a primeira referência escrita (de que dispomos) associando o bastão de mando ao *jogo da choca* alegadamente jogado por D. Pedro de Menezes (Lavanha, J. 1622), surge também a primeira distinção entre o que é tradição e o que é facto escrito registado na era em que o evento ocorreu. Referia:

> *... He fama que, soando isto entre os fidalgos, com encarecimento do risco, que correria quem ficasse, Dom Pedro de Meneses, que se achaua a caso com outros mancebos em hum jogo de campo, & de exercício, levantando um troço de páo, comque acodia ao jogo (chamauão-lhe os que jogauaõ Alco) disse alto, que com aquelle Alco, sem mais armas, se atrevia elle a defender Ceita. Esta eh a fama, & tradição que hoje dura. Mas o que achamos escrito he, tãto que soube, que Martym Affonso refusaua o trabalho, procurou elle por meio do Mestre de Christo, que lhe fosse encomendado, & el Rey o ouue por bem: e deixando-lhe dous mil, e setecentos soldados, se fez à vela para o Reino em dous de Setembro.* (Sousa. L., 1662: 113 v.)

38 A segunda parte da História de S. Domingos (Tomo II) foi publicada em 1662 Frei António António da Encarnação e terá sido de co-autoria de Frei Luís Cacegas e Frei Luís de Sousa (todos da mesma Ordem Dominicana).

39 Frei Luís de Sousa é o nome religioso de Manuel de Sousa Coutinho, que foi historiador no séc. XVI-XVII. Homem casado que enveredou pela vida religiosa, tal como sua esposa. Esteve no cativeiro em Argel onde se pensa ter privado com o génio literário espanhol Cervantes e após o seu regresso a Portugal foi capitão-mor de Marialva, Provedor da Santa casa da Misericórdia e Capitão-Mor de Almada. Morreu em Benfica e inspirou a obra teatral do Escritor Almeida Garret apresentada em 1843 e publicada em 1844.

- 1682 (267 anos após o evento) – António de Sousa Macedo em *Domínio sobre a fortuna, e tribunal da razão (p. 161)*:

  Que com aquele Aleo que tinha na mão (assim chamavam a uma grossa vara com que se jogava a choca) defenderia a praça de de toda a berberia. (Minhava, A. 1998: 31)

- 1750 (335 anos após o evento) O historiador de Ceuta Alejandro Correa de Franca refere, a casualidade:

  ...y dudando el Rey en la persona en quien la defensa de Ceuta se deberia poner, llegó Don Pedro de Meneses, que casualmente traía en la mano un bastón delgado de acebuche, y dijo: Solo con este Bastón me basta para defender las murallas de Ceuta de toda la morisma. El Rey se agradou de tan pronta famosa bizarria, y quiso que D. Pedro de Meneses fuese el primér capitán y defensor de Ceuta. (Baeza H. A., 1987a: 21)

- 1862 **(447 anos após o evento)** O autor do armorial autárquico *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas* – (Volume III) que embora afetuoso na descrição que faz de Vila Real *"Esta villa é a mais bonita e a melhor terra da provincia de Traz os Montes"* (1862: 167), foi também quem (talvez por lapso) indicou a atribuição do condado de Vila Real a D. Pedro de Menezes pelo Rei D. Afonso V e introduz uma nova designação para o jogo do porrete – "chaca". Refere assim em sua obra:

  ...Mandou-o el-rei vir à sua presença para lhe perguntar, se com effeito se atrevia a defender a todo o transe aquelle posto de honra de armas portuguezas. D. Pedro que se achava jogando a chaca (Jogo de cajados então muito em uso) quando recebendo o recado d'el-rei, apresentando-se ao monarca com o alleo, que era o pau com que jogava, respondeu com singular resolução; <<Com este alleo, que me vêdes na mão, o de defenderei contra toda a moirisma.>>.

- **1912 (497 anos após o evento** Em *Lanças n´África* (1912) Henrique Lopes de Mendonça sublinhou também esta senda evolutiva:

  ...sentia-se a pancada seca dos rijos aléos de zambujo na redondeza das bolas (Mendonça, H.L.:14) O rei D. João I acercara-se de D. Pedro de Menezes questionando-o da sua vontade e capacidade de capitanear o território conquistado, ao que este terá respondido: *Senhor, com este bordão apenas, vos prometo defender a praça de Ceuta, da mourama em peso. D. João sorriu, como o rei Artur entre os valentes próceres da Távola Redonda (...)* (Mendonça, H.L.:18)... *E D. João I respondeu, tirando-lhe brandamente das mãos o aléu que ainda o conde empunhava. – Aqui mesmo vos recebo a menagem, amigo. E este bastão, que ora*

vos entrego, é a vara de justiça que haveis de manter sempre em vossa governança. (Mendonça, H.L.:19).

- **1924 (509 anos após o evento)** Afonso de Dornelas - D. Pedro de Menezes correndo ao encontro do rei.

Os novos[40]*, aqueles para quem o cançaso ainda não existia e o perigo é o principal divertimento, emquanto se demonstrava no Conselho, que ninguém queria ficar em Ceuta, divertiam-se num interval duma batida aos Mouros.*
Jogava-se a Choca, descançavam das lutas a serio, lutando a bem. D. Pedro de Menezes, filho do 1º Conde de Viana, vencia o jogo e bradava Alleo, levantando uma pernada de zambugeiro ao ar. Todo o seu grupo o cercava gritando Alleo quando chegou a noticia de que ninguém aceitava o cargo de Governador.
Corre D. Pedro de Menezes á presença d'El-Rei e no meio do calor e do entusiasmo por ter ganho o jogo, oferece-se para com o mesmo zambugeiro com que acabava de gritar Alleo, ficar no terreno conquistado mantendo a barbaria em peso. (Dornelas, A. 1924: 75)

Zurara porém (contemporâneo da conquista de Ceuta) refere a intermediação de seu tio mestre da Ordem de Cristo, do Infante D. Duarte, entre outros.

40 Quanto à juventude de D. Pedro de Menezes em 1415 é interessante observar o comentário do Marquês de Abrantes D. Luís Távora (1970: 15 – Nota 27):

(...) Note-se contudo que o próprio Affonso de Dornelas , no artigo citado na Nota (4), afirma que D. Pedro de Menezes nasceu em 1367, o que faria com que a sua idade, aquando da conquista de Ceuta fosse de 43 anos; ainda menos se compreende, assim, que o mesmo Dornellas, ao contar o episódio do Jogo da Choca, colocasse o futuro 1º Conde de Vila Real entre a juventude. (...)

Uma bola de neve que foi crescendo numa espiral novelesca e romântica em que os factos históricos alocados a uma mesma personagem, mas distintos (1 - entrega de um bastão de mando em 1415), (2 - inscrição da divisa *aleo aleo* na carta de dote de 1431) tendem a fundir-se em uma só unidade pelos autores tardios a partir dos séculos XVI/XVII.

O século XX foi um século em que quase se cristalizou, encarcerou e fundiu este fiar da divisa *ALEO* com o bastão de mando e ainda com um jogo com o nome de *choca,* processo que trazia já alguns séculos. Não obstante a estes pormenores romanceados, através de referências de alguns vultos histórico-literários recentes com particular relevo no contexto nacional, alcança um estatuto de quase verdade. Dizemos quase, porque efetivamente não existem fontes coevas, próximas a 1415 que corroborem essa versão do "tudo-em-um" (Aleo-choca-bastão de mando). O que existe de facto é uma sucessão de palpites difusos que ocorrem a par do que pode ser ainda hoje observado em documentos. Por certo o desempenho de D. Pedro de Menezes ao longo dos 22 anos em que governou Ceuta, não deixa dúvida da sua valentia e coragem. E porventura esse acréscimo novelesco tivesse surgido ao nível da tradição oral para cantar as façanhas do herói de Ceuta, algum tempo após a sua morte. A morte de D. Pedro de Menezes não retirou nível de ameaça, de isolamento ou de perigo a Ceuta. E esta perspetiva de alguém que, mesmo na ausência de condições ótimas para o desempenho da função que se lhe apresenta e que outros nobres recusaram, consegue sucesso assinalável, acaba por servir como exemplo para o povo e para os futuros governadores em face das adversidades, mas também para os inimigos que assim passariam a temer o detentor do "aleo" ou "bastão de

avô"[41], que desbaratava mouros granadinos e marroquinos, piratas, corsários... Os autores tardios, porventura perante esta tradição de homenagem popular e paralela aos factos coevos escritos em data próxima ao evento, arranjaram maneira de emancipar esta emergente dimensão de fusão.

> *A série de conquistas empreendidas com tanto afinco, e levadas a cabo com tanta fortuna por D. Duarte, sugeriram talvez a ideia de que êle herdara já aquele prestígio que possuia o conde D. Pedro, que quási no fim da sua carreira de lidador lhe bastava aparecer na batalha para que os mouros debandassem*. (Osório, B. 1933: 177-178)

A obra desenvolvida por cada um deles e o seu prestígio, já em pleno século XX, numa altura em que o espaço-tempo se começava a encurtar, tornando o mundo historiográfico mais próximo e acessível, catapultou, porém, uma perspetiva lendária a um patamar de quase verdade. Há, no entanto, um facto incontornável: a ação de D. Pedro de Menezes merece todas as referências heroicas. Ele não contou, não cantou; esteve, fez, demonstrou, defendeu, governou, ensinou. Contudo, não podemos esquecer que estes autores tardios buscaram informação no passado. E, no passado, as primeiras referências à tese do bastão de mando enquanto vara de jogo, com que supostamente os nobres jogariam o *truque* ou a *choca*, surgem-nos

[41] Assim o designa Dornelas num artigo de 1915, intitulado "O Bastão de Ceuta" (1922: 25). Em contactos com o cronista atual de Ceuta, confirma-se que existem notas do Bispado de Ceuta com esta mesma designação.

mais assertivas apenas no decorrer do séc. XVII. Nesse mesmo século Frei Luís de Sousa, não deixa no entanto, de separar o que já no séc. XVII era para ele lenda/tradição (eventualmente cimentada pela descrição de Lavanha – 1622, que descreveu a exposição organizada com o propósito manifesto de impressionar o monarca visitante[42]) daquilo que estava escrito desde o século em que ocorrera o evento[43].

---

42 O monarca havia prometido visitar Portugal desde o início do seu reinado em 1599. Entre várias datas e adiamentos, a visita viria a concretizar-se apenas em 1619. Para o efeito e convencimento à deslocação foram desenvolvidos esforços diplomáticos, nomeadamente por parte da Câmara de Lisboa que liderou uma campanha nacional de recolha de fundos para custear a viagem, preparação e estadia da comitiva real durante vários meses. Crê-se que um dos propósitos seria impressionar o Rei insinuando-se-lhe a mudança da sua residência e da capital do reino unificado para Lisboa.

> "Ao encontro do Rei, rio acima, vieram embarcações adornadas com cenas alegóricas, representando figuras da mitologia clássica e peixes de porte notável." (Silva, F. 2008: 289)
> (...)
> "Para além da beleza, sumptuosidade e simbolismo dos arcos que, aliás, o Rei quis voltar a examinar no dia seguinte, a riqueza e o luxo dos trajes dos fidalgos portugueses impressionaram e surpreenderam os acompanhantes castelhanos. Parece que na vaidade e na ostentação, os lusitanos não suportavam ficar atrás dos nossos vizinhos, mesmo que para tal tivessem de se empenhar, como desta vez terá acontecido." (Silva, F. 2008: 291)
> (...)
> Mas as expectativas da generalidade dos fidalgos portugueses, em relação à visita do Rei, ficaram frustradas, com a agravante de, ao que parece, muitos deles se haverem empenhado com os luxos excessivos. (Silva, F. 2008: 305)
> (...)
> Consequentemente parece-nos que, contrariamente ao que, se pretendia, Portugal distanciou-se mais da Coroa madrilena. Se assim foi, então a viagem de Filipe III a Portugal não terá passado de um fracasso extremamente caro. (Silva, F. 2008: 305)

43 Baltasar Osório (1933), na nota de rodapé que se prolonga pelas páginas 77, 78 e 79 da obra "Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses : 1415-1437", procura argumentar, com base numa referência a uma nota que surge na p. 113 v. referindo-se (Zurara), que Frei Luís de Sousa terá transcrito informação de documentos de Zurara desconhecidos. Creio porém que o próprio Frei Luís de Sousa foi taxativo na sua análise, separando o que era já no séc. XVII tradição e lenda (choca; Alco) do que estava escrito (esforços de D. Pedro de Menezes junto do Mestre da Ordem de Cristo para que intercedesse perante o Infante D. Duarte e o Rei). Isto efetivamente vem retratado na Crónica da Tomada de Ceuta por el- Rei D. João I. Como tal, a nota marginal que surge no tomo II da História de S. Domingos fará por certo relação com o que surge escrito e não com a lenda. Frei Luís de Sousa na *História de S. Domingos* (Livro 2) (1662: 114) faz referência a uma crónica iniciada por Fernão Lopes, continuada por Zurara e terminada por um outro autor. Na nota 2 da pág. 27 Osório faz uma advertência para esta referência de Frei Luís de Sousa. Acredito tratar-se da Crónica de D. João I, cuja primeira parte foi escrita por Fernão Lopes, e a segunda escrita por Zurara sob o nome de Crónica da Tomada de Ceuta por el- Rei D. João I (cf. com depoimento de José Correia da Serra da Academia Real das ciências em 1792 *In* Zurara, G. E., *Crónica do Conde D. Pedro in* INCM 2015 : 32).
Quanto à nota marginal aludindo a Zurara, fui propositadamente à Biblioteca Pública Municipal do Porto confirmar as minhas suspeitas. E, de facto, a nota marginal de Frei Luís de Sousa, horizontalmente considerada, surge após o início do período em que o mesmo refere o que "está escrito", por contraste ao que no período anterior considerou como sendo "tradição". (Sousa, L., 1662: 113v).

Porém, também em pleno século XX surgiram ilustres autores como Joaquim Dias Dinis, transmontano nascido na localidade de Pepe/Campeã (distrito de Vila Real) e autor de entre várias obras, de *Monumenta Henriquina*; aquando de uma deslocação sua à cidade de Vila Real em 15 de novembro de 1972 para uma conferência intitulada "D. Pedro de Meneses, primeiro Conde de Vila Real e primeiro capitão e governador de Ceuta", que o mesmo editou em STUDIA - Revista nº 38, acabou por chamar à atenção de algo fundamental - o distinguir Expressão Dramática, Filosofia e Moral, de História. Embora, por vezes, se toquem não são efetivamente o mesmo, razão pela qual os currículos definem um espaço para cada uma destas disciplinas.

Dizia assim Dias Dinis (1974: 550) em uma nota:

> … ***Julgamos que a palavra Aleo, duas vezes desenhada na aludida carta de 1431 e insculpida também em sítios vários do coevo túmulo do Conde D. Pedro de Meneses, em Santarém, se não refere ao bastão com que el-rei o empossou no governo de Ceuta, mas representa apenas a sua divisa, empresa ou mote, à semelhança das adotadas por D. João I e esposa assim como pelos Altos Infantes.***

Acontece, porém, que a lenda abafou a história… Cumpre aprofundar uma e outra.

(Minhava, A.1998: 5)

Existirá conflito se pau, se bastão, se ceptro, ou se... espada?

Penso que não, se não forçarmos a visão estreita de que a divisa *ALEO* ou atualmente *ALEU* (em Portugal), teve objetivamente origem num jogo campesino. Entre muitas outras aceções, essa é apenas uma. A da(s) lenda(s) que recorre(m) originalmente a referências de tradição oral nos tempos de D. Dinis, e/ou, de D. João I, ambos supostamente deslumbrados com o *trejeito olímpico* do manejo da vara, do esgalho intrépido. É facto histórico que D. João entregou um bastão a D. Pedro de Menezes. Zurara apenas o denominou por "páo" (pau). Contudo, dois séculos depois, este pau ganha um nome (aleo) e um cenário (jogo do truque/choca). Também por essa altura é atribuída a D. Pedro uma frase (que decorre de uma anotação anónima (oriunda de suposta tradição oral) efetuada nos textos de Zurara, no final do séc. XVI ou início do séc. XVII). Alguns anos mais tarde o bastão de capitania ganhou... raízes e fruto em abundância...

Quanto à frase atribuída a D. Pedro de Menezes, é curioso observar a sua evolução: começando também na versão do "pau", evoluiu para "bastão" e para "aleo"; não menos ousada é a evolução nesta frase da referência ao inimigo de quem ele iria defender a praça: *de todo o Mundo*, *de todo o poder de África*; *de toda a mourama*; *de toda a berberia*; *da moirisma*; *da mourama em peso*. Ou também, numa outra versão, o bastão serviria para *manter a barbaria em peso*.

No século XX surgem já relatos, quase em versão de guião cinematográfico, em que se descrevem o local onde o suposto jogo teria ocorrido, a poeira do terreiro desafogado que aderira à choca/reca, o odor que propalava pelas ruelas, o teor dos diálogos em surdina e o som e o vigor das pancadas do jogo e das trombetas que

antecedeu a chegada do rei. Não faltando a descrição do semblante escanhoado e a multidão enxameada em seu redor. E ***aléo***, que em 1622 (207 anos após o evento) serviu para que João Lavanha designasse o bastão, surge paulatinamente ora como nome do bastão, ora como grito de vitória de D. Pedro de Menezes no jogo da choca.

Quem ouve um conto[44]…

Luiz Távora, (a par de Dias Dinis e de Ângelo Minhava) sublinha uma distinção entre o que é a lenda associada ao jogo da choca, (emergente sobretudo a partir do séc. XVII) e o que é uma divisa, mote, "empresa" ou tenção pessoal[45], escolhido por D. Pedro de Menezes. Coloca mesmo esta lenda a par de tantas outras que procuram

---

44 Se atendermos a que a primeira edição (fac-simile) do manuscrito da Crónica do Conde D. Pedro de Menezes ocorreu apenas no final do séc. XVIII (1792) poderemos suspeitar de duas coisas. Em primeiro lugar e se considerássemos que a obra era desconhecida da maioria da população, então sai reforçada a ideia de que a tradição oral, orbitando sobre diversos pontos geográficos conectados (Ceuta, Vila Real, Alcoutim; Santarém, Leiria, Lisboa...Portugal...Espanha...), foi adquirindo maior proporção com o decorrer dos tempos, incluindo nessa tradição, salvo pequenas ressalvas, os autores que escreveram sobre o tema, até essa data. Se porém considerarmos que apesar de não editada a obra era acessível, ainda que porventura de forma restrita, então poderemos depreender que o teor da obra terá sido eventualmente interpretado e reescrito por quem a leu com particularidades que esses autores procuraram conciliar com as ideias já arreigadas no ideário popular. Daí existir uma espiral cumulativa de pormenores e relatos emergindo diacronicamente. Uma outra possibilidade é que estes autores possuíssem informação acrescida sobre as obras e excertos de Zurara que hoje são consideradas perdidas, que até que eventualmente reapareçam, não poderemos senão basear-nos naquilo que existe, não deixando no entanto de aventar tais possibilidades.

Alguns autores recentes defendem que alguns dos escritores que se pronunciaram sobre o tema a partir do séc. XVI seriam conhecedores dos escritos de Zurara.

Como humanista y hombre de letras, Camones debió conocer las crónicas de Zurara (...) (Baeza H. A., 1987a: 52)

Contudo, em Camões trata-se de uma breve alusão aos cajados dos pastores do Luso numa écloga, de onde não se vislumbra relação inequívoca a D. Pedro de Menezes, quer ao Bastão de Mando, quer à divisa "aleo aleo", quer ao jogo da choca. Camões faz-lhe contudo uma referência perentória no canto VIII dos Lusíadas, em referência à galhardia com que comandou e aguentou os cercos de 1418 e 1419. Menezes, fidalgo com ascendência nobre desde há várias gerações, criado na corte de Avis e com o Prior da Ordem de Cristo era um homem de armas. Mas também de letras.

45 Surgidas entre o final do séc. XIV e séc. XV através de uma moda anglo-saxónica e que em língua inglesa se designa de "badge". *Com os anos a sua composição foi-se complicando, tornando-se por vezes em verdadeiras charadas* (...) *Eram constituídos por dois elementos <<corpo>> e <<alma>>, sendo aquele o objecto material, que era como que a base, e esta a <<letra>> que acompanhava aquele, ou nalguns casos que me dispenso exemplificar, somente o seu significado deduzível. Mas se havia "Empresas" de que apenas era conhecido o <<corpo>>, outras houve, e estamos diante de uma, em que se conhecia somente a alma. Da época do conde D. Pedro, época afinal em que terá nascido em Portugal o uso de "Empresas", são relativamente poucas as que chegaram até nós, sobressaindo entre elas as pertencentes à Família Real, aliás mesmo essas constituindo sobre certos aspectos, noutros enigmas* (Távora, L.; 1970:16)

fundamentar episódios históricos e simbologia heráldica, mas sem grande nexo de causalidade com a realidade[46]. Refere assim o autor:

> *E no entanto todos se copiam uns aos outros, não tendo eu descoberto nenhumas referências a este episódio, nem em Gomes Eanes de Zurara, nem em nenhum outro autor anterior ao século XVII; e isto quando, e isto a ser a anedota do jogo da choca verdadeira, aquele cronista contemporâneo de D. Pedro de Meneses, seria sem dúvida o primeiro a referi-la. E a única explicação para este silêncio de Azurara é visível, estando na ausência de qualquer vislumbre de veracidade na lenda do jogo da choca.* (Távora, L.; 1970: 11 e 12)[47]

---

46 *Todo o episódio está inteiramente, ou, para melhor dizer, cabe perfeitamente dentro do género de outros, que nasceram lá para finais do séc. XVII, e no decorrer do seguinte, inventados pelos genealogistas e historiadores da época para tentarem explicar de forma simultaneamente heroica e lógica, alguns problemas da história e da heráldica.*"(...) *"a das correntes de Navarra, das palas de Aragão, e outras como <<a cruz celestial aparecida na batalha do Salado... (que) explicaria as numerosas cruzes, especialmente as flordelisadas...>> (cit. Marquês de S. Payo), <<A Problemática de um Brasão de Armas (são Payo)>>, Braga – 1969), os SS dos Cardeñas, baseados numa anedota que se faz correr na corte de Isabel a Católica (Marquês de São Payo, ob. Cit.), e muitas outras.* (Távora, L.; 1970:12)

47 A referência da atual palavra *aléu* nos dicionários de Língua Portuguesa, enquanto sinónimo de bastão de jogo, pode, neste contexto cumulativo de interpretações de longo prazo clonadas e interpretadas por autores tardios, ter-se baseado em uma referência no *"Glossário das palavras Antigas ou Antiquadas"* (Elucidário Viterbo) de D. Bernardo da Encarnação em que "ALEO" surge como uma eventual deturpação do grito de exclamação e alegria "Alé", também descrito por Afonso de Dornelas. Távora refere contúdo que esta derivação afinal assumida pelos dicionaristas, provém de uma carta de Francisco de Morais de 1541 em que se não falava senão do "francesíssimo jogo da *<<péla>>*" (Távora, L.; 1970: 20) também já atrás referido, como sendo um jogo aéreo.

III

EVOLUÇÃO... História ou estória?

D. Pedro de Menezes era oriundo de família de "origem castelhana" (Telles de Menezes – habitantes da região de nome *Mena,* na Galiza, de onde derivou o nome Menezes), mas com grande destaque na história de Portugal desde a fundação (século XII). O condado Portucalense e a Galiza (tal como ainda hoje a similitude linguística o regista) pareciam confundir-se. Ainda há dias, numa das deslocações a Verin em Espanha, percebi que o castelo de Monterrei havia sido entregue a Castela por D. Afonso Henriques (Acordo de Tuy, 1137), como parte do acordo de não hostilização de Castela ao Condado Portucalense e vice-versa. O Condado iria crescer para sul, como se verificou, e D. Afonso Henriques não necessitava preocupar-se, no imediato, com o seu primo Afonso VII de Castela-Leão. Os nobres e as famílias colocavam-se, ora de um lado, ora de outro. Do lado da boa ventura... e da boa fortuna. Era assim a vida no século XII.

D. Pedro de Menezes, nascido em Santarém (pensa-se), teve muito cedo de exilar-se com sua mãe (D. Maior Portocarreiro senhora de Vila Real e Panoyas) em Castela, por seu pai João Afonso Telo de Menezes, senhor de Viana do Alentejo (primo da

Rainha Leonor Teles[48]), ter tomado voz por Castela na crise de sucessão de 1383-1385, após morte do Rei D. Fernando I de Portugal. Ainda criança recebe o seu 1º título nobiliárquico das mãos de sua tia D. Beatriz, Rainha de Castela, que o nomeou Conde de uma província de Pontevedra. Pelo ano de 1396 a viúva e o jovem Menezes foram convidados por D. João I a regressar a Portugal.

> *Educado na corte portuguesa, privou com o rei e com D. Duarte, grande literato, aliás toda a família se notabilizou em alto grau."* (Minhava, A. 1998: 8). *"Mas já com seu tio D. Lopo Dias de Sousa Mestre da Ordem Militar de Cristo* (descendente das propriedades e privilégios da Ordem do Templo - Templários), *ele recebera em pequeno, <<criaçom e bemfeitoria>>. É a partir dos 19 e 20 anos de idade que se processa a grande preparação intelectual e militar...* (Minhava, A. 1998: 8)

É, portanto, legítimo aceitar-se que D. Pedro de Menezes, tivesse à época uma mundivisão literária capaz de projetar relações de significado que, ao definir os elementos de sua empresa ou tenção, fizesse inscrever a divisa *"aleo" "aleo"*, como referindo-se não em exclusivo a uma vara com que se exercitavam no jogo, alegadamente beirão e trasmontano, da choca. Jogo que, afinal, não era tão

[48] Esta personagem da linhagem Menezes, aparentemente nascida em Trás-os-Montes em 1350, após conseguir a anulação do seu primeiro casamento, de onde nascera um filho, casou com o Rei D. Fernando I em Leça do Balio procurando escapar a censura e contestação que o povo exprimia face a esta relação. Contudo, esta personagem foi também senhora de Vila Real. Como adianta o historiador vila-realense Ribeiro Aires (2012: 9) em referência a uma carta de "*arras*" de 3 de janeiro de 1375 (*Chencelaria de D. Fernando,* Liv. 1, fs. 157vº 158)

> *De Vila Real ficou senhora com suprema jurisdição e senhoria eminente, um facto raro em Portugal, no que às rainhas diz respeito. Nesta jurisdição suprema incluía-se a pena de morte e todas aquelas que a rainha quisesse impor. É nesta carta de Doação de Vila Real que, pela primeira vez Leonor Teles é referida como Rainha, o que também tem o seu significado político.*

confinado geograficamente quanto isso, se atendermos ao conhecimento que hoje temos sobre as suas similitudes em outros locais.

Ainda que assim fosse, suspeita-se também que o mesmo alguma vez tenha andado pelas latitudes do seu condado nortenho.

> *(...) Daqui se conclui que o suposto homem da choca muito dificilmente se poderia ter deslocado às terras do seu novo condado, onde como já sabemos, ninguém morria de amores, nem se envaidecia, nem se honrava com a prosápia do novo conde, parente bem próximo de Leonor Teles, de péssima e odiada memória.* (Minhava, A. 1998: 18)
>
> *Todavia, D. Pedro era um grande português. Nele confiava e com razão, D. João I.*
>
> *<<Sempre vencedor e nunca vencido>> - é afinal, a expressão lapidar que melhor sintetiza o currículo do grande capitão, o mavórtico senhor que apenas fraquejava perante o belo sexo."* (Minhava, A. 1998: 18)
>
> *...pois foi em Almeirim que D. Pedro de Meneses recebeu mais este naco de terra lusa. Honra para ele e para ela! Segurança para ela. Honra e segurança, já que ele era português valente, e ela moça indefesa.* (Minhava, A. 1998: 22)[49]

[49] Referindo-se a Vila Real à época de atribuição do condado

Aquando da segunda vinda a Portugal, D. Pedro de Menezes abre mão do condado de Vila Real em favor de seu genro D. Fernando de Noronha (2º Conde de Vila Real) e reserva para si o título de 2º Conde de Viana do Alentejo, atribuído pelo Rei D. Duarte. Contudo, anos antes, D. Pedro de Menezes recomendara que os seus descendentes recebessem o apelido de Menezes e usassem nas armas a divisa *"aleo" "aleo",* num documento que iria resultar anos mais tarde no desenlace da nomeação do 2º governador de Ceuta.

Esta condição oficial foi firmada por altura do casamento[50] de D. Fernando de Noronha com Dª. Breatiz, filha do ilustre governador de Ceuta (carta de dote e morgadio de 8 de março de 1431).

Mas, olhando-se para o brasão do clã dos Menezes, ... nada de vara.

50 *D. Beatriz de Menezes era parenta de seu marido D. Fernando de Noronha pela seguinte razão. Nota Miguel de Paiva Couceiro: segue uma árvore genealógica que mostra que D. Fernando de Noronha e D. Beatriz de Menezes ambos descendem de D. Sancho I Rei de Portugal.*
In http://blogmpcparaty.blogspot.pt/2017/01/o-contrato-de-dote-entre-d-pedro-de.html

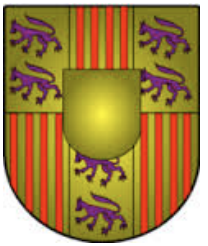


Fig. 29 – Brasão adotado por D. Pedro de Menezes

Fig. 30 - Versão do Brasão da Família dos Menezes

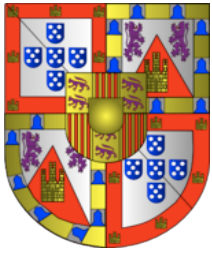


Fig. 31 – Brasão da Casa de Vila Real

Fig. 32 – Brasão do Conde de Valença (Descendente dos Menezes)

Fig. 33 – Brasão da casa da cadeia – Lalim - Lamego

Fig. 34 – Brasão dos descendentes do Conde de Paraty (Brasil) descendentes dos Noronha e Menezes

Fig. 35 – Carta de dote de D. Pedro de Menezes a sua filha D. Breatiz de Menezes e seu genro D. Fernando de Noronha - 1431

Aparentemente, numa visão compacta imediata e centrada apenas na figura do brasão da carta de D. Pedro de Menezes, poderíamos encerrar a discussão do significado da divisa *aleo aleo*, com base na descrição do Grande Dicionário da Língua Portuguesa de José Pedro Machado:

Áleo: *adj.* (do lat. *ala*). Diz-se do leão ou da serpente figurados com asas nos brasões; alado. (Machado, J. P.; 1981: 313)

Contudo, convém considerar alguns aspetos acerca desta imagem. Vemos uma cabeça que aparenta um leopardo(onça); D. Miguel Couceiro (1969: 38) faz também alusão a *um gato de nobres tradições e estatura;* pode contudo ser de um lobo, provavelmente em alusão a seus ascendentes familiares *Villalobos* e um corpo flutuante de animal, sobre um elmo com hastes de veado[51] ou asas de *Pégaso (*asas _ *alear* = voar*)*.

---

51 Ainda que Zurara tenha feito menção à figura de *"huma cabeça de Cervo com sua pelle"* (Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro in* INCM 2015 : 365), tal como ocorre na pág. 122 do Livro dos Brasões da Sala de Sintra (Vol. I), e que autores como Luiz Gonzaga de Lencastre e Távora, admitam que Zurara assim o definiu no decurso de eventuais contatos com sua filha, não arredamos, de todo, a possibilidade de D. Pedro de Menezes ter pretendido retratar uma figuração de um elmo com asas (todo o conjunto em cor prateada), comum em representações de guerreiros e heróis mitológicos nórdicos e celtas como são os exemplos de Odin, Thor, Sigurd, Vercingetorix... em que as asas representavam poder e supremacia. A sua representação em heráldica é bastante antiga, como por exemplo na divindade egípcia de Horus, na Mesopotâmia em que surgem os leões alados, no simbolismo do império romano e na referencia ao mais antigo brasão conhecido do império Hitita, com a águia bicéfala de Lagash. Não devemos apenas questionar-nos acerca do significado da divisa *aleo* mas também da sua menção dupla *"aleo aleo".* Se Zurara privou efetivamente coma filha de D. Pedro de Menezes acerca do brasão representado na carta de dote de 1431, seria coerente que este tivesse tido interesse e oportunidade em desvendar o conteúdo e significado da divisa "*aleo aleo*" e a tivesse igualmente referido em seus escritos. Afinal escreveu uma crónica inteira a si dedicada. Se consideramos que estas hipóteses são hipóteses que apelam em demasia ao imaginário e ao transcendente terreno, que dizer da definição da figura do veado nas empresas?
Como assinala Colette Beaune, a escolha desta empresa ligou-se com o impacto de uma lenda difundida pela demanda do Santo Graal: Galaaz encontra na floresta negra um veado branco que quatro leões levavam em direcção a uma capela; no santuário, o veado transmuta-se em cristo vitorioso da morte e rei deste mundo, enquanto os quatro leões por sua vez se transformam nos quatro evangelistas. A capacidade de renovação do mesmo emblema traduz assim a continuidade do rei, que nunca morre, como era também propriedade do veado. Inscrito deste modo, em simultâneo, como referência bíblica, cristológica e arturiana, o veado era plenamente assumido como símbolo da sacralidade e da perenidade da função régia. (Seixas, M. M.; Galvão Telles ; 2014: 273/274)

Os seus descendentes, grosso modo, adotaram no escudo os lobos (quartéis II; IV e V - Villalobos), as listas (quartéis I; III e IV – Lima), e o escudo menor central em ouro liso (dos ancestrais Menezes – Senhores de Menezes[52]), como acima vimos em várias representações heráldicas dos Menezes e Noronha-Menezes. O quartel I passaria a ser posteriormente representado com uma espada prateada sobre fundo azul[53] (Governo/Comando de praça).

Lobo em pele de onça... veado?!

52 No Livro dos Brasões da Sala de Sintra (Vol. I) (Freire, A., 1921: 102) surge uma imagem com o que parece ser uma representação do escudo dos senhores de Menezes. Neste consta uma donzela sobre a cabeça de um inequívoco veado (animal que nesta obra carrega todos os escudos das diferentes famílias) e o escudo liso com o lendário anel de D. Ximena, filha de D. Ordonho II de Leão, que se terá abrigado em casa do lavrador D. Telo em Menezes após episódio de fracasso amoroso e com ele terá casado. Os Menezes castelhanos originaram diferentes ramos e os brasões iam-se adaptando em função destas derivações. Não é portanto de estranhar que o anel se mantenha nos escudos dos Menezes de Cantanhede e seja omisso no Escudo dos Meneses de Vila Real (crê-se que já seu pai 1º Conde de Viana do Alentejo tenha introduzido este modelo de escudo com escudo menor central liso dos Menezes, com os lobos dos Villalobos e as listas dos Lima). Em Lalim – Lamego, ou na Casa de Ramalde – Porto, podemos ver a versão com o anel nos brasões da Casa da Cadeia e na Casa da Prelada, respetivamente..

53 No livro do Armeiro Mor - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - surge esta representação 1509 (Fl. 46) no escudo de D. Fernando de Menezes, 2.º marquês de Vila Real, 1.º conde de Alcoutim, e 1.º conde de Valença da segunda criação.

O historiador Miguel Metelo Seixas sugere:

> *porque não ver no animal escolhido por D. Pedro uma espécie de híbrido onça-veado-lobo, exemplo claro da fusão das insígnias antigas com as novas?* (Seixas, M. M. ; 2012: 9)

Segundo o autor, a onça figura também no brasão de outras personagens que participaram nas conquistas do norte de África, como um género de prémio pelo contributo "poder salvício" na luta contra os infiéis. Serve sobretudo para assinalar a excentricidade e exotismo face ao contexto português, onde o animal não era deveras comum.

> *(...) O caso da onça parece ser o mais significativo quer pelo número de armas em que se manifestou, quer pelo seu significado declaradamente ultramarino* (Seixas, M. M. ; 2012: 12)

> *Para ultrapassar algumas limitações decorrentes da rigidez das regras heráldicas e do próprio uso deste tipo de simbólica, surgiu um novo tipo de emblemática: as empresas. Com efeito, data do início da dinastia de Avis a separação nítida entre a heráldica dinástica e a emblemática pessoal dos membros da Casa Real. Esta emblemática pessoal exprimia-se por via das empresas, moda que começou a vingar nas Casas reais e principescas europeias na segunda metade do século XIV. A partir de meados desta centúria, a realidade heráldica europeia viu-se abalada por um fenómeno que a marcou até ao século XVIII e que por vezes se prolongou até aos nossos dias: a moda para-heráldica das empresas. Uma empresa, para retomar a definição do marquês de Abrantes, "é um emblema pessoal, normalmente escolhido pelo próprio utente e que seja a representação de um ideal*

de vida, moral ou religioso, motivo pelo qual mais razão possuem os que lhe atribuem por designação o termo Tenção". A empresa é composta, na sua forma completa, por três elementos: o corpo, figuração de ser(es) e/ou objecto(s); a alma, sentença composta por uma palavra ou frase; e a erva, como o nome indica, um exemplar da flora. Existem, no entanto, empresas compostas por apenas um ou dois destes elementos, ou porque só esses nos chegaram, ou porque essa era mesmo a sua constituição original. Na verdade, ao contrário do que acontece na heráldica stricto sensu, a composição das empresas é inteiramente livre, não sendo sujeita a qualquer regra de estilização, de proporções, de limitação de cores ou de figuras.

(Abrantes, D. Luiz de Lancastre e Távora, Marquês de, Introdução ao Estudo da Heráldica, Lisboa: Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, 1992, p. 73. Cfr. também Seixas, Miguel Metelo de, Aleo! Aleo! A empresa de D. Pedro de Meneses, primeiro conde de Vila Real, primeiro governador de Ceuta, separata de Armas e Troféus, IX série, Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2005.") (Seixas, M. M.; Galvão-Telles, J. B.; 2011: 146)

Contudo, além da imagem, o que poderia então significar essa misteriosa divisa "aleo aleo"?

> *... era D. Pedro de graciosa palavra e homem que falava sabedoramente, como aquele que, em sua mocidade, aprendeu muito das artes liberais.* (Minhava, A. 1998: 40)

As artes liberais da época corresponderiam atualmente a formação de nível superior que versavam várias áreas do saber: *Trivium* (Gramática latina – poesia e obras clássicas; Retórica – saber jurídico/Direito; Dialética - argumentação) e *Quadrivium* (Música; Aritmética; Geometria e Astronomia).

Não é pois de estranhar que "aleo" não tivesse uma conotação objetiva aprisionada no conceito escasso do *"porqueiro chibante"*, mas que constituísse uma metáfora, uma súmula simbólica da definição de um conjunto de significados capazes de exprimir a sua história de vida, os seus sucessos, os seus fracassos e as suas ambições, projetadas num devir de que não era totalmente senhor.

> *As empresas afirmaram-se, de certo modo, como emblemática complementar à heráldica, na medida em que resultaram, em parte, da insuficiência desta no que respeita à expressão de tenções individuais, libertas de condicionantes rígidas na sua formatação, na sua estilização, na sua escolha e na sua transmissão. Deste modo, as empresas permitiam uma liberdade incomparavelmente maior, quer no que toca à escolha dos seus componentes (tanto figuras como cores, como ainda palavras), quer à sua representação diversificada. Na verdade, deve salientar-se a volubilidade das figurações de empresas, em contraponto*

> *à relativa rigidez das figurações heráldicas. Assim, as empresas permitiam estabelecer, muito mais que as armas, uma relação íntima dos emblemas do príncipe com a cultura em circulação na sua corte, em especial com a literatura cavaleiresca, moralizadora e especular. Serviam também para estabelecer a ligação da emblemática principesca com um programa de afirmação de identidade dinástica e de propaganda régia.*
>
> *(...)*
>
> *Começam assim a conjugar-se, nas armas, três níveis semióticos: o escudo como elemento identificativo e simbólico; os elementos exteriores como representação da dignidade social; e a empresa como personalização e ligação ao universo moral e de imagem dinástica.*
>
> *(...)*
>
> *Neste sentido, muito mais que a heráldica, as empresas permitiam estabelecer a ponte com o universo da cultura cortesã, tanto na sua dimensão cavaleiresca, como no seu aspecto de cultura moralizadora e mesmo da reflexão filosófica.* (Seixas, M. M.; Galvão-Telles, J. B.; 2014: 267-268)

Alea e *Aleonis* têm o significado de "dado" (jogo de dados) e apostador, (cf. famosa frase latina de Júlio César - «alea jacta est» - os dados estão lançados), o que nos remete para o porvir, a sorte; tal como o vocábulo grego *Ale* ligado ao "andar errante". Temos, pois, aqui o conceito de bivalência de "sorte" e "azar", o "destino". Mas "aleo" poderia referir-se também a uma perspetiva jurídica da palavra *Alleu* (séc. XII) associada à composição de *AL-OD* (termos francófonos), significando respetivamente "todo", "tudo" e "bem total" ou *"propriedade"* – *"propriedade*

completa", "isenção quanto a pagamento de direitos"[54]. E porque não, tal como sugere também Minhava, espreitar a mitologia e a libertação dos sentidos que os seres alados e fantásticos nos reservam nomeadamente na analogia a *Belerofonte* e a subjugação de *Quimera*?

Para não referirmos as possibilidades que o mesmo sublinha como possíveis na aceção alternativa da divisa: "alco" "alco", que vão desde *Alcon* arqueiro cretense, a Guilherme Tell[55]. Acrescentaríamos ainda Vanna Tomas (Talim-Estónia)? Com a sua precisão no gatilho da besta, ou no vergar do arco, todos superam a adversidade, transformando em ensinamento o doce e pudico sabor do risco.

---

54 Também neste contexto Luiz Távora fornece-nos a sua perspetiva referindo que a palavra medieval francesa *Aleu,* derivando do termo latino *allodialis*, de onde derivou a atual palavra *alodial* <<livre de encargos>>, poderia significar <<propriedade livre >>. Adiantando possível conexão com o facto de o Rei D. João I ao empossar D. Pedro de Menezes enquanto 1º Governador de Ceuta, atribuindo-lhe o bastão de capitania, não lhe ter exigido preito de vassalagem ou juramento. O que no seu entender representa um voto de grande confiança e liberdade na gestão do seu cargo.

Adianta também como outra perspetiva as pesquisas de edições derivadas do *"Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa"* de D. Frei Domingos Vieira, Porto (1871/1874), em que o termo do francês antigo "Aleu" derivado da baixa latinidade de *aladium*, teria dado origem à palavra *alhia* enquanto plural neutro de *alius*, *alia* e como definição de *"obras, benefícios"* e que o autor arrisca a formular em jeito de voto cavalheiresco, da seguinte forma: "por obras valorosas, trazer benefícios à honra da linhagem ao Rei e ao Reino". (Távora, L.; 1970: 22)
Para mais informação consultar (Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales): http://www.cnrtl.fr/definition/aleu

55 Tal como se infere das jocosas analogias de Minhava com a personagem de Guilherme **Tell**, seria D. Pedro de Menezes da linhagem dos **Tell**es de Menezes o *Alcón* "flecheiro" português que em vez de uma besta usava um pau de jogo? Junto do corpo da empresa que faz representar na sua carta de dote de 1431 D. Pedro porém vem desarmado de flechas, bestas e varapaus.

> "Apesar de tudo a lenda do suíço divulgou-se mais rapidamente. A lenda da <<choca>> esteve duzentos anos em incubação!..." (Minhava, A. 1998: 45-46)

Uma outra possibilidade poderá derivar da analogia com o jogo francófono *mali*[56], que deriva do latim *malleus* e que teria dado origem à palavra malho/martelo. O jogo do *mali* (semalhante ao atual jogo do polo) joga-se com um bastão parecido a um martelo, algo que não aproxima a semelhança com o bastão de mando de D. Pedro de Menezes, mas não arreda a hipótese de autores tardios terem seguido essa analogia, procurando associar o bastão de capitania a um jogo de nobres, e simultaneamente terem visto na divisa *aleo aleo* de D. Pedro de Menezes, com o apoio do ideário popular do jogo da *choca*, essa intenção. No entanto, pela observação de imagens do instrumento desse jogo, parece-nos esta hipótese ainda mais remota.

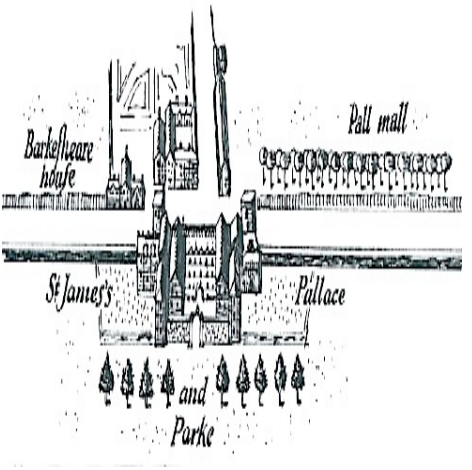


Fig. 36 - The ***Pall Mall*** at St James, London, from a 17th century map by Faithhorne and Newcourt. The original mall was over 1000 yards long. (Courtesy David Stirk, Golf: History of an Obsession and Golf Through The Ages)

Fig. 37 - A match on the ***Maliebaen*** in Den Haag. The exiled 'Winter King', Frederick V, Elector Palatine, prepares to play a scoring or positioning shot to the tall post marking the centre of the mall. The distant players on the 1073m long mall, are well beyond his range. Adrien van de Venne, 1626. (Artwork courtesy of British Museum and Golf Through The Ages)

56 Este jogo francês terá supostamente sido trazido para França no decorrer das cruzadas e foi importado para a Grã-Bretanha denominando-se de pall-mall do italiano *pallamaglio: palla +maglio* (Bola+martelo), dando origem ao croquet moderno.

En los siglos médios era costumbre de la realeza y de las Casas nobles adoptar lemas o divisas que resumiessen en una frase, o en una palabra, los ideales de sus titulares.

(...)

Esta costumbre feudal llegó a Portugal procedente de Inglaterra, y fue pronto adoptada por los membros de la casa de Avis. Las divisas se expressan en francês, ya que fueron los Normandos quienes habían introducido esta moda en la Corte inglesa (...). (Baeza H. A., 1987a: 20)

Efetivamente, grande parte das divisas da realeza, nomeadamente na Casa de Avis, surgem expressas em francês. Contudo, existem inúmeras, antes (Dinastia de Borgonha) e depois (Casa de Bragança), que igualmente surgem em latim, grego ou (posteriormente) português. Se por um lado D. Pedro de Menezes regressou a Portugal e privou de perto com D. Duarte e a realeza da casa de Avis que adotou, por via da Rainha D. Filipa de Lencastre, o uso das empresas utilizadas em Inglaterra, de inspiração francesa, não podemos igualmente descurar o facto de D. Pedro de Menezes e seus antepassados integrarem a nobreza portuguesa pré-Avis. Desta forma será prudente suspeitar-se que, neste domínio subjetivo das tenções ou empresas, a alma da empresa "aleo aleo" seja indubitavelmente de origem semântica em termos franceses[57]. Por outro lado, deve também considerar-se o pendor quase místico que as divisas ou almas das empresas encerram, levando grande parte dos estudiosos a referir apenas como hipóteses de significado traduzido o teor das

[57] As referências que se fazem ao francês antigo, neste texto, encontradas nos autores pesquisados apresentam similitudes com ALLEU (com u e não com o como surge na divisa *aleo aleo* de 1431)

divisas reais, nomeadamente no que respeita à dinastia de Borgonha e à dinastia de Avis[58].

Diversos autores referem que a diversidade de termos com que, a partir da divisa inscrita na carta de D. Pedro de Menezes (Casa de Vila Real) de 1431, surgem inscritas em monumentos e textos, referindo-se à sua família, são reproduções incorretas da divisa ALEO original.

> *Hay que advertir que Fray Luis de Sousa escribe "Alco" en lugar de "Aleo", siendo una transcripción incorrecta y defectuosa del término. Las variants "ALLEO" (capilla de Santiago en Ceuta), "ALEEO" (Palacio de Vila Real) y "ALEU" (escudo de Vila Real), son así mismo transcripciones incorrectas, o licencias caprichosas de los respectivos artifices de estas realizaciones. (…)* (Baeza H. A., 1987a: 20)

Na sua tese de Mestrado da história regional e local (2007) sobre "Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos Costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja", que datam da 1ª dinastia, Maria Alice da Silveira Tavares referindo-se nomeadamente ao Foro de Garvão, faz por diversas vezes no seu texto a tradução da palavra ALLEO (verbo *alleare*) como tratando-se da palavra "alheio"[59] do Latim *alienus* de onde deriva a atual palavra "alien"/"alienígena". No entanto, fora do contexto, isoladamente (tal como surge na carta de D. Pedro de Menezes de 1431) sem ser parte de uma frase, os semelhantes termos italianos

---

58 (Sobral, J. 2009) *In* http://audaces.blogs.sapo.pt/5359.html

59 *Aliena vita et bona salvare* - "Vida alheia e riquezas salvar" (Divisa do Corpo militar de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro)

alleato (aliado) ou *alleanza* (aliança) remetem-nos num sentido oposto, tal como o inglês *ally*. Já no francês, o verbo *aller – allé(e)* sugere-nos o sentido – ir.

Poderíamos ainda divagar sobre a existência de dupla menção à palavra ALEO e talvez pudéssemos deduzir que D. Pedro pretendia simplesmente vincar a referência aos dois LL com que também se escrevia à época o nome Telles[60] de sua família, que, por senhores de Mena, se tornaram Menezes e que por via adulterina encontram em D. Sancho I de Portugal (que originalmente se terá chamado Martinho) possível ascendência, por linha materna, de Hugo Capeto, Carlos Magno...

Não terá sido a dúvida sobre a verdadeira intenção de D. Pedro que teria levado escultores, escritores, entre outros, a representar todo este (e outro que desconheçamos) leque de opções tentando, por interpretações de local e de época, encontrar uma analogia à vida da insigne personagem? Se em alguns casos (incluindo a versão[61] de "alco") estes termos parecem eventuais, no caso de ALLEO enquanto sinónimo de "alheio" parece-nos um pouco… alheado... mas ainda assim também admissível no amplo leque de opções que tornam arriscada uma definição em particular, sobre um mote, uma divisa ou empresa que D. Pedro de Menezes escolheu mas que se excusou a definir ou especificar.

60 (anteriormente Telo – com provável origem na palavra latina "Tellus" = terra, e que terá começado a ser usada no séc. IX, no reino de Leão)

61 O tipo de caratere inscrito na carta de D. Pedro de 1431 para representar a sua divisa *aleo aleo*, é na caligrafia medieval para as minúsculas "c" e "e" algo semelhante.

E por mera hipótese?!... embalar Marão além, ao bom jeito de uma salutar conspiração mística/contemplativa, e suspeitarmos também que a palavra "aleo" numa relação direta com a figura/brasão (corpo da empresa) e com o enigmático animal que aí se encontra, talvez pudesse, ao invés de representar uma tradução objetiva de uma sinonímia, de um par de tradução palavra-palavra, ou palavra-síntese dotado de sentido objetivo e direcionado, poder referir-se, por seu turno, a uma ideia sugerida por um puzzle que se monta pela prevalência da partícula (ale/aleo) presente em diversas palavras que, provindo do grego e do latim, ainda que não sendo *ale* ou *aleo* o radical nativo ou mesmo silábico, poderiam numa época em que o latim era uma língua viva ter inspirado a escolha desta divisa.

(Pormenor Fig. 35)

Do latim:

ales[62]: alado (que tem asas; que voa);

g(aleo)lus: nome de uma ave

g(aleo): cobrir com um capacete

praev(aleo): valer mais, ter superioridade, prevalecer…

v(aleo): ser forte, ser vigoroso

c(aleo): estar quente, ser quente; estar em toda a sua força, estar em plena atividade...

alesco: crescer; aumentar ...

alea/(alea)tor: Dado/apostador/Jogo/jogador (azar... sorte – *alea belli... alea jacta est!* – Júlio César)
"...o dado está lançado"; "a sorte está lançada"; "aconteça o que acontecer"...

... caminho

62 ***Alis volat propriis***: "Voa com suas próprias asas" (lema do Estado de Oregon, nos E.U.A.)

Poderia desde logo argumentar-se que estas partículas fazem parte destas palavras como fazem de tantas outras, porventura com sentido diverso das acima selecionadas e exibidas. Ou mesmo que estas palavras apresentadas induzem a outro tipo de interpretações, variáveis na geografia e na cronologia. Justamente.

Mas poderá alguém argumentar que não teria sido esta a linha de pensamento de D. Pedro de Menezes? ... Justamente.

A Palavra ALEU é, na atualidade, o nome de uma localidade francesa na zona dos médios-Pirinéus, ou ainda (referência antiga) Srs. de L'Aleu (localidade perto de Nantes), de um bairro na Argentina, de uma personagem de desenhos animados, de um Rei da mitológica Arcádia grega... É sobretudo hoje, nome de família (apelido) em inúmeros países, com maior prevalência em Espanha.

Ainda que envolto nalguma ambiguidade, aponta-se também procedência das linhagens de cavaleiros (Tarragona, Catalunha) que pretendiam ascender a ordens militares, aventando-se a origem do termo em referência ao santo Aletius, a uma linhagem paralela local *aledo*, ou ainda de origem germânica.

Num estudo sobre onomástica (o estudo dos nomes), Josep M. Albaigés i Olivart refere para a palavra *Aleo* a possível origem do apelido *Aleu*:

> "Parece relacionable con el nombre personal germânico *Aletius* (Y seria derivacion de *Ald*, <<gobernante>>). No hay que descartar, sin embargo la possible relacion con la forma griega *Alea*[63] (. *Aleida*). On 28-9. C. *Aleu"* (Abaigés i Oivart, 1993: 32)[64]

Seguindo o mesmo exercício acima apresentado para algumas palavras em Latim podemos neste trabalho também notar a curiosidade de significação em algumas outras palavras em Grego:

alejo : do grego *A-lexius* "defensor";

alceo : do grego *Alkaios* de *Alké* "força". Sobrenome de Hércules "O forte");

alfeo : do grego *Alpheios* "excelente, primeiro";

aleida : derivado de *Alea* "semelhante a Atena, que é como Atena".

---

63 *Alea* para além de uma localidade no Poloponesso, terá sido, na mitologia grega arcadiana, um epíteto da deusa guerreira *Atenas, possívelmente oriundo de uma deidade anterior.*

64 Note-se no entanto que, nas diferentes variantes do brasão heráldico desta família surgem conjuntos de estrelas prateadas de oito pontas sobre fundo azul, estrelas douradas, ou ainda uma ponte dourada sobre fundo vermelho. Não existe aqui também paralelo figurativo com o bastão de mando, ou com a vara de jogo.

O significado mais assertivo, ao bom jeito da filosofia taoista *yin yang,* para a dupla menção poderá efetivamente ser: a vida é um jogo/caminho de (aleo) sorte e (aleo) azar (aalleeoo ?!) em que os audazes e escrupulosos se afirmam acima das contrariedades. Quiçá destino efetivo premonitório de D. Pedro de Menezes quanto à ascensão e queda da Casa de Vila Real. Na verdade, a dupla menção do termo "aleo" na alma da sua empresa deixa-nos o convite à imaginação. Poderia referir-se à intenção de registo para memória futura de um governo em Ceuta por D. Pedro de Menezes (Aleo) em "paridade/parceria" com um governo soberano (aleo) em Portugal por D. João I? Uma prova de confiança e sucesso a registar para a posteridade nas armas de família? O rei não lhe pediu preito de vassalagem[65] e atribui-lhe o governo... como se ele ali estivesse. Descuidaria no entanto D. Pedro de Menezes, qualquer alusão, mesmo que involuntária, a este (des)vínculo, permitam-me, algo "fanfarronal", sarcástico e de alguma forma sobranceiro? Note-se que a relação dele para com o monarca e seus filhos, era ao que se sabe próxima (Alferes-mor de D. Duarte), respeitosa e afetuosa a ponto da realeza firmar a sua divisa na

---

65 Esta hipótese aproxima-nos das já citadas e antigas referências jurídicas francófona ***l'aleu*** e ***franc-aleu*** (*alod*; *allodium* "propriedade toda"; propriedade completa"). Provavelmente com origem na Lei-Sálica merovingia de Clóvis I no séc. V, este conceito desenvolveu-se visando uma emancipação do conceito feudal para um governo "independente" (*terre libre*) de Roma e dos invasores germânicos, dos senhores suseranos. (Blackstone, W. 1830: 60); (Wallut, C. 1830: 90...); (Avril, V. 1849).

Ainda que o conceito não decrete uma independência plena, a sua alusão a considerar-se a hipótese da paridade (governador de Ceuta – Rei de Portugal), poderia sugestionar ao invés de suscitar união, fomentar e perpetuar uma fratura, que nunca ocorreu. D. Pedro de Menezes não era de todo um suserano, nem tão pouco prestava vassalagem direta a D. João I, mas também não era totalmente independente e autossuficiente. Ele era sim um delegado; uma extensão do seu soberano, com poderes "largos". De resto, as suas viagens ao reino, bem como a municiação de Ceuta, por exemplo aquando dos cercos, não obstante ao férreo esforço pessoal que em Ceuta empreendeu, mostra-nos que ele não era em absoluto um governante de um território desvinculado do quotidiano da sua metrópole. Por sua vez a utilização em uma só palavra designando este princípio "livre de encargo" seria demasiado obvia e pouco expressiva para a alma de uma empresa. Não revelaria nada do seu portador senão o facto de que beneficiava desse estatuto, como de resto outros senhores. E assim sendo a heráldica europeia estaria pejada de "aleu". No entanto a sua utilização duplice remete-nos para algo a montante desta perceção.

A utilização, por D. Pedro de Menezes em *aleo aleo* de um "o" no lugar do reconhecido "u" (quando se referindo a este conceito à época e em tempos precedentes) fortalece a perceção de que embora esta sugestão o possa eventualmente ter inspirado, a sua opção quanto à significação da sua empresa seria algo mais abrangente e como tal sugerindo esta eventual e intencional miscelânea de sentidos agregados, que se propõem ao leitor.

heráldica descendente posterior dos Menezes, acrescentando-lhe a "erva". Creio que se houvesse a mínima hipótese de uma referência a um conceito, à época tão amplo, polissémico e ambíguo, que suscitasse interpretação de qualquer réstia sublevante, tal não teria sido homologado.

Não fosse o seu significado já de si suficientemente enigmático, a sua representação dúplice (que podendo referir-se à reunião das linhagens desendentes de D. Sancho I pelo casamento dos parentes D. Fernando de Noronha e Dª. Beatriz de Menezes) quase nos conduziria a suspeitar que, enquanto lema de uma vida, esta divisa pudesse, ir um pouco mais além e efetivamente denunciar, de forma sublime e hermética, o fenómeno de compensação das dicotomias[66] que regulam o universo e

---

66 Esta dualidade quase nos faz transportar ao coevo políptico ou painéis de S. Vicente de Fora pintados no séc. XV. Supostamente, segundo Francisco de Olanda, terá resultado obra do pintor régio de D. Afonso V, Alexandre Gonçalves. Nesta obra em que domina a charada, a simetria imperfeita é utilizada para nos convidar a um percurso de desocultação enigmática de uma aparente alegoria coletiva em confrontação de sentidos. A figura central vestida de vermelho, ora surge de um lado em tom recriminatório ostentando um livro ora surge (surgia antes do restauro de 1909) do outro sorridente empunhando um bastão de mando que aponta o desenlace do caminho das pérolas "a esperança". Aqui se confrontam também os dualismos passado - futuro; ou melhor o percurso desde o passado até ao futuro, num equilíbrio projetado mas não evidente. Não antes de o aparente sagrado que domina toda a obra ser perpassado por um bastão de mando que profanamente, quase aponta o pleno esperançoso.
Tal como na empresa de D. Pedro de Menezes, não existe uma interpretação única oficial, na medida em que o propósito é oculto e codificado. Não existe uma obrigatoriedade conclusiva. Cada um vê e interpreta o que entende. Os autores propositadamente não nos fornecem o significado pleno, apenas símbolos, sinais, indicadores e referências capazes de dotar o conjunto de uma amplitude semântica que a catapulta para a perenidade da dúvida, do inacabado. Do caminho a descobrir.

Embora não sendo únicas, são ao nível das personagens, as cores verde e vermelho as que mais se evidenciam nestes painéis. António Salvador Marques (2010) refere o pintor Columbano Bordalo Pinheiro como uma das pessoas ligadas à redescoberta destes painéis no mosteiro de S. Vicente de fora nos anos 80 do séc. XIX. O mesmo Columbano integrou e presidiu a uma comissão de cinco personalidades nomeadas pelo governo republicano em 15 de outubro de 1910 para estudo da bandeira e hino nacional.
Por certo mera coincidência. (Marques, A. S. - 2010) *In* http://paineis.org/INDICE.htm

Por tratarmos aqui o cenário da dualidade, e no decurso da confrontação da heráldica de D. Pedro de Menezes com a do Infante D. Henrique, acabámos por encontrar algumas curiosidades ao nível das divisas e simbologias das empresas da dinastia de de Avis que enquadram uma presença de elementos simétricos. Verificámos por exemplo que na empresa constante nas *Cronicas dos Feitos de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara (1453) descoberta em França no Século XIX, após a divisa "IDA" (Infante Dom Anrique), o Infante D. Henrique passou a usar a divisa "Talant de Bien Faire" (Vontade de fazer bem). Mas o que nos suscitou maior curiosidade foi o facto de a erva carvalho, também com bolotas, formar duas circunferências entrelaçadas que no seu interior ostentam aquilo que Frei Luís de Sousa terá definido como "duas pirâmides dos antigos reis do Egipto" (in https://alvor-silves.blogspot.pt/2012/12/encoberto-22122009.html). Estes mesmos anéis vemo-los a emoldurar a divisa do Rei D. Duarte, seu irmão, no mosteiro da Batalha. Também notámos que no tempo de D. João II surgem as dúplices esferas armilares que

consequentemente as diferentes dimensões da vida: energia positiva – energia negativa; bem – mal; frio - calor; dia – noite; masculino – feminino; o sagrado – o profano; a razão pela força – a força pela razão...

O que temos vindo a constatar é que, não tendo o próprio autor da divisa/empresa/tenção especificado o seu significado, as mais diversas e por vezes insólitas explicações têm, ao longo de séculos, sido utilizadas para fundamentar a divisa *aleo aleo*.

A minha sugestão surge assim num tom caricatural, porventura até provocatório. E, ao mesmo tempo, como um convite a não cedermos à tentação de delimitar e encarcerar determinada verdade, que, em última análise, pode subverter e macular o brilhante legado de D. Pedro de Menezes; mesmo que no fio da história se encontrem depressões na orografia literária em que a bola de neve se foi encorpando.

---

embora com origens em ERATÓSTENES (200 a.C.), assumiram particular destaque enquanto instrumento de navegação e enquanto elemento iconográfico da realeza portuguesa. Seria contudo D. Manuel I a utilizá-la(s) com maior evidência. Este instrumento que representava o globo terrestre desde o seu núcleo interior, passando pela superfície da esfera terrena até à esfera celeste, não deixa de, embora sendo um instrumento de localização e medida, sugerir uma leitura mística da calibração entre endógeno e exógeno. Falarmos de leituras místicas leva-nos a quase visitar os meandros do esoterismo. Ainda que esteja a referenciar estas analogias após a inscrição da divisa "Aleo Aleo" em 1431, não devemos escamotear o facto de esta leitura esotérica se associar a uma época em que tão profusos e evidentes são os símbolos esotéricos nos documentos e monumentos portugueses. D. Henrique foi mestre da Ordem de Cristo (descendente da Ordem do Templo) e embora aqui pudéssemos apresentar inúmeros exemplos, sugerimos a observação da fachada oeste do Convento de Cristo em Tomar (Património da Unesco), bastião da Ordem de Cristo. Nessa fachada de que consta a famosa janela de traço manuelino com duas esferas armilares, vislumbram-se também as rosas e alcachofras da Ordem dos Rosacruzes; os anjos da Ordem do tosão de Ouro; as figuras humanas da Ordem da jarreteira. Já no interior do edifício encontra-se no meio de uma cruz o trimegistro com a simétrica figura da(s) cabeça(s) de Hermes ou talvez de Jano/Janus olhando em direções opostas a entrada e a saída... Se por vezes o elemento é iconicamente simétrico apelando à nossa imaginação mais fulgente, outras vezes ele é mais exigente. Por exemplo nas conchas de vieiras (D. Sebastião), somos levados a supor a simetria uma vez que estas existem na natureza como um conjunto de duas conchas. Noutros casos as simetrias são menos evidentes mas emancipam-se as dicotomias sensitivas. Por exemplo em D. João II, a dor do pelicano que arranca a carne do seu corpo em contraste com o prazer de alimentar as crias, ou o rochedo iluminado pelo sol em contraste com a árvore que é coberta com a água da chuva. Em D. Leonor de Áustria, Rainha de Portugal, vemos a fénix (um só elemento) como símbolo do ressurgimento cíclico de um antes letárgico para um futuro esperançoso.

Estas simetrias icónicas verificamo-la também na Casa de Bragança, por exemplo, através dos guindastes em simetria da empresa de D. Afonso, Conde de Ourém.

D. Pedro de Menezes ao invés de representar esta dicotomia de forma icónica e figurativa talvez o tenha feito na própria divisa: *Aleo Aleo*.

Talvez sim! Talvez não!

Até que surjam documentos ou fontes inelutáveis que possam definir e delimitar este leque de hipóteses tão fértil, é pois prudente não se correr o risco de querer, à revelia das imensas possibilidades, estreitar esse campo[67]. Pois, como vemos, encontraremos sempre espaço para novas interpretações que embora não vinculativas podem associar-se a esta empresa.

Um exemplo disso, embora não deixando de ser uma interpretação individual, e porventura até um pouco "bairrista", é o facto de, a par de tantas sugestões, me sentir confortável em leituras alternativas ancoradas, por exemplo, na análise da "erva", introduzida posteriormente a 1431.

Não esquecendo que nas empresas se supõe uma simbiose entre o seu corpo e a sua alma (entre a parte figurativa e as palavras), parece-me que se justificam estas conotações aventadas, até porque as julgo consonantes com o significado atribuído, desde a antiguidade, à folhagem de ramos de carrascos (*quercus coccifera* - família do carvalho) que aqui ladeiam a divisa ALEU no brasão de Vila Real e em monumentos da família Menezes.

Senão vejamos:

> *(…) Símbolo de força moral e física;*
>
> *(…) a árvore de Zeus, na Grécia, de Júpiter, em Roma, e de vários outros deuses do Norte e do Leste da Europa;*
>
> *(…) As coroas que homenageavam os soldados romanos pelos seus feitos nas batalhas eram feitas de folhas de carvalho e bolotas.*

---

67 Para estimular o interesse e fomentar a pesquisa acerca deste tema, convidam-se os leitores a considerarem ainda a hipótese de a divisa "aleo" ser uma sigla (ao jeito da SPQR ***S****enatus* ***P****opulus****q****ue* ***R****omanus*) e a partir daí formularem as diversas combinações e argumentações. A amplitude de sentido(s) certamente enriquecerá a discussão e trará novos contributos.

Plínio, o Velho, mencionou os druidas celtas relacionando o seu nome com o nome celta de carvalho, duir, e por isso passaram a ser conhecidos posteriormente como "homens de carvalho". Esta comparação devia-se ao facto de os druidas serem considerados homens de sabedoria e força, qualidades também atribuídas ao carvalho. Os celtas assumiram o carvalho como uma divindade e um símbolo de acolhimento ou lar e também uma espécie de templo, dado o seu forte tronco e os seus ramos e folhagens espessos. Por esta razão, na Irlanda, as igrejas eram chamadas de dairthech, "casas de carvalho", o mesmo nome que entre os druídas significava bosque sagrado.

http://www.infopedia.pt/$carvalho-(simbologia

... quanto mais ele se sujeita às intempéries, mais fortalecido ele sai delas, pois suas raízes se arraigam ao solo a cada tempestade, seu tronco se revigora, e a possibilidade dele ser extraído do solo pelos temporais diminui drasticamente, até se tornar nula." (...) "seu papel na Natureza acaba se transformando em metáfora de resistência, resignação, submissão diante dos desígnios divinos, uma vez que, a cada assédio das forças naturais ele não se revolta, nem desanima, mas procura triunfar sobre os obstáculos que o perseguem insistentemente. E assim conserva-se sólido e concreto nas florestas e bosques nos quais habita. http://www.infoescola.com/plantas/carvalho/ [68]

68 (No brasão de Alcoutim, surgem já ramos de oliveiras, e no seu túmulo em Santarém, possivelmente ramos de acanto. Ainda que na *Revista da História da Arte nº 5* (2002) os académicos Joana Ramôa e José Custódio Vieira da Silva os apresentem, na pág. 88, como sendo *"entrelaçados de ramos de carvalho"*) *In* https://run.unl.pt/bitstream/10362/12602/1/ART_4_Ram_Sil.pdf O que a bem dizer nos afasta da perspetiva da origem da conexão destas ramagens com o pau de azambujeiro – da família das *oleaceae* (*oleastaer).*

Se a reação desencadeada pelo brasão do RI 13, pela divisa *ALEU* do brasão de Vila Real, pela inscrição *ALEEO* do Palácio da Torre (casa dos Menezes em V. Real), (entre outros em Portugal, Ceuta...) assume também esta sinopse de sentidos, então, a meu ver, D. Pedro de Menezes, e todos estes locais que ostentam e preservam esta memória e este desafio merecem-se efetivamente.

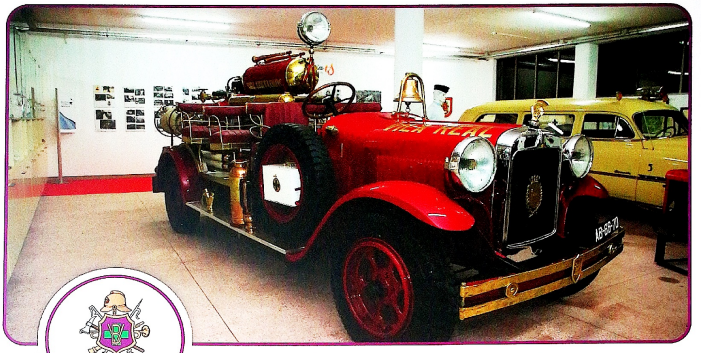
Fig. 38 - Brasão Regimento de Infantaria Nº 13 - V. Real (Armorial Jorge Guerreiro Vicente)

Fig. 39 - Brasão do extinto D.R.M. - V. Real (Armorial Jorge Guerreiro Vicente)

Fig. 40 - (ALLEO) Ginásio Clube de Vila Real

Fig. 41 - (ALEEO) Palácio da Torre Vila Real

Fig: 42 - Composição de imagens sobre a viatura "Alleo" 1928, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Cruz Verde - Vila Real – junho de 2019



DODGE *ALLEO*

Marca:
Graham-Brothers

Local e ano de fabrico:
Detroit, EUA - 1928

Montagem: Inglaterra

Potência em CV: 15

Nº de cilindros: 6

Tara: 3280 kg

Combustível: gasolina

Apadrinhamento:
D. Maria Adelaide Serôdio

Nome de Batismo: Alleo

Esta viatura da marca Graham-Brothers, foi fabricada em 1928 pela construtora Dodge Brothers, em Detroit, nos Estados Unidos da América e posteriormente foi montada em Inglaterra. Tratava-se de um veículo de pronto-socorro, equipado para o combate de incêndios, ao qual estavam incluídos extintores, mangueiras, escadas, cordas, machados e um *kit* de primeiros socorros.

Entrou ao serviço do corpo de bombeiros voluntários de Vila Real - Cruz Verde em 1929, sendo este o primeiro veículo motorizado da corporação e foi batizado com o nome de Alleo, pela Senhora D. Maria Adeaide Serôdio.

À época, a compra de uma viatura gerava um movimento cívico enorme e sendo esta a primeira ao serviço do corpo de bombeiros da Cruz Verde, o dia da sua chegada foi um momento único, onde uma imensidão de pessoas acompanharam a viatura até ao quartel.

E que mais dizer sobre *o pau de capitania*/o ceptro/o bastão de mando, que, como temos vindo a explorar, não se trata de uma originalidade vila-realense, trasmontana, portuguesa, ou, porventura, sequer de uma europa colonial emergente a partir do séc. XV?

> *"Los antecedentes de la vara de mando, según los registros de los pueblos mixtecos, Ñuu Savi, representan el buen gobierno de los pueblos", expone en su amplia bibliografía la doctora Carmen Cordero Avendaño, experta en el derecho consuetudinario. "El bastón o vara de mando es un símbolo, sintetiza una variedad de conceptos relacionados con las formas de gobierno; es un mandato de gobierno en sí mismo". Cordero Avendaño refiere que existen referencias en el códice Vindobonensis sobre la genealogía de pueblos mixtecos, desde el siglo X hasta el XIV, que hacen referencia a los principios y esfuerzos dirigidos hacia el bien de la comunidad, "tal símbolo es la vara del mando.*
>
> *De ahí que la entrega del bastón es motivo de festividad y ceremonia por el recibimiento de las nuevas autoridades nombradas por usos y costumbres en la región Mixteca, pero también en el resto de los pueblos indígenas de Oaxaca.*
> *http://old.nvinoticias.com/en/node/321038*

Fig. 43 - Pormenor do Códice *Yuta Tnoho/*Vindobonensis (Viena - *Vindobona* em latim); (pré-colombiano)
O primeiro dono europeu conhecido foi o rei de Portugal D. Manuel I; após a sua morte em 1521, teve vários outros donos e atualmente encontra-se na Biblioteca Nacional da Áustria, ainda que uma parte seja pertença da Universidade de Oxford - Inglaterra.

Se porventura quisermos enveredar por perspetivas mais profundas, no limiar do esoterismo e do significado do *Bastón de Mando* (nomeadamente na América latina, onde existe uma grande tradição simbólica, em que o sagrado, o profano e o oficial se tocam nos rituais de transmissão do poder através de um bastão de mando) poderemos debruçar-nos sobre as leituras do polémico sociólogo e antropólogo Guillermo Alfredo Terrera, e recuar até 8000 a.C. onde surge o *Bastón de Mando* com o nome *Simihuinqui* associado a *Voltan.* Similitude temática também próxima aos povos "supostamente" indígenas da América Latina – adoradores do *Sol rojo de los Comechingones*[69]*,* o sol de *argentum.*

Tal como em Ceuta, na Argentina atual, como de resto um pouco por vários países da América do sul e alguns da Europa, quando é empossado um novo governador ou presidente, procede-se igualmente a um ritual semelhante de transferência do bastão de mando. São inúmeras as referências iconográficas e literárias sem que este seja designado de *aleo*.

Contudo, foquemo-nos no essencial - *aleo*

69 Supostamente os índios brancos - incas, descendentes dos migrantes Vikings.

IV

ALEO ALEO

(confrontação/adaptação/confrontação/adaptação...)

Ceuta teve por 1º governador, D. Pedro de Menezes (1415), que pelo seu desempenho obteve como reconhecimento o título de 1º Conde de Vila Real (1418-1419... 1424)[70]. Seus descendentes permaneceram no governo do território africano e também de Vila Real até 1641, altura em que no rescaldo da restauração da independência portuguesa, a casa de Vila Real foi extinta, e a espada das armas (nunca o varapau[71]) de Vila Real invertida[72] (situação apenas reversível em 1962).

---

70 Dias Dinis (1974: 542) refere que embora grande parte dos autores (nos quais o mesmo se incluiu em edições anteriores) assinalem o ano de 1424 como a data em que tendo vindo a Portugal pela primeira vez, se encontra em Almeirim com o Rei e aí é formalizada a atribuição do Condado de Vila Real entre outras mercês, existem documentos anteriores em que é já referido D. Pedro de Menezes como senhor de Vila Real.

71 Note-se que a data que está patente neste monumento é 1588 e, portanto, anterior às primeiras referências escritas que conheço relativamente à lenda do jogo da choca, que nos chegam por Lavanha apenas no século seguinte. Nesta altura em que os descendentes dos Menezes ainda eram os titulares da Casa de Vila Real, vê-se uma espada. Provavelmente a espada que identificava a vila desde D. Afonso III. No palácio de família (do mesmo século XVI) apenas a inscrição ALEEO ladeado de ramagens.

72 Embora persistindo alguma controvérsia em torno do motivo da inversão da espada nos símbolos hierárquicos de Vila Real, existindo uma linha que defende que a mesma resultou de um ato de sublevação popular dos locais como forma de descontentamento pela trasladação do local da fonte "Fonte Nova", é a própria Câmara Municipal em ata de 10 de janeiro de 1941 que corrobora a tese de castigo régio:

> *"os homens, como as coisas, mudam consoante estão em maré de prosperidade ou desgraça. Também o brasão de Vila Real tem sofrido as suas transformações - em número de três - só porque os que deviam velar pela sua honra, ou foram valorosos (D. Pedro de Menezes), ou traidores (marqueses de Vila Real). (...) Mas um dia vem a desgraça com a traição dos Marqueses de Vila Real em 1641 e ao castigo infamante que receberam no patíbulo acrescenta-se a transformação do brazão que estava sobre a sua dependência. No escudo com z corôa do marquês apenas fica a espada com lâmina de*

Os Menezes haviam aparentemente tomado o partido da coroa espanhola e, como marca dessa desonra, a espada da sua heráldica terá sido invertida[73]. Note-se que após revisão da heráldica, alguns estudiosos locais e a autarquia vila-realense decidiram, e bem, manter assim a espada invertida da *Fonte Nova*. O mesmo sucede com o brasão do antigo Banco de Portugal e outras representações atuais que mantêm a espada invertida... Um livro aberto... sem pudores ou preconceitos históricos.

Fig. 44 - Fonte nova – V. Real

prata e punho dourado, em campo vermelho, com a ponta virada para baixo; e é êsse brazão o símbolo atual de Vila Real. Representa por isso um castigo que os nossos antepassados sofreram."

Se atendermos que efetivamente se impôs uma alteração decorrente da extinção dos símbolos do marquesado (coroa) da heráldica, a que a ata também se refere, não deixa de ser curioso que o mesmo documento porém, provavelmente no decurso de literatura tardia, faça também referência ao jogo da choca, sem que no entanto tenhamos encontrado referências documentais coevas ao evento do jogo no episódio da tomada de Ceuta. Como tal fica, em certa medida, em aberto a amplitude de fundamento do contexto histórico. Contudo, esta situação de inversão dos símbolos heráldicos como forma de castigo e desonra não é de todo uma originalidade. Encontramos por exemplo o escudo de Portugal invertido no brasão de Castello Rodrigo na obra *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas* (vol. I) (Barbosa, I; 1860) por ordem de D. João I, no decurso da guerra da sucessão, alguns séculos antes (séc. XIV).

73 Existe alguma discussão sobre o facto de o titular da Casa de Vila Real ter efetivamente tomado o partido de Espanha, tal como muitos dos nobres portugueses. Os seus descendentes argumentam que poderia ter existido um mal-entendido que associado à necessidade de a coroa obter divisa para restaurar um país em escombros e afirmar a Casa de Bragança, teria levado a esse desfecho. "*Só em terras, a Casa de Vila Real possuía 2.125 Km² e 50.000 vassalos!*" - "A CASA DE VILA REAL E A CONSPIRAÇÃO DE 1641 CONTRA D. JOÃO IV" - Mafalda de Noronha Wagner (2007). *In http://blogmpcparaty.blogspot.pt/2014/08/os-vila-real-guilhotinados-no-rossio-em.html*

Também Ribeiro Aires (2012: 15-32) faz eco do interesse da coroa e de incoerências várias neste processo de alegada conspiração contra D. João IV.

Fig. 45 - Antigo Banco de Portugal – V. Real

Fig. 46 – Representação heráldica

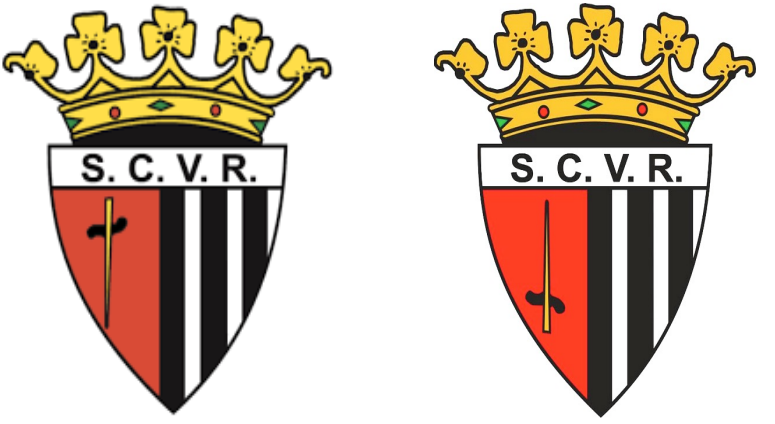


Fig. 47 - Antigo e atual Símbolo do Sport Clube de Vila Real

Não obstante, é indiscutível o papel desta personagem histórica, que, tendo ascendência familiar em Castela e sendo parente da afamada rainha portuguesa Dª. Leonor Teles - "A flor de Altura" (Couceiro, M.; 1969: 36), se tornou efetivamente num dos mais ilustres e destacados portugueses e um exemplo de emancipação[74], pelo seu papel inspirador e factual na História de Portugal. 1º governante (*in loco*) do império ultramarino português: 1º Governador de Ceuta (1415), 7º Almirante de Portugal[75] e 1º Conde e senhor da Casa de Vila Real (1418-1419...1424)...

Note-se que no ano de 2015 se comemorou o sexto centenário da conquista de Ceuta. Embora sendo na atualidade um território espanhol, a atual bandeira mantém o escudo da Bandeira de Portugal e o fundo da bandeira de D. Duarte (fundo da atual bandeira de Lisboa) que o Próprio D. Pedro de Menezes hasteou na Torre de Fez aquando da conquista do território.
Algumas das ruas de Ceuta, monumentos e instituições têm simbologia relacionada com Portugal.

74 *Os Menezes, milenária estirpe Visigótica, tinham servido alternadamente as várias dinastias Leonesas, Castelhanas e Portuguesas do seu mesmo sangue, durante a reconquista.* (Couceiro, M.; 1969: 39)

75 Título honorífico e executivo de chefe comandante da armada portuguesa, atribuído como dote por altura do seu 4º casamento com Dª. Genebra Pessanha. (Gonçalves, M. P.; s. d.)

Manel Almeida, Idalina Brochado e António Dias Dinis referem em *Monumenta Henriquina* Vol. IV (1962: 211- Nota 1): *D. Pedro veio ao país a vez primeira em 1424, após nove anos de assistência continua naquela cidade, e foi então nomeado conde de Vila Real, antes de 14 de Fevereiro. Nesta sua segunda vinda, de 1432, matrimoniou-se, em terceiras núpcias, com D. Genebra Pereira, filha do almirante Carlos Pessanha e irmã de D. Beatriz Pereira, mulher de Rui de Melo. O casamento teve lugar antes de 8 de Maio de 1433 e, em dote, recebeu D. Pedro o almirantado do reino, a juntar a doações que já antes e depois lhe foram outorgadas, em recompensa de seus bons serviços em Africa.*

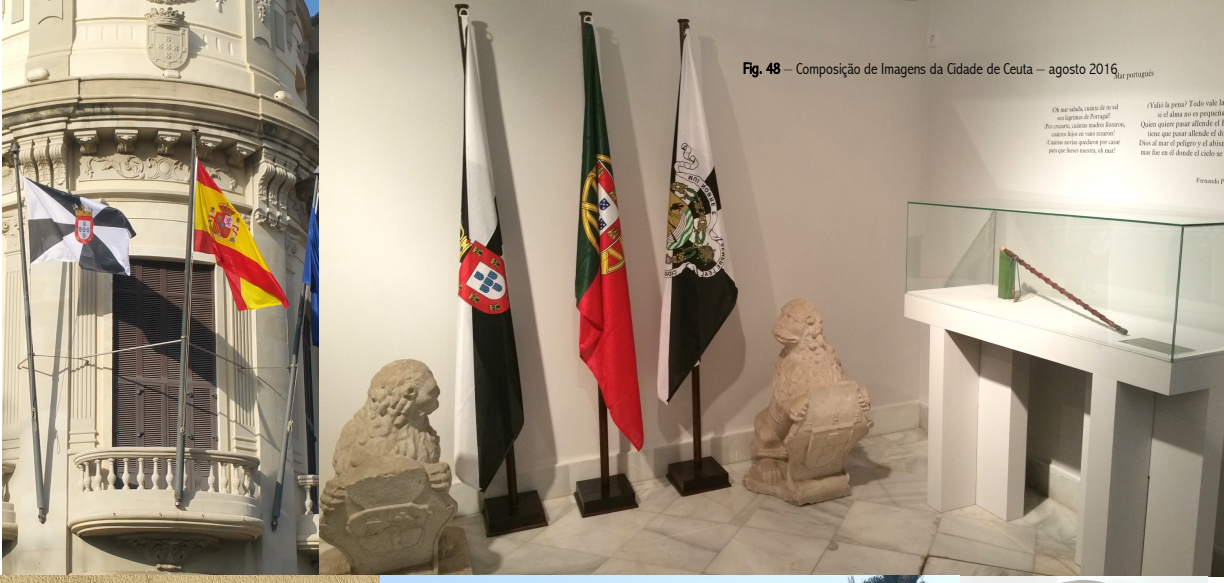


Fig. 48 – Composição de Imagens da Cidade de Ceuta – agosto 2016

Também em Portugal (para além de Vila Real) existem várias referências a Ceuta e a D. Pedro de Menezes.

No Porto, onde nasceu o Infante D. Henrique e onde este preparou a armada nos estaleiros de Miragaia, utilizando muitos materiais oriundos de de Trás-os-Montes e norte do país. Os habitantes desta cidade, onde o Infante embarcou para Ceuta com 21 anos de idade, ficaram conhecidos como "tripeiros" pelo facto de terem cedido toda a carne para a armada levar em sua viagem, ficando a população com as "tripas".

Fig. 49 - Fresco de Jaime Martins Barata no Palácio da Justiça – Porto (1961) representando o embarque do Infante D. Henrique para a conquista de Ceuta.

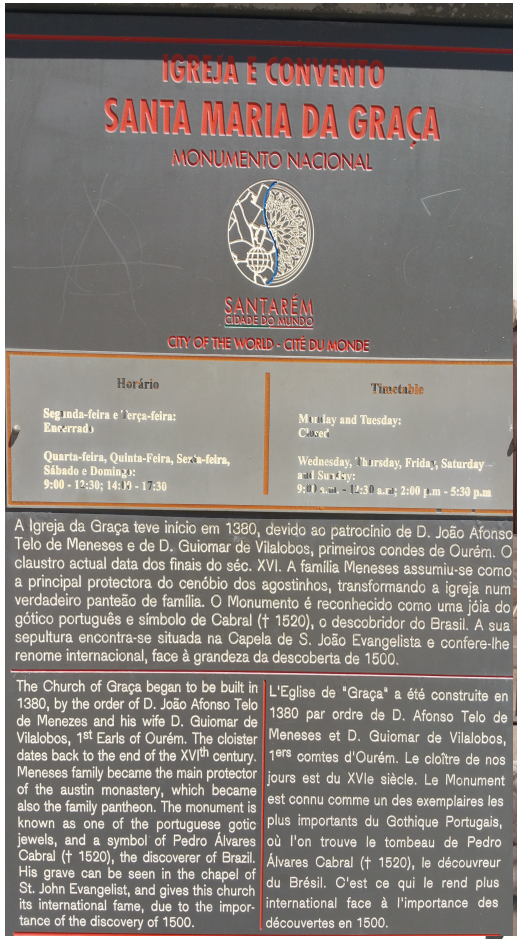
Fig. 50 - O Infante D. Henrique na Conquista de Ceuta 21 de agosto de 1415 Estação de S. Bento – Porto (Azulejos do autor Jorge Colaço – Início do séc. XIX)

Fig. 51 – Monumento alusivo à armada que partiu do Porto para Ceuta em 1415 – Porto

Em Santarém, a família Menezes estabeleceu o seu mausoléu coletivo de família na igreja da Graça de que foram mecenas. Nesta repousam também os restos do descobridor do Brasil D. Pedro Álvares Cabral.

Fig. 52 – Lápide junto ao túmulo de D. Pedro de Menezes

Fig. 53 – Placa toponímica



A Igreja da Graça teve início em 1380, devido ao patrocínio de D. João Afonso Telo de Meneses e de D. Guiomar de Vilalobos, primeiros condes de Ourém. O claustro actual data dos finais do séc. XVI. A família Meneses assumiu-se como a principal protectora do cenóbio dos agostinhos, transformando a igreja num verdadeiro panteão de família. O Monumento é reconhecido como uma jóia do gótico português e símbolo de Cabral († 1520), o descobridor do Brasil. A sua sepultura encontra-se situada na Capela de S. João Evangelista e confere-lhe renome internacional, face à grandeza da descoberta de 1500.

The Church of Graça began to be built in 1380, by the order of D. João Afonso Telo de Menezes and his wife D. Guiomar de Vilalobos, 1st Earls of Ourém. The cloister dates back to the end of the XVIth century. Meneses family became the main protector of the austin monastery, which became also the family pantheon. The monument is known as one of the portuguese gotic jewels, and a symbol of Pedro Álvares Cabral († 1520), the discoverer of Brazil. His grave can be seen in the chapel of St. John Evangelist, and gives this church its international fame, due to the importance of the discovery of 1500.

L'Eglise de "Graça" a été construite en 1380 par ordre de D. Afonso Telo de Meneses et D. Guiomar de Vilalobos, 1ers comtes d'Ourém. Le cloître de nos jours est du XVIe siècle. Le Monument est connu comme un des exemplaires les plus importants du Gothique Portugais, où l'on trouve le tombeau de Pedro Álvares Cabral († 1520), le découvreur du Brésil. C'est ce qui le rend plus international face à l'importance des découvertes en 1500.

Fig. 54 – Composição de Imagens da Cidade de Santarém – D. Pedro de Menezes – agosto 2016 (Autorização de publicação de imagens do túmulo pela D.G.P.C. – Dir. Geral do Património Cultural)

Fig. 55 - Busto de Miguel Torga (S. Martinho de Anta/Sabrosa – V. Real). Escultura de Laureano Guedes (Laureano Ribatua) 1965

Adolfo Correia da Rocha, cujo pseudónimo é Miguel Torga[76], escritor nascido em Trás-os-Montes, telúrico acérrimo parece por vezes ver-se reduzido e encarcerado numa expressão sua: *Para cá do Marão mandam os que cá estão* (Torga, M. 1950: 24.). Contudo, ele próprio apresenta-se-nos como o paradigma de uma ideia de abertura ao mundo que, de tão diverso e vasto, nos faz buscar o sentido de pertença na crueza dos elementos que nos enformam desde as raízes. Tal não significa, porém, que um trasmontano atual seja um género de Obélix[77] que mergulhou no caldeirão da poção mágica incorporando a virilidade autista e autossuficiente e um endémico sentido de defesa face ao mundo que o rodeia, que o atormenta e constantemente o ameaça.

Torga é alguém que nasce na penedia agreste de S. Martinho de Anta, em Vila Real; que vai viver para o Porto e em Leça da Palmeira vê o mar pela primeira vez; que em Lamego constata que não quer tornar-se um clérigo *papa hóstias* e de seguida, no Brasil, é capaz de entender o que significava uma *bagada de suor*. Vai aos poucos regressando do infinito para, em Coimbra, se tornar académico e médico e aí vive até ao final da sua vida, não sem antes percorrer o país e a Europa. Bem poderíamos dizer que nele, a expressão: "Para cá do Marão mandam os que cá estão" poderia encontrar um paralelo no slogan publicitário de Alexandre O´Neil: "Há mar e mar, há ir e voltar", acabando por transmitir-nos, de forma algo sarcástica, um ideal superior, que nos impele ao contrário, do que aparentemente representa – ensimesmamento/abstração/solidão.

---

76 Pseudónimo em presumível alusão ao seu ídolo literários espanhol e a uma planta resistente da sua região natal.

77 Personagem fictícia com força sobre-humana das histórias de banda desenhada criadas em França a partir de 1959, por Albert Uderzo e René Goscinny.

Bata-se a uma porta, rica ou pobre, e sempre a mesma voz confiada nos responde: - Entre quem é! Sem ninguém perguntar mais nada, sem ninguém vir à janela espreitar, escancara-se a intimidade duma família inteira.
O que é preciso agora é merecer a magnificência da dádiva.
Nos códigos e no catecismo o pecado de orgulho é dos piores. Talvez que os códigos e o catecismo tenham razão. Resta saber se haverá coisa mais bela nesta vida do que o puro dom de se olhar um estranho como se ele fosse um irmão bem-vindo, embora o preço da desilusão seja às vezes uma facada.
Dentro ou fora do seu dólmen (maneira que eu tenho de chamar aos buracos onde vive a maioria) estes homens não têm medo senão da pequenez. Medo de ficarem aquém do estalão por onde, desde que o mundo é mundo, se mede à hora da morte o tamanho de uma criatura. (...)
Acossados pela necessidade e pelo amor da aventura emigram. Metem toda a quimera numa saca de retalhos, e lá vão eles. Os que ficam, cavam a vida inteira. E, quando se cansam, deitam-se no caixão com a serenidade de quem chega honradamente ao fim dum longo e trabalhoso dia. (Torga, M. 1950)

O autor convida-nos a imaginar a diversidade e grandiosidade da vida, num convite ao universalismo, ao desenraizamento da condição apática de resignação e da pequenez dos muros (montes) que nos envolvem. Ser-se hoje vila-realense ou trasmontano é, portanto, ser-se a si mesmo num turbilhão de desvendamento de identidades miscigenadas, de que o povo português é um paradigma (por via dos seus contactos com diversos povos do mundo ao longo da sua longa epopeia). E ao mesmo tempo ser-se Torga, a "planta" bravia resistente e tenaz que encontra o húmus ideal quando consegue identificar todo o mundo, e todo o ser, num recanto

que a memória em criança lhe transmitiu. E que, não aí, mas no mundo, aprendeu a ler e a amar como se de um *reino maravilhoso* e singular se tratasse.

Voa para lá do horizonte, sobrevoa os cumes para não perderes o pé! – parece ser este o desfio que Miguel Torga nos lança com o seu próprio exemplo de demanda... para lá do Marão.

Conhecemo-nos tanto melhor quanto nos conseguimos entender na simplicidade do outro, na tradução dos cambiantes mais básicos dos elementos em uma paisagem agreste, ou no pulsar e identidade de um mundo imenso compacto num grão de areia. Mas, o requisito elementar ao retorno que permite esta síntese concetual de traços de identidade e originalidade, ao contrário de vincar o fechamento e o entrincheiramento autista, pressupõe pelo contrário a partida e a predisposição para a abertura de saída e de entrada. Consegues melhor perceber-te e integrar-te, quanto mais conheceres, os que ainda desconheces. Se conseguires tudo isto no escasso tempo de uma vida, então consegues identificar os traços e singularidades cósmicas de um simples penedo, que torna singular num dado momento, uma paisagem que, sem ele, seria tudo; mas não essa paisagem. O rio não teria de contorná-lo; o vento não teria de transpô-lo; a sombra que de si resulta não regularia da mesma forma, a vegetação que cresce em seu redor e a neve do inverno não repousaria no seu cocuruto. No Saara ou no Atacama os ingredientes seriam porventura outros, mas ainda assim, capazes de impelir a uma reflexão sobre a grandeza, singularidade e efemeridade da condição humana num mundo simultaneamente global e local.

Torga mostra-nos assim que a originalidade trasmontana, é tanto mais valorizada e evidente se analisada e confrontada numa perspetiva alargada de mundivisão, do que propriamente se associada em exclusivo a lendas que vincam cenários passados de isolamento geográfico hostil, onde em séculos, mas não hoje, o estreitamento de horizontes era terreno fértil a delírios e efabulações ruralistas que torneassem, num admissível e compreendido exagero; o traço de um povo confinado com dúvidas e receios de superação da "pequenez" e da emancipação que os cumes ocultavam e separavam.

Se eu andasse como estes garotos a roer leitugas pelas valetas, teria olhos para contemplar por um momento sequer aqueles cumes maravilhosos?

*(*Torga, 1999: 347 *in* Cymbrom J. M. 2015: 90*).*

Não é portanto necessário na atualidade, em que este isolamento se esbate pelas vias de comunicação e do progresso nas mais diferentes áreas, abdicar do pré-conceito de trasmontano como sinónimo de português dotado de singularidade, bravia, ecologista, campesina e abnegada. São efetivamente traços de identidade e da história de uma região que o futuro e a eventual modernização homogeneizante (globalização) terá dificuldade em debelar.

Um trasmontano de geração sabe-o; e quem o visita percebe-o.

Contudo, penso que podemos, pelo menos, questionar a legitimidade e pertinência de continuar a favorecer e pulular lendas que denotam coações interpretativas de ideias difusas e híbridas, que procuram o patrocínio da ancoragem na realeza para afirmar singularidade beligerante, num mundo atual conectado, em que, mais que acantonar, urge partilhar e aproximar.

Não é necessário circunscrever o *jogo da choca* a Trás-os-Montes quando ele era também beirão, castelhano, árabe, sul-americano...; quando no dealbar da nacionalidade e afirmação Lusitana, Viriato, também ele pastor, evoluiu do cajado à espada. Não é necessário alimentar este traço de associação aos rapazes que perante D. Diniz teriam exibido a sua bravura empunhando um cajado e reincidir no mesmo cardápio alguns séculos mais tarde, forçando também o Menezes a ser jogador de choca e também ele repetir o cenário exibicionista.

Temos autores que adiantam a hipótese de o pau de capitania improvisado e que à força toda se quer denominar de *aleo*, não ser o bastão com que D. Pedro de Menezes jogava a reca/choca, mas sim uma bengala em que o próprio D. João I se apoiava por se encontrar limitado no andar. Como vimos o bastão de mando, o ceptro de capitania tem referências documentadas em contextos históricos anteriores e em vários pontos do globo, sem que este tivesse que cumprir o pré-estádio de emancipação enquanto varapau de jogo. Se assim fosse tê-lo-ia sido já no antigo Egito[78] (hekat - símbolo do faraó pastor que orienta os seus súbditos. Não consta

---

78 O bastão de mando, tal como atrás referido é um objeto de uso genérico no mundo inteiro. Na antiguidade encontramo-lo conhecido como *batôn de comandment* referindo-se a bastões decorativos utilizados pelas tribos europeias (cultura Magdalenian) no paleolítico superior entre 17000 a 12000 a.C. Para além de elemento de exibição perante os demais, era normalmente decorado com animais e feito a partir de osso. Este artefacto supostamente serviria também de apoio ao lançamento de lanças. No Egito encontramos os faraós usando os *hekat.* Encontramos referências na mitologia grega em que Zeus, o deus dos deuses, surge com o seu bastão dourado. Também na mitologia nórdica, o Deus dos deuses, Odin possuía a sua *gungnir* dotada de poderes incomensuráveis. Mas podemos também referir o *caduceu* associado à alquimia e representação do bastão de Hermes, e que é atualmente (com figuração adjacente) utilizado para representar áreas como a medicina, a pedagogia e a contabilidade. O bastão de Asclépio ou de Esculápio. Também na Grécia na capital de Esparta (lacónia/Lacedemonia) se usava *skitale/scítala* em que os bastões eram também utlizados como instrumentos de comando e de suporte à criptografia. As tribos romanas usavam os *fasces* de origem etrusca e mais tarde os comandantes militares utilizaram *vitis.* Na sul-América da antiguidade há alusão ao *simihuinqui* e hoje inúmeros países adotam esta simbologia e porte no empossamento dos seus mais altos dignatários. Por regra geral perderam a curvatura cimeira, à exceção dos utilizados pelas autoridades eclesiásticas ocidentais. Na idade média os bastões ou ceptros reduziram de tamanho. Na idade moderna e atualidade a sua dimensão é ainda mais reduzida e ornamentada e o seu uso figurativo serve essencialmente para, tal como na antiguidade, designar o poder dos líderes e o vínculo com os seus súbditos que representam. Utilizou-os a realeza de todo o globo. Napoleão Bonaparte, o Duque de Wellington e tantos outros líderes, reis, imperadores... Na Alemanha de Hitler eram designados de *interimstab.* Os presidentes do Chile e da Argentina intercambiaram os respetivos bastões de mando no decurso da assinatura do tratado de paz ocorrido em 1899. Evo Morales o primeiro líder indígena eleito na Bolívia foi empossado em um ritual indígena recebendo o bastão de mando indígena na cidade pré-Inca de Tiawanaku em janeiro de 2010, tal como o presidente equatoriano Lenín Moreno o recebeu em Maio de 2017 no parque arqueológico de Cochasquí. Michel Temer recebeu também um, feito a partir de pau-brasil, no forte Apache como forma de reconhecimento do seu papel como comandante supremo das forças armadas, em fevereiro de 2017. E poderíamos continuar enunciando episódios semelhantes, até à exaustão.

Em Espanha, por exemplo, podem encontrar-se referências a vários locais do reino onde ainda ocorre a atribuição de bastões de mando a alcaides municipais e a comandantes militares.

En España, desde Felipe V en 1.706, han sido múltiples las ordenanzas que han regulado el uso y forma de los bastones de mando, como símbolo de autoridad y distintivo de mando que, como recuerdo del pasado, ha pervivido hasta nuestros días. La Real Ordenanza de 30 de mayo de 1.840 y posteriormente el reglamento de 1.943, no derogado todavía, establece las normas a las que deben ajustarse los bastones de mando que habían de ser "de caña de indias o madera rica, con puño de oro y cordón de hilillo del mismo metal, terminado en dos bellotas también de oro" para generales y "de cordoncillo y bellotas de seda negra" para los jefes de cuerpo y jefes de estado mayor de grandes unidades. El bastón de mando como parte integrante

que, por exemplo, Tutankamon, que morreu ainda bastante jovem, jogasse a reca/choca).

Também não é necessário tornar D. Pedro de Menezes num vila-realense de gema quando os documentos conhecidos, apenas lhe atribuem a relação de seu avô materno e sua mãe enquanto senhores de Vila Real e de Panóias, mas em que seu pai era Senhor de Viana do Alentejo. De resto, os Menezes eram senhores de inúmeros senhorios no país. Quando regressou do exílio em Castela, ainda criança, foi viver para o sul do país, quando regressou de Ceuta pela primeira vez foi feito Conde de Vila Real, em Almeirim. E quando morreu foi sepultado em Santarém. Vários monarcas portugueses também foram senhores de vários territórios ultramarinos distantes, sem que tal obrigasse ou registasse a presença destes, em momento algum, nesses locais.

---

de los símbolos de los ejércitos debe mantener la tradición histórica como recuerdo imborrable de sus glorias y parte integrante de su esencia.

http://www.ejercito.mde.es/de/Galerias/Descarga_pdf/Unidades/Almeria/brileg/101_RESENA_HISTORICA_FAJA_GENERALx_BASTON_Y_SABLE.pdf.

Portugal teve também alguma influência na consolidação destes rituais no antigo espaço colonial, no Brasil e também a oriente, mas atualmente o uso do bastão de comando não surge como muito evidente, senão reservado às autoridades militares e regulado pela: ORDEM DO EXÉRCITO Nº 6/2011 e pela Portaria nº 254/2011 de 30 de Junho, para o exército; pela Portaria nº 1054/97 de 16 de outubro para a Força Aérea.
A portaria que regulamenta os uniformes da marinha não contempla o bastão de mando - Portaria 1425/2004, de 25 de Novembro.

Posesiones portuguesas de ultramar

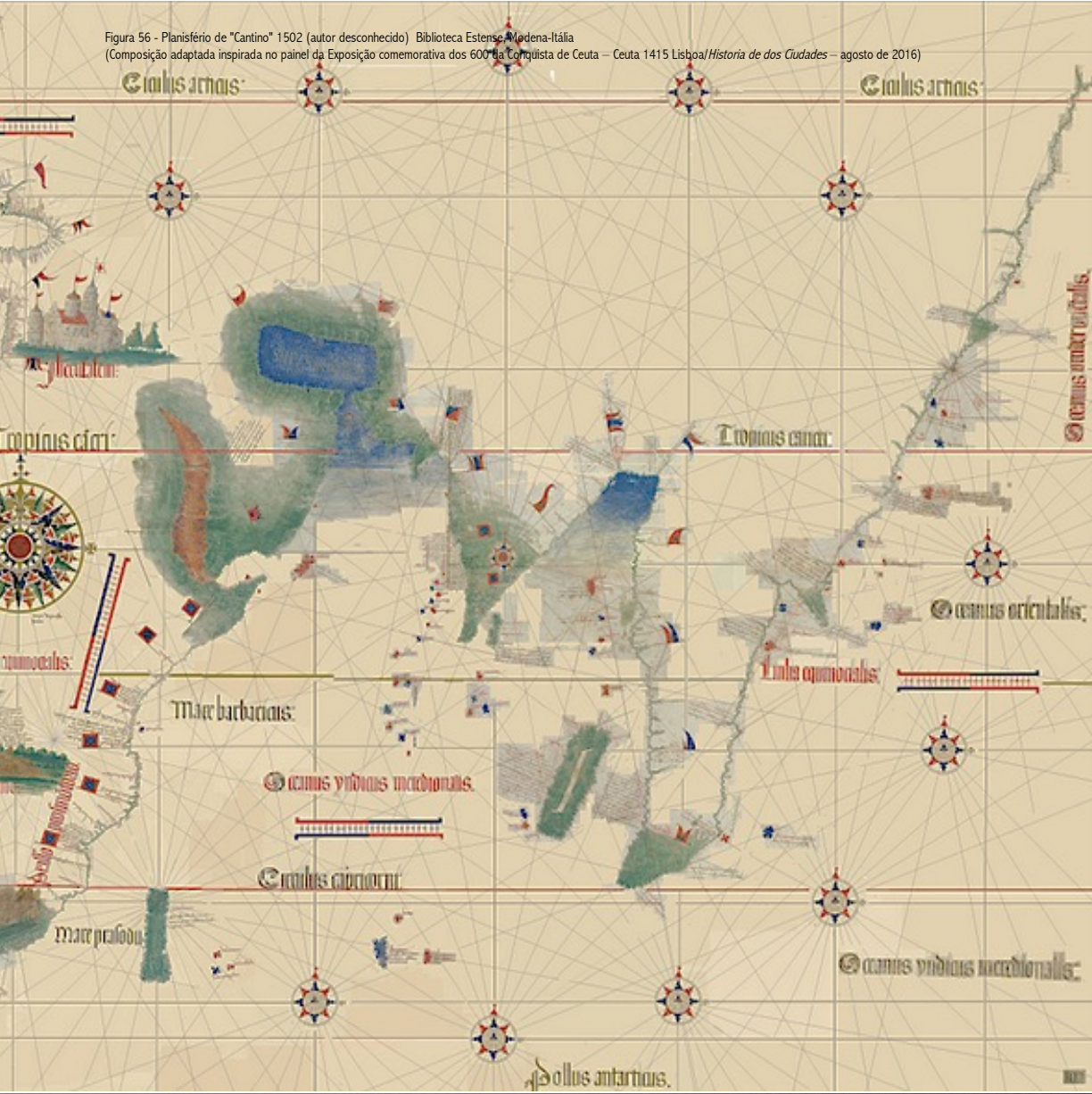
Planisferio de Cantino en el que se señalan las posesiones portuguesas a inicios del siglo XVI.

La expansión ultramarina acaecida entre los XV y XVI abarcó numerosos enclaves repartidos por todo el mundo conocido y convirtió al pequeño país ibérico en una de las monarquías más importantes de la Europa moderna.

A continuación se señalan, por orden cronológico, los más importantes lugares fruto de dicha expansión.

Ceuta (1415)
Madeira (1419)
Azores (1427)
Cabo Bojador (143
Rio do Ouro (1436
Arguim (1443)
Cabo Verde (1445
Archipiélago de C
Alcazarseguer (14
Tánger (1471)
Arcila (1471)
Santo Tomé y Prí
Fernando Pó (147
Terra Nova (1473
Río Congo (1482)
Mazagán (1485)

Figura 56 - Planisfério de "Cantino" 1502 (autor desconhecido) Biblioteca Estense, Modena-Itália
(Composição adaptada inspirada no painel da Exposição comemorativa dos 600 da Conquista de Ceuta – Ceuta 1415 Lisboa/*Historia de dos Ciudades* – agosto de 2016)



Azamor (1486)
Etiopía (1487)
Safi (1488)
Cabo de Buena Esperanza (1488)
Mozambique (1497)
Península de Labrador (1498)
Calcuta (1498)
Zanzíbar (1499)
Mogadiscio (1499)
Madagascar (1500)
Porto Seguro (1500)
Cochim (1502)
Agadir (1505)
Ceilán (1505)
Mogador (1506)
Ormuz (1507)

Bombay (1509)
Malaca (1509)
Barhein (1510)
Goa (1510)
Siam (1511)
Sumatra (1511)
Timor (1512)
Islas Molucas (1512)
Diu (1513)
Isla de Lintin (1513)
Da Nang (1516)
Cantón (1517)
Maldivas (1518)
Papúa Nueva Guinea (1526)
Tanegashima (1542)
Macao (1557)

Fig. 57 - Painel exterior de informação sobre a *Exposição comemorativa dos 600 anos da Conquista de Ceuta*
(Ceuta 1415 Lisboa/Historia de dos Ciudades – agosto de 2016)

Parece pois prudente que os atuais símbolos heráldicos do município de Vila Real (ramos de carrascos, bolotas, espada e divisa ALEU) permaneçam como uma janela aberta e um convite à sensibilidade poética do passado e do futuro e não se ceda à tentação de narrar em linhas de prosa assertiva, a vara que o próprio Menezes e seus descendentes ignoraram na sua heráldica, provavelmente pelo facto de o bastão de mando não ter esta conotação de singularidade, mas algo comum à época em vários povos e civilizações. E, *Aleo Aleo* fosse efetivamente uma sinopse de sentidos condensados com que este se identificava e se queria fazer identificar.

Fig. 58 - Estátua de D. Pedro de Menezes em Ceuta, do autor Casto Solano – agosto 2016

Em Vila Real e em Ceuta este bastão de mando é carinhosamente associado à divisa *aleo*, contudo em vários outros locais ele é simplesmente um bastão de mando. Em Ceuta em particular, ao longo dos tempos um local de confluência e convivência de culturas, o bastão e a intervenção do seu primeiro governador europeu representa e resume em si um marco importantíssimo na passagem de *Sebta*, *Septa* a *Ceuta*; de uma conceção da medina árabe à cidade portuguesa, e à posterior cidade espanhola... Faz parte da evolução histórica das gentes locais. Este laço afetivo é manifestação não apenas da heroicidade dos personagens que titularam estas transformações, mas também na expressão e articulação da conceção civil e administrativa em comunhão com a conceção protetora de ícones religiosos. E estes,

podemos também encontrá-los em outras localidades ibéricas, e em outras localidades sul americanas, ou mesmo asiáticas em que o bastão de mando é, ou era em tempos, colocado junto desses ícones religiosos numa demanda, devoção e catarse ascética de governo conjunto da identidade desses territórios[79].

Fig. 59 - Imagem de Nª. Srª. de África (enviada para Ceuta pelo Infante D. Henrique) segurando o Bastão de Mando que serve atualmente para assinalar a transmissão de poder dos chefes militares do território.

79 Podemos, por exemplo, encontrar referências semelhantes em Tarifa no sul de Espanha, na Índia junto do Túmulo de S. Francisco Xavier...

Se aqui se tem feito referência à existência da utilização dos bastões de mando um pouco por todo o globo, antes e depois de D. Pedro de Menezes, o que poderá até ser entendido como uma forma de diminuir a originalidade do bastão de D. Pedro de Menezes, deve contudo entender-se que, o que de facto nos torna originais e umbilicalmente unidos é a divisa *aleo* e quem a escolheu para lema e divisa da Casa de Vila Real. O 1º governador do império ultramarino português (tal como se pode ler na lápide que se encontra na parede junto ao túmulo de D. Pedro de Menezes, na igreja da Graça em Santarém) foi também e pelos serviços prestados em Ceuta, o 1º conde e fundador da Casa de Vila Real. E consequentemente aos descendentes titulares desta foi atribuído o governo de Ceuta (até 1640).

D. Pedro de Menezes é, por conseguinte, o elemento aglutinador, da emancipação de Ceuta e Vila Real e a divisa *ALEO/ALLEO/ALEEO/ALEU* e todas a dimensões imaginadas e imagináveis, quanto ao seu real significado são, *para o bem e para o mal,* indissociáveis destes dois povos.

Hoje não faz sentido falar-se em impérios. Contudo, menos podemos ignorar que durante dois épicos séculos e um quarto, Ceuta e Vila Real tiveram na sua governança personagens comuns. A ponto de se ramificarem na governança de territórios na Índia e em outras lonjuras.

Comemora-se neste ano de 2019 o V Centenário da viagem de Circum-navegação em que o português Fernão de Magalhães surpreendeu. A dinastia de Avis e D. Pedro de Meneses ousaram sonhar. Ousaram avançar. Magalhães tinha por conseguinte, também, sangue desta... sístole[80]. Não podemos, portanto, deixar de aventar que, a um século de distância, seriam estes também a soprar-lhe as velas.

(...) Ter um destino
É não caber onde o corpo nasceu,
É transpor as fronteiras uma a uma
E morrer sem nenhuma.(...)

Miguel Torga *In* Fernão de Magalhães, *Antologia Poética*. Lisboa. Dom Quixote, 1999.

Por tudo isto, e ainda que se tenha aqui tentado contribuir para uma clarificação sobre o que é um bastão de mando generalizado e comum a diversos locais e épocas,

80 Em fevereiro de 2019, Em Sabrosa, foi salutar presenciar, no âmbito das Comemorações do V Centenário da primeira Viagem de Circum-Navegação de Fernão de Magalhães, a participação articulada de personalidades e académicos portugueses e espanhóis no *Congresso Internacional do V Centenário sobre metodologias, abordagens e práticas de inventário do património cultural, material e imaterial associado à rota de Magalhães.*

Em 2019 foi sublime, assistir-se ao exemplar tributo à pedagogia universalista quando assistimos ao anúncio dos respectivos governos ibéricos de que, 500 anos volvidos, os navios escola de Portugal e Espanha iriam percorrer conjuntamente, em 2020, a rota de Circum-Navegação – *mund(id)gea*

e o que é uma divisa original (*aleo aleo*) que apenas alguns podem reclamar, podendo em absoluto não ser a mesma coisa, considero que à cabeça dessa originalidade estão indiscutivelmente duas **cidades irmãs**, que a meu ver deveriam estabelecer laços administrativos oficiais de geminação, procurando, para memória futura, afirmar uma harmonia e identidade, em torno de expoentes comuns, onde as semelhanças e as diferenças são ingredientes que, de igual, modo enquadram uma perspetiva ancorada num passado com o olhar orientado para o futuro.

Enfim, até que um enigma se desvende de forma fundamentada, todas as hipóteses valem o que valem. Embora muito se tenha tentado discorrer e apresentar, por vezes incorporando de forma empolada D. Pedro de Menezes, ninguém atualmente, por falta de fontes documentais contemporâneas ao evento, sabe o que ia na sua mente quando adotou esta divisa. Contudo a adoção forçada de apenas uma perspetiva baseada em lendas que se desdobram por dois reis e duas épocas distintas, reduzindo toda a riqueza de significados possíveis ao varapau rústico que debita rijas e secas pancadas, parece, no entanto, estreitamento de visão, senão mesmo catequização em busca de afirmação e identidade induzida junto das massas a quem o acesso à ascese literária e informativa não era até há algum tempo atrás uma realidade.

Tentou-se aqui, pela via da etimologia e dos rituais de transmissão de poder, convidar o leitor a considerar que a força e verticalidade social não reside apenas no reativo e extensivo trejeito dos manejadores de vara, mas também em aceções combinadas mais elevadas de consciência e sensibilidade, sintetizadas de forma magistral em uma enigmática divisa/mote, empresa ou tenção enunciada pelo ilustre Menezes (*aleo aleo*); que, não sendo oriundo de Ceuta ou de Vila Real, é, no entanto, um dos seus

mais destacados galardões, pelo que a sua obra e vida inspiram e projetam na formulação identitária dos locais que o mereceram e ele fez por merecer.

ALEEV

Nota final

Este texto não constitui uma deliberação sobre a verdade, mas sim um contributo disposto a outros contributos que possam esclarecer a história e heráldica regional com dimensão expansiva. Mais que respostas procura-se aqui apresentar dúvidas e questões em aberto sobre consensos e verdades que atualmente surgem como intransponíveis no censo comum e também em algumas edições literárias e glossários. Ainda que me identifique como um mero curioso, não versado nas artes da História, da heráldica, ou sequer da etimologia e semiologia linguística, não quis deixar de sublinhar o facto de que neste caso particular da divisa "aleo aleo", "alleo", "aléu", devemos, mais que definir uma convenção, admitir o contexto em que as possibilidades de fundamentação, tal como as dúvidas que sobre estas, abundam. Podendo estas assemelhar-se, pela amplitude das opções e simultaneamente pela exiguidade assertiva que encerra esta particularidade entrópica das divisas ou "empresas", a um terreno húmido em que objetivamente é expectável a proliferação de "cogumelos", de acordo com as interpretações de época mais ou menos "autóctones", que em cada local foram tendo lugar e que se foram formatando até ascenderem à aparente aceção de conceito verídico inexpugnável. Pessoalmente assumo-me como um admirador de lendas e do poder expressivo e caricatural que, de uma forma geral, pretendem transmitir. São belas enquanto tal. Quando transpomos esse domínio de criação e aceitação estética da alma para o domínio da oficialização tácita, retiramos às lendas a sua cor e colorimos a assertividade.

Mas, como refere Ângelo Minhava, também meu antigo professor, capaz de elevar o interesse e a sátira humorística a níveis singulares:

Não estamos livres de que nos apareça de hoje para amanhã algum "historiador" a bradar a pulmões cheios ter descoberto no Campo do Tabulado[81] *indesmentíveis pegadas do ginete que alancou, Marão fora, com a histórica figura do primeiro conde de Vila Real no dia em que D. João I lhe deu posse... (1998: 22)*

- Terá sido o bastão do jogo do truque/reca/choca/chueca, ou a bengala de D. João I a impelir D. Pedro de Menezes à escolha da divisa *aleo aleo*? Ou terá sido a divisa por si elaborada a ser apropriada e, ao longo dos tempos, associada ao Bastão de Mando?
  Pelo exposto, e considerando a documentação consultada, a resposta parece-nos óbvia. Necessitaremos eventualmente de um Galileu Galilei, para desocultar o "umbigo temático" de uma palavra que se tendo tornado diaspórica por via da epopeia quatrocentista, não deixa de condensar a identidade e afeto singular atual, dos que mais próximos se mantiveram no trilho da memória histórica.
  Contudo, e talvez aí, é na dúvida que suscita, que reside também a sua intemporalidade, e, por conseguinte, se impõe o perene desafio de procurar-se suspeitar do que, em *aleo aleo*, orbita em torno de quê.

Este trabalho pretendeu destacar duas correntes de abordagem à temática da empresa/mote de D. Pedro de Menezes. Os que, baseando-se em fontes de tradição oral e escrita tardia, defendem a relação do bastão de mando de D. Pedro de Menezes e a sua empresa com o Jogo da choca; e a corrente que considera que a empresa "aleo aleo" não tem fundamentação histórica coeva suficiente, consistente, que defina o seu significado, ou mesmo a sua relação com a lenda do episódio do jogo da choca. É pois nesta última corrente que, a par de Luís de Sousa, Joaquim Dias Dinis, Ângelo Minhava e outros, me situo, procurando não cristalizar e finalizar

81 local de torneios e ajuntamentos na idade média, na atual avenida Carvalho Araújo, em Vila Real

a verdade, deixando em aberto o espaço que o próprio processo de validação histórica reclama.

Não significa, porém, que os autores que citamos, da corrente "da choca", não mereçam a minha admiração. Pelo contrário. São nomes maiores da investigação e História de Portugal e de Ceuta. A leitura do seu legado literário permite-nos hoje tirarmos estas, mas também muitas outras conclusões. Permite-nos conhecermo-nos enquanto povo. Não devemos, portanto, confundir discordância, quanto à narração e entendimento de um episódio de si enigmático e dado a homenagens e paixões, um mero pormenor, com a minha opinião relativamente ao vasto e relevante espólio produzido por estes autores[82].

A História não é uma certeza inabalável. Ela decorre de um processo de depuração e recombinação da poeira das estórias sobre um alicerce que percorremos...

82 Permita-se-me uma citação do Marquês de Abrantes, D. Luís Távora (1970: 12 – Nota 20) :

Que não se veja nas minhas palavras nenhuma alusão menos lisonjeira a Mestre Affonso de Dornellas, ou à sua memória. Simplesmente, desde a sua época até à nossa, os métodos de investigação histórica e da análise crítica desta, mudaram grandemente. Por outro lado, o que sei do espírito verdadeiramente aberto e são de Dornellas, leva-me a crer que, como noutros casos ele procedeu, faria com que ele fosse o primeiro a louvar qualquer esforço tendente para se atinjir a verdade histórica, mesmo se esta fosse contra ou anulasse as teses por ele defendidas.

Certamente, disse elle*, Eu por tal conheço Dom Pedro, como vós dizeis, e lhe tenho em muy assnado serviço, seu bom requerimento, pelo qual o acrescentarei com muita honra, e merce, e me praz de lho outorgar;*

D. João I a seu filho o Infante D. Duarte, *In* (Zurara, Crónica do Conde D. Pedro de Menezes) *in* INCM 2015 : 28)

metendo-lhe logo hum páo na maõ, dizendo que o tomasse em hora, que lhe desse Deos muita honra com vitoria dos infieis

(Zurara, Crónica do Conde D. Pedro de Menezes) *in* INCM 2015 : 28)

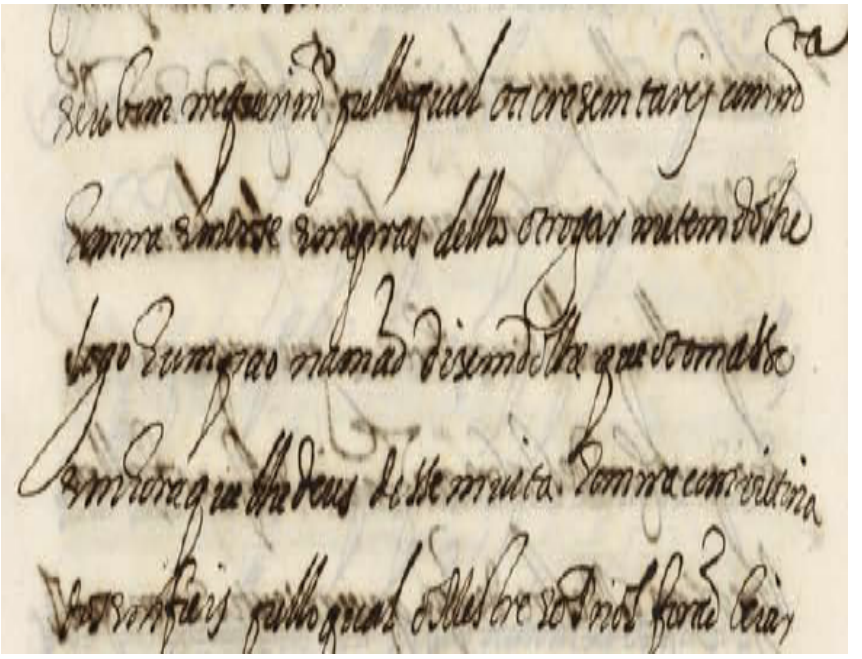


Fig. 60 - (Zurara, Crónica do Conde D. Pedro de Menezes, reprod.)

Leixovos mais, disse elle, todo o meu comprido poder, perque possais em esta Cidade como Eu propriamente faria se presente fosse, com o qual poderees poer Officiaes assy de Justiça, como de Fazenda, e segundo vossa conciencia podeis executar qualquer cousa, que sentirdes bem do comum della; nem vos tomo Menagem do Castello; nem da Cidade, porque nom soomente aquesta, mas outras, se mas Deos, nesta parte dér, entendo confiar de vós; e mais pelo presente vos naõ encarrego, porque sinto, que taõ entendido vos fez Deos, que vos nom fallecerá por correger, e emendar, o que a mim falecer por vos dizer, e avizar.

D. João I a D. Pedro de Menezes, governador de Ceuta, antes da partida do Rei para a metrópole *In* INCM 2015 : 32)

Vês o Conde D. Pedro, que sustenta
Dois cercos contra toda a Barbaria?

Luís Vaz de Camões. Os Lusíadas - Canto VIII, Estância 38

Fig. 61 - Bandeira de Ceuta

Fig. 62 - D. Pedro de Menezes

Fig. 63 - Bandeira de Vila Real

Fig. 64 - Composição de Imagens – África 2016

Sempre que entro ou saio de África pela porta de Ceuta, por estranho que possa parecer na perspetiva da latitude emocional, sou invadido pela sensação de estar a chegar a casa. Uma casa onde os vestígios monumentais e culturais preservam e integram na sua identidade um sentimento de diáspora e de afetos que perduram para além da partida e reencontro dos dias.

Em Ceuta, local onde da primeira vez em que estive, pedi na receção que me acordassem pelas 6 horas da manhã, para não perder o ferry para Algeciras. Responderam-me que não era necessário. Não entendi. Senão quando, por essa hora, pensando estar no mais profundo dos sonos, onde os sonhos se acomodam, dou por mim acordando ao som de cânticos árabes, que espreitando o silêncio da alvorada, chamavam ao ritmo do abrir

dos olhos à oração matinal a comunidade muçulmana e, serenamente, sopravam o visitante para um novo dia. Um pulsar de séculos, onde as diferenças e as similitudes coabitam na memória condensada, nos pormenores multissensoriais que nos fazem notar numa cidade moderna a quase ausente sensação de anacronismo daquilo que em si é similar, quotidiano e expectável a partir dos livros de História europeus, com aquilo que convida a redescobrir a cada recanto, rua, monumento, ou transeunte, a sul de Gibraltar...

Ceuta é, por assim dizer, também a porta da minha casa.

nelsonvcarneiroc@gmail.com

alea alea

Agradecimentos:

- D. José Luiz Gómez Barceló – Cronista Oficial de Ceuta; membro da Academia Andaluza de la Historia; Premio de las Artes y la Cultura 2007.
  O seu acolhimento no início de agosto de 2016 no Archivo General de Ceuta, as perspetivas trocadas e bibliografia sugerida permitiram uma melhor análise desta temática.

- Prof. Doutor Miguel Metelo Seixas - Diretor do Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos (Universidade Lusíada de Lisboa); Diretor da revista Armas e Troféus (Instituto Português de Heráldica); Membro do Conselho Redatorial de Anais de História de Além-Mar (CHAM/FCSH/UNL); Ivestigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais. Presidente do Instituto Português de Heráldica;
  A sua análise experiente e sugestões permitiram uma progressão mais consistente.

- D. Miguel de Paiva Couceiro – 3º filho de D. Miguel de Paiva Couceiro, Conde de Paraty - descendente da linhagem dos Noronha e Menezes/Casa de Vila Real.
  A cedência da tradução, de uma das duas únicas cópias existentes, da carta de dote de D. Pedro de Menezes (1431) e direito de uso de imagens constituiu um importante contributo.

- Profª. Guiomar Azevedo - V. Real
  Co-revisão final da obra.

- Dª. Lídia Minhava – Agarez /V. Real
  A cortesia e cedência de alguns documentos e informação dos arquivos de seu tio, Mons. Ângelo do Carmo Minhava

- Profª. Otelinda Costa – Lalim/Lamego
  O acolhimento em Lalim e a cedência de documentação de edição limitada permitiram um melhor conhecimento da Casa da Cadeia onde figura o Brasão dos Menezes.

- João Cabral – descendente de Jaime Martins Barata, pintor dos frescos alusivos a episódios da conquista de Ceuta, em Vila Real e no Porto.

- José Eduardo Carneiro Aires/V. Real
  Apoio Informático

Institucionais

- Arquivo Histórico Militar do Exército Português
- Ayuntamento de la Ciudad Autónoma de Ceuta
- Regimento de Infantaria nº 13 de V. Real - Exército Português;
- DGPC – Direção Geral do Património Cultural;
  Colaboração na cedência de permissão de uso de imagens de monumentos nacionais
- DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte
  Programa de Apoio aos Agentes Culturais
- IGAC - Inspeção Geral das Atividades Culturais;
  Diligências processuais para registo deste Texto
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Tribunal de Vila Real
- Câmara Municipal de Vila Real, Biblioteca e Arquivo Municipal;
- Biblioteca da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Biblioteca Pública Municipal do Porto;
- Câmara Municipal de Santarém;
- Câmara Municipal de Alcoutim;
- Câmara Municipal de Chaves

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Cruz Verde - Vila Real
- Sport Club de Vila Real;
- Ginásio Clube de Vila Real;

Fontes de pesquisa bibliográfica:

AIRES, Joaquim Ribeiro; (2012). *Vila Real – conspirações, rebeliões e revoluções;* Ed. Maronesa, Comunicação Social, Lda – Vila Real

ALBAIGÉS i OLIVART, Josep Maria (1993). *Dicionário de nombres de personas, 3ª. Ed.,* Edicions Universitat Barcelona, Hurope S. A., Barcelona.

ALMEIDA, Manuel Lopes; **BROCHADO** Idalina ferreira da Costa; **DINIZ**, António Joaquim Dias (1962). *Monumenta Henricina* Vol. IV. Coimbra: Comissão Exec. Comem. do V Cent. da Morte do Infante D. Henrique.

ALMENDRA, de João dir. (1948); *Trás-os-Montes e Alto Douro/propr. da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Lisboa* ; dir.; ed. de Dinato FERRÃO. - N.º 3 (Junho de 1948). - Lisboa : C.T.M.A.D., 1948. - p. 123-168 : il. ; Alma transmontana/Emilia de Sousa Costa. - Uma tradição secular das terras de Miranda/D. F.. - Monumento a Diogo Cão. - Argozelo, povoação antiquíssima. Suas necessidades mais urgentes/Adrião Martins Amado. - As festas da cidade de Vila Real. Letra e música da marcha da cidade de Vila Real. - Bragança/Maria Santarina. - Pela linha do Tua/A. M.. - O problema dos transportes em Trás-os-Montes, 3.ª conferência do 1.º ciclo/José António Abreu. - Galeria fotográfica/fotos do coronel Luciano Alves. - Desenhos de Domingos Carneiro. - Mensal

AVRIL, V. (1849). *Histoire philosophique du crédit* (Tome premiere); Librairie de Guillaumin, Paris.

BAEZA HERRAZTI, Alberto Baeza (1987.a). *El Aleo, Bastón de Mando de los Comandantes Generales de Ceuta;* Monografias grupo aleo nº 1 ; Ceuta junio 1987

BAEZA HERRAZTI, Alberto Baeza (1987.b). *La Cruzada de Ceuta*; Monografias grupo aleo nº 2 ; Ceuta agosto 1987

BARBOSA, Inácio de Vilhena (1860). *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas* – (Volume I); Typographia do Panorama, Lisboa.

BARBOSA, Inácio de Vilhena (1862). *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas* – (Volume III); Typographia do Panorama, Lisboa.

BLACKSTONE, William Sir (1830). *Commentaries on the Laws of England: In Four Books*, Volume 2 – Of *The Rights of Things*; Ed. 17 (Comentários Edward Christian); Tegg Ed. London. (original - Universidade de Michigan).

BRAUN, Georgio (1541-1622) *Ciuitates orbis Terrarum*. Liber primus [-sextus] / [Georgius Braun]. - Colonia Agrippinae : typis Theodori Graminaei, 1572-1618.; 2º (44 cm); Vol.I - pág. 56..., Biblioteca Nacional de Portugal, Cota: res-504-a_3 *in* purl.pt/12394/4/res-504-a/res-504-a_item4/res-504-a_PDF/res-504-a_PDF_24-C-R0150/res-504-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf

CABRAL, António**;** (1998) *Jogos Populares Portugueses;* 3ª. Edição; Editoril Notícias - Lisboa *in https://books.google.pt/books?id=BQLwC5kNCQgC&pg=PA72&lpg=PA72&dq=jogo+da+choca&source=bl&ots=JmOFBapw9A&sig=-8RG4pE3W9-vB5BUQpnZhuUFlGQ&hl=pt PT&sa=X&ved=0ahUKEwie3u6R5_bOAhWLAcAKHaoNBzAQ6AEIHTAA#v=onepage&q=jogo%20da%20choca&f=false*

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL; (1996) *O Aléu* : alguns documentos : Serviços Cultura da Câmara Municipal de Vila Real. - Vila Real, 1996. - 15 p.

CAMÕES, Luís Vaz de, *Os Lusíadas*: Lisboa : Ed. Verbo, imp. 1972. - 312, [3] pp. : il. ;- (Biblioteca Básica Verbo. Livros RTP ; 100)

CAMÕES, Luís Vaz de; *Écloga I* : Bernardim Ribeiro ; Carta a António Pereira/Sá de Miranda ; Canções IV e IX e alguns sonetos; ed. escolar anotada por Augusto César Pires de Lima. - 3.ª ed.. - Porto

CAMPOS, Nuno Silva (2004); *D. Pedro de Meneses e a construção da casa de Vila Real (1415-1437)* : Lisboa : Colibri ; Évora : Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade, 2004. - 190, [32] pp. (Biblioteca estudos & colóquios ; 7). - ISBN 972-772-514-7

CASIMIRO, Augusto. (1920) *Calvários da Flandres : 1918/Capitão Augusto Casimiro*. - Porto : Renascença Portuguesa, 1920. - 213, [3] p.

COELHO, Maria Helena da Cruz; **MAGALHÃES**, Joaquim Romero. O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. *Notas de história social*, 1986.

COUCEIRO, D. Miguel de Noronha de Paiva – Conde de Paraty (1969) *As Armas Africanas de D. Pedro de Menezes. In* AARMAS E TROFÉUS – Revista de História, Heráldica, Genealogia e de Arte. Instituto Português de Heráldica. Tomo X Janeiro-Março, Nº1; 35-42 pp.

CYMBROM, José Manuel (2015); *O Portugal de Miguel Torga/Um Itinerário em Casa do Orfeu Rebelde* : (Tese de Doutoramento); Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015.
Dicionário de latim-português **:** [ed. lit.] Porto Editora. - 2.ª ed.. - Porto : Porto Editora, 2001. - 715, [2] p. a 2 colns. (Dicionários editora). - ISBN 972-0-05050-0

DINIS, Pe. Joaquim Dias (1974). *D. Pedro de Meneses, primeiro conde de Vila Real e primeiro governador de Ceuta* – Conferência integrada nas Comemorações do VII Centenário do Primeiro Foral de Vila Real e proferida no salão nobre do Município respetivo em 15 de novembro de 1972. *In* Separata STUDIA nº 38 – Revista Semestral; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar – Portugal.

DORNELAS, Afonso (1928). Documentos antigos: instituição do vínculo de morgadio dos condes de Villa Real, feita em Ceuta em 1431. *Elucidario Nobiliarchico*, *1*(X), 305-319. (Tradução enviada em 17/09/2016 por D. Miguel de Paiva Couceiro – 3º Filho do Conde de Paraty)

DORNELAS, Afonso (1924). *Alleo, Gloriosa Epopeia de Portuguesa em Ceuta,* pp. 69-110 – História e Genealogia Volume XII. Casa Portuguesa. Lisboa

DORNELAS, Afonso (1922). *O Túmulo de D. Pedro de Menezes em Santarém,* pp. 81-82 – História e Genealogia Volume VIII. Casa Portuguesa. Lisboa

DORNELAS, Afonso (1920). *Conhecimentos Heráldicos do Século XIV,* – História e Genealogia, Volume VII. Casa Portuguesa. Lisboa

ESPINHA, Maria Paula do Amaral coord.; *Novo dicionário da Língua Portuguesa* : conforme acordo ortográfico /Texto Editores ; Cacém : Texto Editores, 2007. - 1653 p ;

FERNANDES, A. de Almeida (1990). *A História de Lalim: Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro;* Edição da Câmara Municipal de Lamego/Junta de Freguesia de Lalim; Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier Ltd. – Braga.

FREIRE, Anselmo. Braamcamp. (1921). *Brasões da sala de Sintra* (Vol. I – 2ª. Ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.

GÓMEZ BARCELÓ, José, Luis. (2011) *Tarifa en las crónicas lusas referidas a la costa africana del Estrecho*, XIII CENTENARIO DEL DESEMBARCO DE TARIF IBN MALLIK (TARIFA, JULIO 710) *in* http://s17809026.onlinehome-server.info/ojs-2.4.4-1/index.php/alqantir/article/view/189/158

GONÇALVES, Maria, Pereira (s. d.) *Ammiragliato – Estudos Sociológico Sobre os Almirantes mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279 - 1481)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto *In https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=Ammiragliato+-+Estudo+S+ociol%C3%B3gico+S+obre+os+Almirantes+-+mores+de+Portugal%2C+de+D.+Dinis+a+D.+Afonso+V+%281279+-+1481%29&btnG=&lr=*

GONÇALVES, Silva e Fernando de Sousa (1987); *Memórias de Vila Real :* - Vila Real : Arquivo Distrital : Câmara Municipal, 1987. - 2 v. : il. ; vol. 1: 303 p.. - vol. 2: 307-605 p.

INCM (2015). **ZURARA,** Gomes Eanes de; *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015. 433,[1] p. . ISBN 978-972-27-2373-2.

LAVANHA, João Baptista (1622). *Viagem da catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N. S. Ao Reyno de Portugal. E Rellação do solene recebimento que nele se lhe fez.* Madrid – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

KULBERG, Carlos (2006) *Selos de Portugal – Álbum VIII (1995-1998).* EdiçõesHúmus Ldª. V. N. de Famalicão

MACHADO, José Pedro (1981), ed. lit. - Grande dicionário da língua portuguesa. (Vol. I) Lisboa : Amigos do Livro, 1981.
12 v

MACHADO, Júlio Montalvão (1994), *Crónica da Vila Velha de Chaves*. Chaves : Câmara Municipal de Chaves, 1994. 374 pp.

MARQUES, António Salvador (2010*) Painéis de S. Vicente de Fora - Modo de Utilização - uma tese interpretativa das enigmáticas pinturas do séc. XV do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa*. *in*
http://paineis.org/INDICE.htm

MENDONÇA, Henrique Lopes de (195?); *Lanças n' África :* 4.ª ed.. - Lisboa : Bertrand, [195?]. - 253, [2] p.
Mestrado em História regional e local; Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras - Departamento de História, Lisboa, 2007.

MINHAVA, Pe. Ângelo do Carmo (1998) ; *Aleo Aleo* : Quem adivinha? : Estudo sobre a divisa de D. Pedro de Meneses, primeiro Conde de Vila Real : (história - lenda - fantasia) /. - Vila Real : Câmara Municipal, Serviços de Cultura, 1998. - 54, [2] p. : il. - (Cadernos Culturais. 3.ª Série ; 2)

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Estado Maior do Exército (2011) *Ordem do exército nº 6/30 de junho de 2011- 1ª Série. In http://assets.exercito.pt/SiteAssets/DARH/OE/2011/OEJUN11.pdf*

MONTEIRO, João Gouveia *; 1415, a conquista de Ceuta* : o relato empolgante da última grande vitória de D.João I ; sel. de imagens de António Martins Costa. - 1.ª ed.. - Lisboa : Manuscrito, 2015. - 222 p., [16] p. il. : il. - ISBN 978-989-8818-04-1

MONTEIRO, Miguel (1987) *O jogo-do-pau como representação de estatuto e hierarquia nas sociedades tradicionais*; (Comunicação apresentada no Seminário: "Tradição e M odernidade - o Resgate do Jogo do pau em Fafe", org. Câmara Municipal de Fafe, 11 de Julho de 1997) ; Mínia; Braga. *In http://www.museu-emigrantes.org/docs/memoria_concelho/jogopau.pdf*

NORONHA WAGNER, Mafalda. (2007). *A casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV* (Vol. 41). Edições Colibri.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1984). *O jogo do pau em Portugal* : *in http://pt.slideshare.net/jogodopaupt/o-jogo-do-pau-em-portugal-ernesto-veiga-de-oliveira-1984*

OSÓRIO, Baltasar (1933). *Ceuta e a Capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)* – Academia das Ciências de Lisboa – Comissão dos Centenários de Ceuta e Albuquerque. Comemoração do V Centenário de Ceuta 1ª Série – Textos Históricos. Imprensa da Universidade. Coimbra.

PEREIRA, Esteves; **MARIA**, Francisco (1915). (trad.) *Crónica da Tomada de Ceuta* Por El – Rei D. João I – Gomes Eanes de Zurara. Academia das Ciências de Lisboa; Portugal. Arquivo Nacional. MSS (368); (digitalização da University of Toronto) *In https://archive.org/details/crnicadetomada00zura*

RICARD, Robert (1961). *Latin «olea», touareg et portugais «aléo»*. Hypothèses et rapprochements. *Bulletin hispanique*, *63*(3), 179-185.

SEIXAS, M. M. D., & **GALVÃO-TELLES**, J. B. (2014). Elementos de uma cultura dinástica e visual: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte. *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*, 257-284. *In https://run.unl.pt/bitstream/10362/12618/1/Elementos%20cultura%20visual%20din%C3%A1stica.pdf*

SEIXAS, Miguel Metelo (2012). *Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal*, in RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.), Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime, Lisboa, IICT, CHAM, DGA, 2012, p. 1-37: *in https://www.academia.edu/7840349/Reflexos_ultramarinos_na_her%C3%A1ldica_da_nobreza_de_Portugal*

SEIXAS, Miguel Metelo (2005). Aleo! Aleo! A empresa de D. Pedro de Meneses, primeiro conde de Vila Real, primeiro governador de Ceuta. – Separata da Revista "Armas e Troféus"; Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte IX Série (janeiro/dezembro). pp. 95-117.

SEIXAS, Miguel Metelo; **GALVÃO-TELLES,** J. B.; *A PEDRA DE ARMAS DO PAÇO DOS ALCAIDES-MORES DE ÓBIDOS: UMA MEMÓRIA HERÁLDICA* (CENTRO LUSÍADA DE ESTUDOS GENEALÓGICOS E HERÁLDICOS UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA) – 1º Congresso Internacional – Casa Nobre *In https://run.unl.pt/bitstream/10362/12619/1/Casa%20Nobre.pdf*

SILVA, Francisco Ribeiro (2008). *A viagem de Filipe III a Portugal : Itinerários e Problemática.Quinhentos/Oitocentos : ensaios de história*. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2008, pag. 269-307 *In http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8272.pdf*

SOUSA, Frei Luís (1662). *Segunda Parte da História de S. Domingos – Particular do Reino, e Conquistas de Portugal*, por Frei Luís de Cacégas (Reformada e ampliada) por Frei Luís de Sousa. Publicação por Frei António da Encarnação. Oficina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor Del-Rey, 1662.

RAMOA, Joana & **SILVA**, José Custódio Vieira (2008). *O Retrato de D. João I no Mosteiro de Santa Maria da Vitória - Um Novo Paradigma de Representação*. Revista de História da Arte Nº 5 – 2008 (pp. 77 – 95). investigação decorrente do projecto Imago (POCTI/EAT/45922/2002), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (F.C.T.). *In http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/monumentos_-_links_e_pdfs_site_ex igespar/mosteiro_da_batalha/se__guiaoparavisitaaomosteirodabatalhaparadescarregarem%5B1%5D.pdf*

TAVARES, Maria Alice da Silveira (2007). *Vivências Quotidianas Da População Urbana Medieval: O Testemunho Dos Costumes E Foros Da Guarda, Santarém, Évora E Beja*; Tese de Mestrado – Universidade de Évora.

TÁVORA; Luiz Gonzaga de Lencastre e (1970). *A Heráldica Funerária de D. Pedro de Meneses - Comunicação às 1ªs Jornadas Arqueológicas da Associação de Arqueólogos Portugueses, apresentada em 3 de novembro de 1969* – Lisboa.

TORGA, Miguel (pseud.) (1999). *Antologia Poética*. Lisboa. Dom Quixote.

TORGA, Miguel (pseud.) (1950). *Portugal* : Coimbra : Edição do Autor, 1950. 135, [1] pp.

VARZEANO, José (2012). *D. Pedro de Meneses, o do ALEO, bisavô do 1º Conde de Alcoutim,* Alcoutim Livre. *In* http://alcoutimlivre.blogspot.pt/2012/12/d-pedro-de-meneses-o-do-aleo-bisavo-do.html

WALLUT, C. (1830)**.** *Faculté de Droit de Paris. Des intérêts et des rentes Thèse*, Typographie Hennuier - Paris

ZURARA, Gomes Eanes de; *Crónica de D. Duarte de Meneses*: (Edição diplomática de Larry King) - Lisboa : Universidade Nova, 1978

ZURARA, Gomes Eanes - *Crónica de Guiné*. [Porto] : Civilização, 1973. CXII, 437 p.

Outras Fontes de pesquisa digital:

https://heportugal.wordpress.com/category/infantaria/

http://virtualandmemories.blogspot.com/2008_06_01_archive.html

https://dotempodaoutrasenhora.blogspot.com/2015/01/ainda-o-padrao-medieval-de-covado.html

http://manueljosecunha.blogspot.com/2014/10/medidas-medievais-antigas-de-comprimento.html

http://www.cei.pt/ohg/quando-o-metro-chegou-a-guarda.html

http://www.cmsarandi.rs.gov.br/16-artigos/46-historia.html

http://www.exercito.pt/sites/CRVilaReal/Historial/Paginas/Heraldica.aspx

http://alcoutimlivre.blogspot.pt/2012/12/d-pedro-de-meneses-o-do-aleo-bisavo-do.html

http://blogmpcparaty.blogspot.pt/2013/01/familia-de-noronha-de-paiva-couceiro.html

http://www.fphoquei.pt/blog/2013/05/a-historia-do-hoquei

http://www.fih.ch/hockey-basics/history/

http://www.etymonline.com/index.php?search=hockey&searchmode=none

http://liturgia.mforos.com/1699102/8461113-la-entrega-del-aleo-en-la-catedral-de-ceuta/

http://old.nvinoticias.com/en/node/321038

http://wol.jw.org/fr/wol/d/r30/lp-f/1200001013

http://indo.com.ar/diego-arandojo-terrera-y-el-baston-de-mando-entrevista/

https://www.youtube.com/watch?v=-JHN19jr6xk

https://www.youtube.com/watch?v=rGrTO4noeYk

http://www.infopedia.pt/$carvalho-(simbologia)

http://www.infoescola.com/plantas/carvalho/

http://www.atelierheraldico.com.br/armorial/letra_m3.htm

http://www.origemdosobrenome.com/familia-teles/

http://geneall.net/pt/forum/113448/familia-telles-de-menezes-e-rosa-do-imperio/

http://cdn0.vox-cdn.com/uploads/chorus_asset/file/780640/26271801-1.0.jpg

http://purl.pt/13860/1/adolfo-rocha.htm

http://cm-vilareal.pt/redebibliotecas/images/noticias/torga.pdf

http://www.publico.pt/destaque/jornal/daqui-vemos-trasosmontes-26913039

http://www.douroultratrail.com/2014/08/reccua-douro-ut-miguel-torga-poeta.html

http://www.golftoday.co.uk/history/golf_the_true_history_3.html

http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000141353&page=1

http://blogmpcparaty.blogspot.pt/2014/08/os-vila-real-guilhotinados-no-rossio-em.html

http://blogmpcparaty.blogspot.pt/2017/01/o-contrato-de-dote-entre-d-pedro-de.html

https://run.unl.pt/bitstream/10362/12602/1/ART_4_Ram_Sil.pdf

http://www.ejercito.mde.es/de/Galerias/Descarga_pdf/Unidades/Almeria/brileg/101_RESENA_HISTORICA_FAJA_GENERALx_BASTON_Y_SABLE.pdf.

http://www.emfa.pt/www/unidade-13-estado-maior-da-forca-aerea

http://audaces.blogs.sapo.pt/5359.html

http://www.christianrosenkreuz.org/ddc_arcep_p3_cap10_95.htm

https://alvor-silves.blogspot.pt/2012/12/encoberto-22122009.html

https://portugalidade.pt/portugalidade-parte-2/

http://www.cnrtl.fr/definition/aleu

Índice de Imagens

Imagem da Capa: Adaptação inspirada no Brasão de Armas de D. Pedro de Menezes. Ceuta, 1431 - Coleção de D. Miguel de Noronha de Paiva Couceiro
http://blogmpcparaty.blogspot.pt/2014/08/as-origens-dos-noronha-e-o-ramo-paraty.html

Imagem da Contracapa: Adaptação inspirada na Gravura de Ceuta séc. XVI:
BRAUN, Georgius, 1541-1622, *Ciuitates orbis Terrarum*. Liber primus [-sextus] / [Georgius Braun]. - Colonia Agrippinae : typis Theodori Graminaei, 1572-1618. - Vol.I - pág. 56... ; 2º (44 cm), Biblioteca Nacional de Portugal, Cota: res-504-a_3

Brasão de Ceuta:
https://www.ceuta.es/ceuta/la-institucion/emblemas-institucionales
(Arranjo de design gráfico pág. 177; badana traseira)

Marcha de Vila Real 1948 (pág. 83) Letra e Música do Mons. Ângelo do Carmo Minhava *in* (Minhava A. 1998: 25)
* A imagem feminina exibida é a estátua que, após outras localizações, figura atualmente na parte cimeira e frontal do edifício da Câmara Municipal de Vila Real.

Mapa (pág. 18) Nelson Carneiro, 2019

Figura 1 - Túmulo de Thérístocles, séc. VI a.C. Museu Nacional de Atenas.
https://commons.wikimedia.org/w/index.php?search=hockey+athens+museum&title=Special:Search&profile=default&fulltext=1&searchToken=c2h8m04bx4418dzaxlgc24doz#/media/File:Antiek_hockey.JPG

Figura 2 - o ceptro (*hekat*) e o flagelo (*nekhakha*)
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7c/Tut_coffinette.jpg/220px-Tut_coffinette.jpg

Figura 3 - Sarcófago de Tutankamon com o referido *hekat*
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Canopic_Coffinette_(Tutankhamun).jpg?fastcci_from=140401&c1=140401&d1=15&s=200&a=list&o=400&uselang=pt

Figura 4 - Réplica do Pau de Capitania/Ceptro/Bastão de Mando D. Pedro de Menezes – (Exposição comemorativa dos 600 da Conquista de Ceuta – Ceuta 1415 Lisboa/Historia de dos Ciudades - agosto de 2016) (Nelson V. Carneiro – ago. 2016)

Figura 5 - Gravura retratando o Jogo da choca (chueca) (Histórica Relación del Reino de Chile. P. Alonso de Ovalle de la Compañía de Jesús. Roma, 1646.)
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/be/Mapuche_Chueca-Alonso_Ovalle.jpg/350px-Mapuche_Chueca-Alonso_Ovalle.jpg

Figura 6 - Fotografia satélite (V. Real) – Google maps – 2016

Figura 7 - Foto dos restos do retábulo de Santiago após incêndio, hoje desaparecido – Ceuta . (Baeza H., A.; 1987a: 26)

Figura 8 - Armas do Marquês de Vila Real, *in* Livro do Armeiro-Mor (fl 46r) (1509). Armas de D. Fernando de Menezes, 2.º marquês de Vila Real, 1.º conde de Alcoutim, e 1.º conde de Valença da segunda criação – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
http://photos.geni.com/p13/cc/d9/d6/3a/5344483b637b817e/armas_do_marques_de_vila_real_large.jpg

Figura 9 - Armas da Casa de Vila Real, *na casa da Prelada de D. Francisco Noronha e Menezes – Ramalde/Porto* (Foto: Nelson V. Carneiro - fev. 2018)

Figura 10 - Fresco de Jaime Marins Barata no Palácio da Justiça – Vila Real (1956) representando a atribuição do bastão de Capitania de D. João I a D. Pedro de Menezes em Ceuta.
http://www.tribop.pt/MB/

Figura 11 - BOLETIM INDIVIDUAL DO CEP – CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS de AMÉRICO AUGUSTO PELOTAS (cota: PT/AHM/DIV/1/35A/2/60/5/56650) – Arquivo Histórico Militar/República Portuguesa

Figura – 12 Centurião Cenotafio de Marcus Caelius (séc. I)
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Epitaph_des_Marcus_Caelius.JPG

Figura 13 - Guerra dos 100 anos - Bastão de comando na mão, os senhores leais ao rei da França dirigem suas forças contra o inimigo inglês. (Min. séc. XV, Biblioteca do Arsenal, Paris.)
http://adautogmjunior.blogspot.pt/2016_02_01_archive.html

Figura 14 - Detalhe do brasão da carta de D. Pedro de Menezes – *1431* (Minhava A.1998: 41); (Arranjo de design gráfico pág. 9; 31)

Figura 15 – Aspeto do Palácio da Torre; moradia construída pelos descendentes de D. Pedro de Menezes no Séc. XVI
http://aetransmontana.pt/aesite/vila-real/

Figura 16 – Ampliação da janela principal do palácio com a divisa "ALEEO" (Foto: Nelson V. Carneiro - ago. 2015)

Figura 17 – Brasão da extinta freguesia de S. Dinis – Vila Real
http://www.ufvilareal.pt/Pages/VisualizarLocais.aspx

Figura 18 - Aspeto do Palácio dos Condes, Marqueses e Duques de Vila Real em Leiria (demolido em 1889) (Rep. Do Tomo 9º, pág. 53, da História de Portugal de Manuel Pinheiro Chagas (Baeza H.:1987.a: 19)

Figura 19 - Detalhe da divisa "ALEO" tal como se apresentava representada no Palácio de Leiria (Rep. das peças originais do Museu de Leiria e Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa); (Baeza H, A.:1987.a: 19)

Figura 20 - Pormenor de uma das inúmeras referências à divisa "aleo" no túmulo de D. Pedro de Menezes
http://alcoutimlivre.blogspot.pt/2012/12/d-pedro-de-meneses-o-do-aleo-bisavo-do.html

Figura 21 - Aspeto geral do Túmulo de D. Pedro de Menezes na Igreja da Graça em Santarém
http://4.bp.blogspot.com/-dnPaVIT72X8/UL6VEvOhRLI/AAAAAAAALIs/W_Z--oKllmQ/s1600/T%C3%BAmulo+de+D.+Pedro+de+Meneses.jpg

Figura 22 - Brasão da Vila de Alcoutim/Algarve
http://alcoutimlivre.blogspot.pt/2010/01/igreja-matriz-de-alcoutim.html

Figura 23 - Pormenor da lápide fronteira da Igreja Matriz de Alcoutim/Algarve
http://www.ngw.nl/heraldrywiki/index.php?title=Alcoutim_(city)

Figura 24 - Brasão de D. Miguel António do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro, neto do Conde de Paraty.
http://blogmpcparaty.blogspot.pt/2013_01_01_archive.html

Figura 25 - Ex-líbris de D. Miguel António do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro, neto do Conde de Paraty
http://solaresebrasoes.blogspot.pt/2014/03/ex-libris-do-conde-do-paraty.html

Figura 26 - Primitivo brasão de Vila Real (atribuído por D. Afonso III - 1272); (Câmara Municipal de Vila Real – O ALÉU; 1996: 11)
(Arranjo de design gráfico pág. 173; badana traseira)

Figura 27 – Imagem: Atual Brasão do Município de Vila Real
https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/236x/ab/81/2b/ab812b69ab70cc81e11a38e99ef1073d.jpg

Figura 28 – Selo dos CTT com heráldica de Vila Real
http://tim.mond.free.fr/portugal/pt_08.pdf + Selo da coleção "Brasões dos Distritos de Portugal" – CTT – 1998 - Desenhos: José Bénard Guedes (Kulberg. C. (2006:105) http://livrozilla.com/doc/1520971/selos-de-portugal---%C3%A1lbum-viii--1995-1998-

Figura 29 - Brasão adotado por D. Pedro de Menezes
http://alcoutimlivre.blogspot.pt/2012/12/d-pedro-de-meneses-o-do-aleo-bisavo-do.html

Figura 30 - Versão do Brasão original da Família dos Menezes
http://www.atelierheraldico.com.br/armorial/letra_m3.htm

Figura 31 - Brasão da Casa de Vila Real
https://www.google.pt/search?q=bandeira+de+vila+real&biw=1280&bih=721&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwiO2oWf3-zOAhXEKsAKHadcBwgQsAQILg#imgrc=qr0Q0NptdZsUmM%3A

Figura 32 - Brasão do Conde de Valença (Descendente dos Menezes)
https://pt.wikipedia.org/wiki/Conde_de_Tarouca#/media/File:FI-_48_Livro_do_Armeiro-Mor,_Conde_de_Valen%C3%A7a.jpg

Figura 33 - Brasão da casa da cadeia – Lalim Lamego
(Foto: Nelson V. Carneiro - jan. 2018)

Figura 34 - Brasão dos descendentes do Conde de Paraty (Brasil) descendentes dos Noronha e Menezes
https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Ant%C3%B3nio_do_Carmo_de_Noronha_de_Paiva_Couceiro#/media/File:IMG_0364-web-WIKI.jpg

Figura 35 - Carta de dote de D. Pedro de Menezes a sua filha D. Breatiz de Menezes e seu genro D. Fernando de Noronha – 1431
http://blogmpcparaty.blogspot.pt/2014/08/as-origens-dos-noronha-e-o-ramo-paraty.html
(Arranjo de design gráfico pág. 9; 31; 71; Capa)

Figura 36 - The *Pall Mall* at St James, London, from a 17th century map by Faithhorne and Newcourt. The original mall was over 1000 yards long. (Courtesy David Stirk, Golf: History of an Obsession and Golf Through The Ages)
http://www.golftoday.co.uk/history/golf_the_true_history_3.html

Figura 37 - A match on the *Maliebaen* in Den Haag. The exiled 'Winter King', Frederick V, Elector Palatine, prepares to play a scoring or positioning shot to the tall post marking the centre of the mall. The distant players on the 1073m long mall, are well beyond his range. Adrien van de Venne, 1626. (Artwork courtesy of British Museum and Golf Through The Ages)
http://www.golftoday.co.uk/history/golf_the_true_history_3.html

Figura 38 - Brasão Regimento de Infantaria Nº 13 - V. Real
http://assets.exercito.pt/SiteAssets/RI13/heraldica_RI13.pdf

Figura 39 - Brasão do Centro de Recrut. do Exército - V. Real
http://www.exercito.pt/sites/CRVilaReal/Historial/Paginas/Heraldica.aspx

Figura 40 - (ALLEO) Ginásio Clube de Vila Real
(Foto: Nelson V. Carneiro; ago. 2018)

Figura 41 - (ALEEO) Palácio da Torre Vila Real (Foto: Nelson V. Carneiro; ago. 2015)

Figura 42 – Composição de Imagens sobre a viatura Dodge Alleo – da associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Cruz Verde – Vila Real (Fotos: Nelson V. Carneiro; jun. 2019)

Figura 43 – Pormenor do Códice *Yuta Tnoho/* Vindobonensis (Viena -*Vindobona* em latim); (pré-colombiano);
Fontes: http://www.iifl.unam.mx/wikfil/index.php/Yuta_Tnoho,_Códice
http://pueblosoriginarios.com/meso/oaxaca/mixteca/vindo_anverso.html#!prettyPhoto[gallery2]/11/
(Ilustração – Nelson V. Carneiro – fev. 2018)

Figura 44 - Fonte nova – Florinhas – V. Real
(Foto: Nelson V. Carneiro; ago. 2018)

Figura 45 - Antigo Banco de Portugal – V. Real
(Foto: Nelson V. Carneiro – jan. 2015)

Figura 46 - Representação heráldica
(Barbosa, I; 1862) https://archive.org/stream/ascidadesevillas03barb#page/278/mode/2up

Figura 47 – Antigo e atual Símbolo do Sport Clube de Vila Real
http://www.scvilareal.pt/uploads/logo_scvr_f.png
atual símbolo do Sport Clube de Vila Real – E-mail de cortesia do SCVR

Figura 48 - Composição de Imagens da Cidade de Ceuta (Fotos: Nelson V. Carneiro – ago. 2016)

Figura 49 - Fresco de Jaime Martins Barata no palácio da Justiça – Porto (1961) representando o embarque do Infante D. Henrique para a conquista de Ceuta.
http://www.tribop.pt/MB/

Figura 50 - O Infante D. Henrique na Conquista de Ceuta 21 de agosto de 1415 – Estação de S. Bento – Porto (Painel do Autor Jorge Colaço) (Foto: Nelson V. Carneiro – jan. 2018)

Figura 51 - Monumento alusivo à armada que partiu do Porto para Ceuta em 1415 – Porto
(Foto: Nelson V. Carneiro – jan. 2018)

Figura 52 – Lápide junto ao túmulo de D. Pedro de Menezes (Foto: Nelson V. Carneiro – ago. 2016)
(Autorização de publicação de imagem pela D.G.P.C. – Dir. Geral do Património Cultural);

Figura 53 – Placa toponímica (Foto: Nelson V. Carneiro – ago. 2016)
(Autorização de publicação de imagem pela D.G.P.C. – Dir. Geral do Património Cultural);

Figura 54 - Composição de Imagens da Cidade de Santarém – D. Pedro de Menezes (Fotos: Nelson V. Carneiro – ago. 2016)
(Autorização de publicação de imagens do túmulo pela D.G.P.C. – Dir. Geral do Património Cultural);

Figura 55 - Busto de Miguel Torga (S. Martinho de Anta/Sabrosa – V. Real). Escultura de Laureano Guedes (Laureano Ribatua) 1965 (Foto: Nelson V. Carneiro – ago. 2019)

Eventual grafia de Miguel Torga (pág. 147) -
https://1.bp.blogspot.com/_f5kvkaCCqkg/Rr9yGmm_nCI/AAAAAAAAAv4/noK32j7qFhM/s200/Torga_assinatura.gif

Figura 56 - Painel Adapt. - Planisfério de "Cantino" 1502 (Exposição comemorativa dos 600 da Conquista de Ceuta – Ceuta 1415 Lisboa/*Historia de dos Ciudades* – agosto de 2016 c/ Adapt. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cantino_planisphere_(1502).jpg/)

Figura 57 - Painel exterior de informação sobre a *Exposição comemorativa dos 600 da Conquista de Ceuta – Ceuta 1415 Lisboa/Historia de dos Ciudades* – agosto de 2016); (Foto: Nelson V. Carneiro – ago. 2016)

Figura 58 - Estátua de D. Pedro de Menezes em Ceuta ; (Foto: Nelson V. Carneiro – ago. 2016)

Figura 59 - Imagem de Nª. Srª. de África (enviada para Ceuta pelo Infante D. Henrique) segurando o Bastão de Mando que serve atualmente para assinalar a transmissão de poder dos chefes militares do território.; (Foto: Nelson V. Carneiro – ago. 2016)

Figura 60 - (pormenor do texto de Gomes Eanes de Zurara, Crónica do Conde D. Pedro de Menezes, reprod.) *in* Biblioteca Nacional de Espanha
http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000141353&page=1 (arranjo de design gráfico pág. 84)

Figura 61 - Bandeira de Ceuta
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fd/Flag_Ceuta.svg

Figura 62 - D. Pedro de Menezes
In Dornelas A. (1928) vol. ! (X) p. 308
In Minhava A. (1998: 20) Legenda: "Segundo <<Retratos e elogios dos varões e donas>>, I, Lisboa, 1817)"
http://frame.allpostersimages.com/frameimagehandler/universal/frameimage.jpg?frame=[FAP:0+PRT:[PAP=9970795|PRW=16|PRH=24|PIP=%5c72%5c7215%5cF8HN100Z.jpg|LFN=BRGPOD816289.jpg|PWL=300|PHL=450|PWO=1333|PHO=2000]+MLD:[MID=5092325|MDW=1|MDH=0.625]+NMM:0+CRP:[CID=1|CRX=26|CRY=43|CRW=248|CRH=364]+MXD:1000+MXW:900+MXH:900+QLT:90+OVH:[TOH=0.125|ROH=0.125|BOH=0.125|LOH=0.125]]

Figura 63 - Bandeira de Vila Real
http://www.crwflags.com/fotw/images/p/pt-vrl.gif

Fig. 64 - Composição de Imagens – África 2016 (Foto: Nelson V. Carneiro – ago. 2016)